

REVISTA

ECOLOGIAS HUMANAS

Sociedade Brasileira de Ecologia Humana

Vol. 8 | Nº 9 | 2022

ISSN 2447-3170



SABEH

Sociedade Brasileira de Ecologia Humana

REVISTA ECOLOGIAS HUMANAS

ISSN: 2447-3170 | Vol. 08 Nº 09 | 2022

INSTITUIÇÃO

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECOLOGIA HUMANA / EDITORA SABEH

CHEFES DE EDITORAÇÃO

Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo

Dra. Maria do Socorro Pereira de Almeida

EQUIPE EXECUTIVA

MSc. Alzení de Freitas Tomáz

MSc. André Luis Oliveira Pereira de Souza

Bel. Luiz Felipe Bezerra dos Santos

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E DIAGRAMAÇÃO

Ana Paula Silva de Arruda

CAPA

Ana Paula Silva de Arruda

IMAGEM CAPA

MSc. André Luis Oliveira Pereira de Souza

DIREÇÃO EXECUTIVA DA SABEH

PRESIDENTE: Dra. Maria do Socorro Pereira de Almeida

VICE-PRESIDENTA: MSc. Manuella Maria Vergne

SECRETÁRIA GERAL: MSc. Nilma Pereira Carvalho

TESOUREIRA: Me. Glaide Pereira da Silva

CONSELHO FISCAL: Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo

CONSELHO FISCAL: MSc. Joaquim Alves Novaes

CONTATO

revista.sabeh@gmail.com | editora.sabeh@gmail.com

Copyright © 2022 SABEH

DEZEMBRO 2022

CORPO EDITORIAL

Brasil

Dr. Juracy Marques dos Santos (NECTAS/UNEB)
Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM/PPGAS)
Dr. João Pacheco de Oliveira (UFRJ/Museu Nacional)
Dra. Maria Cleonice de Souza Vergne (CAAPA/PPGEcoH/UNEB)
Dra. Eliane Maria de Souza Nogueira (NECTAS/PPGEcoH/UNEB)
Dr. Fábio Pedro Souza de F. Bandeira (UEFS/PPGEcoH)
Dr. José Geraldo Wanderley Marques (UNICAMP/UEFS/PPGEcoH)
Dr. Júlio Cesar de Sá Rocha (PPGEcoH/UNEB)
Dra. Flávia de Barros Prado Moura (UFAL)
Dr. Sérgio Malta de Azevedo (PPGEcoH/UFC)
Dr. Ricardo Amorim (PPGEcoH/UNEB)
Dr. Ronaldo Gomes Alvim (Centro Universitário Tiradentes/AL)
Dr. Artur Dias Lima (UNEB/PPGECO)
Dra. Adriana Cunha (UNEB/PPGECO)
Dra. Alpina Begossi (UNICAMP)
Dr. Anderson da Costa Armstrong (UNIVASF)
Dr. Luciano Sérgio Ventin Bomfim (PPGEcoH/UNEB)
Dr. Ernani M. F. Lins Neto (UNIVASF)
Dr. Gustavo Hees de Negreiros (UNIVASF/SABEH)
Dr. Carlos Alberto Batista Santos (PPGEcoH/UNEB)
Dra. Maria do Socorro Pereira de Almeida (UFRPE)
Dra. Dinani Gomes Amorim (PPGEcoH/UNEB)

Internacional

Dr. Ajibula Isau Badiru – NIGÉRIA (UNIT)
Dr. Martín Boada Jucá – ESPANHA (UAB)
Dra. Iva Miranda Pires – PORTUGAL (FCSH)
Dr. Paulo Magalhães – PORTUGAL (QUERCUS)
Dr. Amado Insfrán Ortiz – PARAGUAI (UNA)
Dra. María José Aparício Meza – PARAGUAI (UNA)



ÍNDICE

7

EDITORIAL

*Editores da Revista Ecologias Humanas
da SABEH*

9

ANÁLISE DO PROCESSO DE DERMACAÇÃO DOS
TERRITÓRIOS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO
(Analysis of the process of demarcation of indigenous lands in Pernambuco)

Bel. João de Deus Filho

Dr. Rodrigo Dugnani

39

A SENSIBILIDADE DOS SABERES DO SERTÃO
SANFRANCISCANO E SEU POTENCIAL EDUCATIVO
(The sensibility of the knowledge from the São Francisco backwoods and its
educational potential)

Dr. Juracy Marques

Licenciado Kleyton Gualter de Oliveira Silva

Graduada Maria Rosa Almeida Alves

51

OS CIGANOS CALONS NA REGIÃO NORDESTE: UM ESTUDO SOBRE AS DEMANDAS POR ACESSO AOS DIREITOS

(The Calon Romani people from the northeastern region: a study about the
demands for access to rights)

Msc. Marciana Ferreira Bento

Dra. Mércia Rejane Rangel Batista

70

ETNOICTIOLOGIA DE PESCADORES ARTESANAIS DO BRASIL: O ESTUDO DA ARTE

(Ethno-ichthyology of artisanal fishing in Brazil: the study of the art)

Docente Bárbara Ohana de Araújo Santos

Docente Eliane Maria de Souza Nogueira

93

TECNOLOGIAS SOCIAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAÇÁ: ITINERÁRIO HISTÓRICO DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

(Social technologies in the quilombola community from Araçá: historical
itinerary of a traditional community from the brazilian semiarid region)

Doutorando Enos André de Farias

Dra. Maria Herbênia Lima Cruz Santos

Dra. Emanuel Ernesto Fernandes Santos

Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo

Dra. Maria do Socorro Pereira de Almeida

119

INTERCULTURALIDADE E MULTICULTURALISMO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOCENTE

(Interculturality and multiculturalism in the context of inclusive education:
challenges in teacher formation programs)

(Interculturalismo y multiculturalismo en el contexto de la educación
inclusiva: desafíos para el aprendizaje docente)

Mestranda Maria de Fátima Bela Pina

135

PANDEMIA COVID-19 EM COOPERATIVA MÉDICA: EXPERIÊNCIA DO LUTO COLETIVO NA DINÂMICA GERENCIAL

(The Covid-19 pandemic in a healthcare cooperative: experiencing collective
grief in management dynamics)

Dr. Anderson da Costa Armstrong



EDITORIAL

A Revista Ecologias Humanas, volume 08 nº 09 de 2022, destaca a questão dos Povos Originários no Brasil. Esta temática vem à tona, em momento bastante crítico na conjuntura da luta política desses Povos. Os assentamentos que foram encontrados pelos povos europeus, durante a fase pioneira da formação do território nacional (processo de colonização), sofreram toda espécie de abjeção. Da catequese que atuou na descaracterização cultural, admoestação para escravização até a morte pelo extermínio dos indígenas. Pode-se dizer o mesmo, em relação à população de ascendência afro que foi forçada a migrar para o Brasil a propósito da escravização.

Há muito que a situação desses povos, que denominamos de tronco “civilizatório” da nossa brasilidade, é de invisibilidade e silenciamento com a negação de todos os direitos necessários à dignidade humana. São populações vilipendiadas pelos poderes governamentais e pela sociedade dominante brasileira. Nos últimos quatro anos, em particular, esse desprezo foi por demais acentuado. Com a anuência e atuação direta do Estado, os Povos Originários amargaram toda sorte de desprezo que se pode imaginar. Dessa forma, a partir desse contexto é que esse número temático vem destacar a questão dos Povos Originários na contemporaneidade.

Vemos, pois, que nunca foi tão importante falar sobre os povos pioneiros, tal iniciativa como uma contribuição, ao que se deve somar muitas outras iniciativas que, certamente, vem tomando corpo Brasil afora, visando lentificar a conjuntura de desqualificação e invisibilização desses grupos, daqueles que são a própria razão e emoção de sermos o que somos e de nos afirmamos como povo multicultural em virtude de nossas origens com respeito e reconhecimento identitário.

Diante desse contexto, os autores fazem uso de uma pesquisa exploratória para analisar a vulnerabilidade, a que se encontram submetidos, os Povos Indígenas do Estado de Pernambuco. Demonstram, sobretudo, expedientes de aviltação na regularização dos TI. Tal situação é ultrajante para os indígenas pernambucanos, dado que são as próprias instituições do Estado Brasileiro que são responsáveis por essa afronta aos Povos Originários.

O segundo artigo, versa, nas palavras dos próprios autores “as formas de vida e vivências dos povos tradicionais, a partir das particularidades observadas nos Terreiros de cultura Banto de Juazeiro - BA e no cotidiano da Comunidade Tamoquim de Sobradinho, município do semiárido brasileiro, que servem como perspectiva educultural [e que são] indicativas para práticas institucionais brasileiras”.

No terceiro artigo, a ênfase recai sobre o estudo dos Ciganos Calons, na Região Nordeste. Em particular, destaca-se as demandas por acesso aos direitos, não só materiais, no sentido de negação as suas demandas básicas, mas, também, imateriais do povo cigano estudado. Já no quarto artigo, os autores se dedicam a analisar a Etnoictologia de Pescadores Artesanais, tematizando através de um estudo integrativo à bibliografia pertinente ao estado da arte de trabalhos brasileiros.

No quinto artigo, os autores se debruçam sobre as tecnologias sociais como instrumento de fortalecimento do sentimento de unidade étnica, entendida como pertencimento cultural entre Quilombos no Semiárido brasileiro. No sexto artigo envida-se reflexões sobre a relevância da interculturalidade e do multiculturalismo. Para isso, a autora faz uso de seu espaço de vivência como educadora e como profissional integrante do Atendimento Educacional Especializado (AEE) numa escola municipal de Ibipitanga/BA.

No sétimo e último artigo o autor se volta para o contexto de gestão de crise da UNIMED Vale do São Francisco, durante o período de ápice da pandemia COVID-19. Conclui que nos dois anos da pandemia, houve melhora média dos indicadores financeiros e perfil favorável no número de beneficiários ativos da aludida cooperativa de serviço de saúde.

Dado o contexto das importantes contribuições científicas que recebemos para esse número da revista da SABEH, queremos registrar o nosso agradecimento aos diagramadores, autores e leitores que tem, a olhos vistos, mais um registro do trabalho que a SABEH vem desenvolvendo no âmbito da produção e difusão de trabalhos científicos. Sendo assim, desejamos a todos e todas uma boa leitura!

Editores da Revista Ecologias Humanas da SABEH

ANÁLISE DO PROCESSO DE DERMACAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO

João de Deus Filho¹
Rodrigo Dugnani²

RESUMO

A homologação e registro da demarcação dos Territórios Indígenas (TI) é um marco fundamental para a resistência e a continuidade da identidade étnico-racial das populações originárias a fim de garantir, também, sua própria existência material. O presente estudo busca analisar a precariedade/insegurança dos povos indígenas de Pernambuco no que diz respeito ao processo de demarcação de seus territórios, apresentando as fases dos procedimentos de regularização dos TI e mostrando os hiatos temporais que se tornam ferramentas de violação governamental para a segurança indígena, processo esse que se tornou um dos responsáveis pela vulnerabilidade socioeconômica dessas populações. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, por meio de revisão bibliográfica integrativa e de análise de dados e informações referentes à demarcação de TI no Brasil e, principalmente, em Pernambuco. Os resultados mostram a morosidade do Estado na homologação dos territórios, sendo esse o fator gerador de oportunidade para que ocorra invasão de não-indígenas, externalidade negativa como tráfico de drogas, violência e assassinatos, etnogenias e até conflitos com outros órgãos estatais, gerando, assim, um cenário de prejuízos culturais, sociais e econômicos irreparáveis, provocados pela omissão do governo. Concluiu-se que a lentidão na execução do processo é um causador determinante da vulnerabilidade socioeconômica dos povos originários do estado de Pernambuco, sendo considerado um ato governamental que confronta a dignidade, a identidade social e cultural dos indígenas, mostrando que o Brasil é ineficiente e omissor na questão de registro das terras 'sagradas'.

Palavras-chave: Demarcação dos Territórios Indígenas; Vulnerabilidades Socioeconômicas Indígenas; Territórios Indígenas de Pernambuco.

ANALYSIS OF THE PROCESS OF DEMARCATION OF INDIGENOUS LANDS IN PERNAMBUCO

ABSTRACT

The homologation and enforcement of the Demarcation of Indigenous Lands (TI) is a fundamental milestone for the resistance and continuity of ethnical and racial identities of native populations, which guarantees its very material existence. This paper aims to analyze the precariousness and unsafety of indigenous communities in Pernambuco, in what concerns the process of demarcation of their lands, presenting the stages of the process of regularization of Indigenous Lands and showing the time gaps that are used as tools for the government violation of the indigenous safety, a process that has become responsible for the socioeconomic vulnerability of these populations. This research is exploratory with a qualitative approach, conducted through an integrative bibliographic review and the analysis of data and of information regarding the demarcation of indigenous territories in Brazil, particularly in Pernambuco. The results show the sluggishness of the state in the homologation of territories, being this the factor that enables the invasion by

¹ Bacharel em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Email: joaodedeusfilho68@gmail.com

² Doutor em Ciências econômicas, professor da UFRPE/UAST

non-indigenous people, drug trafficking, violence, murders, ethnogeny and even conflicts with other state agencies, which causes the socioeconomic vulnerability of native people in the state of Pernambuco and is considered a government action that confronts the dignity and identity of the indigenous people, showing that Brazil is inefficient and oblivious to questions related to the demarcation of “sacred lands”.

Keywords: Demarcation of Indigenous Lands; Indigenous Socioeconomic Vulnerability; Indigenous Lands in Pernambuco.

1 INTRODUÇÃO

Considerando que os indígenas, no Brasil, compõem o grupo que sofreu o maior impacto negativo no processo de colonização promovida pelos Europeus e fazem parte de uma minoria na sociedade, é necessário constatar que se trata de uma população pouco beneficiada por políticas públicas. Se não bastasse, ainda são afetados negativamente por processos complexos de retomada e demarcação de terras, por meio do reconhecimento do Governo Federal mediante a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Para os indígenas esse processo é perturbante devido ao fato de ser necessário solicitar autorização para usufruir das suas próprias terras que um dia foram invadidas, uma vez que são povos³ originários. Nesse sentido, é fundamental que haja celeridade nesses procedimentos a fim de garantir a segurança jurídica para a existência material, cultural e espiritual dos locais originalmente pertencentes a seus ancestrais.

Diante dos processos de demarcação de terras indígenas que geram uma lentidão no seu procedimento, é claro a situação de vulnerabilidade socioeconômica dessas populações no Estado de Pernambuco, sendo necessário apresentar, por meio de pesquisas das mais variadas, a existência dessa morosidade nos processos demarcatórios das terras indígenas, contribuindo, assim, para mostrar que o índio sem sua devida área, torna-se vulnerável a diversas atrocidades, tais como violência física, moral e material. Os originários aqui tratados são povos que tiveram sua “mãe terra”⁴ violentada pelo processo de colonização, suas crenças e culturas apagadas da sua própria identidade social e seu principal meio de existência material, a terra, expropriada. Assim sendo, enquanto

³ No decorrer deste estudo usaremos o termo “Povos” no sentido estabelecido pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), como sinônimo de indígenas enquanto seres com status histórico e político, todavia, ao mesmo tempo, reconhecendo como sinal de extermínio os massacres generalizados, o estímulo à miscigenação e a adoção da política de integração e extermínio cultural transformando índios em “civilizados” (ARCANJO, 2003).

⁴ “Mãe terra” é termo utilizado pelos indígenas para denominar seus territórios.

indígenas, precisamos fortalecer esse elo com os antepassados e com os encantados⁵ que nesses territórios habitam.

As contribuições esperadas com esta pesquisa são no sentido de ajudar no entendimento dessa questão problemática de demarcação dos TI, responsável por vulnerabilidades entre esses povos. As críticas sobre o processo de demarcação territorial são uma forma de contribuir para o entendimento dessa dinâmica a fim de apontar para necessárias modificações no âmbito dos processos burocráticos que dificultam, e até impedem, a reconquista do direito de retomada da posse da nossa terra, lembrando sempre que os indígenas nunca lutaram por terras alheias, mas só pelo seu próprio território, por aquilo que já era dos nossos antepassados.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é analisar a precariedade/insegurança dos povos indígenas de Pernambuco no que diz respeito ao processo de demarcação de seus territórios, apresentando as fases dos procedimentos de regularização dos TI e mostrando os hiatos temporais que se tornam ferramentas de violação governamental para a segurança indígena, processo esse um dos responsáveis pela vulnerabilidade socioeconômica dessas populações.

Para atingir o objetivo a que se propôs, essa pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, por meio de revisão bibliográfica integrativa e de análise de dados e informações referentes à demarcação de TI no país, buscou descrever, analisar e interpretar informações e dados relacionados ao problema de demarcação dos TI de forma geral e dos TI de Pernambuco de maneira específica.

2 REVISÃO TEÓRICA

Para início de discussão é necessário deixar bem definido o que é ser indígena. Nesse sentido, voltaremos no tempo em 1989, em Genebra, na Conferência Internacional do Trabalho, onde foi aprovada a convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. Nessa conferência, ocorreu o reconhecimento da existência da presença de povos originários, que são os descendentes da população que habitava antes da colonização do território brasileiro. A convenção nº 169 estabelece, total ou parcialmente, que os povos originários devem ser regidos por seus próprios costumes ou tradições, ou por legislação especial, reconhecendo sempre a sua consciência de sua identidade indígena. É importante ressaltar que, ao mesmo tempo,

⁵ Povos indígenas creem que os encantados são seus entes queridos falecidos que se tornam protetores.

a convenção reconhece de fato que as histórias dos povos indígenas foram marcadas por discriminação, marginalização, etnocídio ou genocídio.

Para explicar sobre a demarcação, é de suma importância discutir a proteção e garantia dos direitos dos povos originários, os indígenas, sendo a sua base socioeconômica e cultural, a terra. Essa é a condição fundamental para a continuidade da vida e da saúde, a reprodução social, sua autodeterminação⁶ e seu etnodesenvolvimento⁷. Sem a terra, os indígenas perdem todas suas características, suas crenças e costumes (SILVA, 2018). Destaca-se que toda essa segurabilidade jurídica, sob responsabilidade da Fundação Nacional do Índios (FUNAI), foi estabelecida pela carta magna de 1988. Para adentrar mais neste assunto, cabe definir o que seriam as Terras Indígenas (TI). De acordo com a FUNAI (2022, a):

Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada.

Atualmente no Brasil, temos 728 terras indígenas que ainda estão em diferentes fases do procedimento demarcatório, sendo que 124 se encontram em processo de identificação, ou seja, terras em estudo por grupo de trabalho nomeado pela FUNAI. Temos, ainda, 43 terras identificadas que já estão com relatório de estudo aprovado pela presidência da FUNAI, 74 declaradas pelo Ministro da Justiça e 487 homologadas e reservadas pela Presidência da República, adquiridas pela União ou doadas por terceiros, ou seja, aproximadamente 33% dos TI estão em tramitação, aguardando a sonhada homologação de suas terras (ISA, 2022) tabela 1.

⁶ É o direito dos povos de autogoverno e de decidirem livremente a sua situação política. (<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/40400>).

⁷ Capacidade de sustentação do uso dos recursos naturais visando à melhoria da qualidade de vida, segundo seus costumes, tradições. (<https://www.aulete.com.br/etnodesenvolvimento>).

Tabela 1: Quantitativos de Territórios Indígenas por situação processual de demarcação.

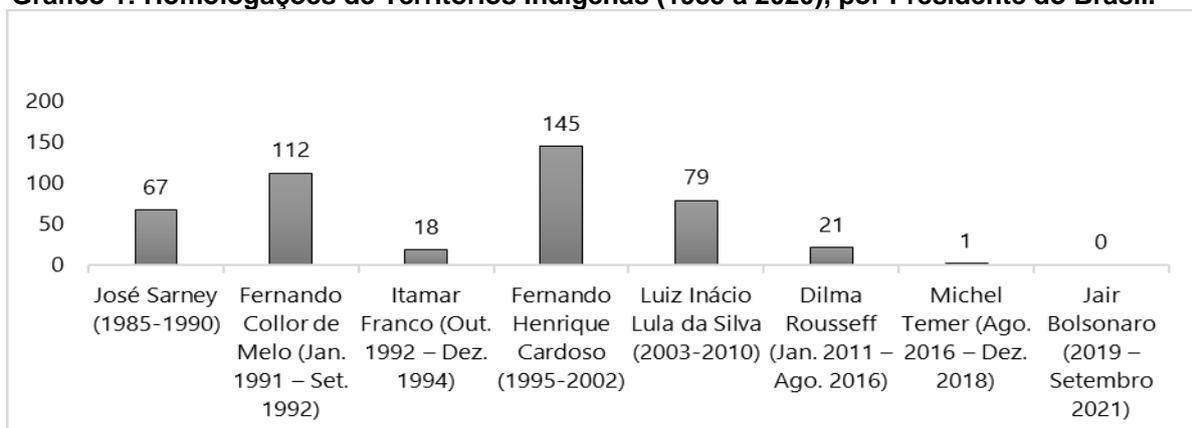
728			
Trâmite de processo demarcatório			
124 Em identificação	43 Identificadas pela a FUNAI	74 Declaradas pelo o Ministério da Justiça	487 Homologada

Fonte: ISA (2022)

Apesar da existência de centenas de terras indígenas, em diferentes fases do procedimento demarcatório, tal processo ocorre de forma lenta, refletindo em uma insegurança jurídica também responsável por um longo processo de devastação física e cultural que eliminou grupos gigantescos e inúmeras etnias indígenas, especialmente através do rompimento histórico entre os índios e a terra (SILVA, 2018).

Essa lentidão do processo de demarcação vai em sentido contrário ao que está estabelecido em termos legais, uma vez que é competência da união ser o guardião dos direitos dos índios, conforme o Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973) que, no artigo 65, inclui como obrigação do Estado, a demarcação de todas as terras indígenas no prazo de cinco anos; obrigação essa reforçada também pela Constituição de 1988, no art. 67.

Ademais, atualmente o cenário político só indica descaso em relação às obrigações legais a respeito da demarcação das TI, como mostra o Relatório do Conselho Indigenista Missionário (2020), (gráfico 1) o qual aponta para uma agenda não-indígena do presidente Jair Bolsonaro, cumprindo sua promessa eleitoral de rever e não demarcar mais nenhum centímetro de terra indígena (OGLOBO, 2022)⁸, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1: Homologações de Territórios Indígenas (1985 a 2020), por Presidente do Brasil.

Fonte: CIMI (2020)

⁸ <https://oglobo.globo.com/epoca/expresso/nao-demarcarei-um-centimetro-quadrado-mais-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-23300890>

Além do descaso social com o bem estar indígena e seu direito a propriedade, a ponto de não homologar nenhum TI, o atual governo recolocou em debate a PEC 215/2000, uma proposta de emenda constitucional que transfere da União para o Congresso Nacional a competência de demarcar as terras indígenas, o que poderia ser indevidamente influenciado pela bancada de congressistas ruralistas.

3 OS POVOS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO

Com relação aos índios do estado de Pernambuco, temos um conjunto de 15 povos, distribuídos do agreste ao sertão, como mostra os estudos disponíveis pela FUNAI e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade, da Universidade Federal de Pernambuco (NEPE – UFPE).

A tabela (2) a seguir, mostra a estrutura organizacional dos TI e suas referidas localizações. Alguns desses TI têm seus limites contidos em mais de um município, como é o caso do Povo Atikum, que tem seu território espalhado nos municípios de Salgueiro, Mirandiba, Carnaubeira da Penha e Belém do São Francisco, totalizando mais de 16 mil hectares de áreas protegida pelo o Governo Federal. Por sua vez, os povos Pankararú - Fazenda Cristo Rei, localizado no município de Jatobá, e o povo Truká - Ilhas da Tapera/São Félix/Porto, localizado em Orocó, não têm suas áreas indicadas na tabela, pois ainda então em processo de demarcação. Com esses dados, podemos notar que temos um vasto território com aproximadamente 202.281,00 hectares de TI.

Tabela 2: Povos indígenas de Pernambuco (etnia, superfície, população estimada e localidade).

Etnias	Superfície (ha)	População indígena	Municípios
Atikum	16290	4404	Salgueiro, Mirandiba, Carnaubeira da Penha, Belém do São Francisco
Fulni-ô	11506	3229	Itaíba, Águas Belas
Kambiwá	31495	3105	Inajá, Ibimirim, Floresta
Kapinawá	12403	2297	Buíque
Pankará da Serra do Arapuá	15114	2836	Carnaubeira da Penha
Pankararú	8377	1072	Petrolândia, Tacaratu
Pankararú - Entre Serras	7550	-	Petrolândia, Tacaratu, Jatobá
Pankararú - Fazenda Cristo Rei	-	5365	Jatobá
Pipipã - Aimore	63322	1378	Floresta
Truká	1593	-	Cabrobó
Truká - Ilhas da Tapera/São Félix/Porto	-	5899	Orocó
Truká-Reestudo	5769	-	Cabrobó
Tuxá de Inajá	140	141	Inajá
Xukuru	27555	7672	Poção, Pesqueira

Xukuru de Cimbres	1166	12006	Pesqueira, Pedra, Alagoinha, Venturosa
-------------------	------	-------	--

Fonte: FUNAI (2022 b) e NEPE (2022 a)

3.1 A demarcação das terras indígenas no Brasil

O processo demarcação de TI é um ponto marcante e fundamental na construção e garantia dos povos indígenas, pois é quando acontece o encontro com a sua mãe Terra e os originários, sendo que esses direitos de propriedades partem da fundamentação do capítulo VIII da Constituição Federal de 1988, em seu art. 231, § 1º, que trata dos índios e assegura e reconhece os TI como: (1) os por eles habitados em caráter permanente; (2) os utilizados para suas atividades produtivas; (3) os imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar; e (4) os necessários a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988) tabela 3.

Tabela 3: Fases do processo de demarcação dos TI.

FASE	MOMENTO
1. Estudos de Identificação	Estudo antropológico com publicação do relatório no Diário Oficial da União.
2. Aprovação do relatório pela FUNAI	Publicação em 15 dias
3. Contraditório	Até 90 dias após a publicação do relatório pela FUNAI
4. Encaminhamento do processo administrativo de demarcação pela FUNAI ao Ministério da Justiça	Até 60 dias após o encerramento do prazo previsto no item anterior.
5. Decisão do Ministério da Justiça	Até 30 dias após o recebimento do procedimento. Possibilidade de edição de portaria declaratória dos limites da terra indígena, determinando a sua demarcação.
6. Homologação mediante decreto da Presidência da República	Homologação por decreto presidencial
7. Registro	Até 30 dias após a homologação

Fonte: Decreto nº 1.775/96; ISA (2022); MPF (2022)

Seguindo esses fundamentos, o Decreto nº 1.775/96 dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas. É justamente neste ponto que o processo de burocratização vem atrasando a homologação de TI.

Soares (2021) relata que os principais fatores que dificultam a conclusão de um processo demarcatório são: 1) judicialização dos processos demarcatórios, em suma é a sua postergação indefinida por meio de recursos e manobras jurídicas; 2) interesses econômicos de agentes com fins econômicos, privados ou públicos, que buscam a

exploração de recursos naturais no interior ou na área de incidência dos territórios tradicionais; 3) mudanças normativas infraconstitucionais que podem levar todos os processos já realizados a iniciar “do zero”; 4) falta de coesão grupal indígena; 5) multiplicação dos grupos de trabalho; 6) atuação da bancada ruralista; 7) oposição do governo local; 8) presença de intrusos; 9) discursos públicos de antagonismo aos povos indígenas; e 10) situações específicas como ameaças e intimidações a equipes de trabalho, além da atuação dos órgãos do executivo federal, tais como o Ministério da Justiça e a Advocacia Geral da União, no sentido de “sentar em cima” de processos de demarcação.

3.2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, por meio de revisão bibliográfica integrativa (BIBLIOTECA PROF. PAULO DE CARVALHO MATTOS, 2015) e de análise de dados e informações referentes à demarcação de TI no país. O propósito deste método de pesquisa é obter entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores. Esse tipo de revisão de literatura permite a inclusão simultânea de diversos tipos de pesquisa, proporcionando uma compreensão mais ampla do tema de interesse. Ademais, este método também permite a combinação de dados de literatura teórica e empírica.

O processo de construção de uma revisão de literatura desse tipo deve: a) escolher um problema de pesquisa; b) estabelecer critérios de inclusão e exclusão dos estudos que serão utilizados; c) definir as informações a serem extraídas dos estudos; d) avaliar os estudos incluídos na revisão de forma crítica; e) interpretar os resultados encontrados; e f) apresentar a revisão do conhecimento. No decorrer da pesquisa foram utilizados dados de todos os TI do estado de Pernambuco, desde os que foram homologados e registrados até aqueles que estão sem provimentos algum por parte do Estado.

Ademais, essa pesquisa também utilizou a plataforma da FUNAI para a obtenção dados de geoprocessamento e mapas. Com esse material foram elaboradas a tabela com informações gerais sobre os povos indígenas de Pernambuco e os mapas de localização dos TI, estes por meio do software livre com código-fonte aberto QGIS.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO⁹

Conforme visto anteriormente, o processo de demarcação está sujeito a prazos e normas, porém, nesses períodos, ocorre grande demora na execução de procedimentos que na maioria das vezes custa caro e é pago com o sangue dos originários. Podemos ver na tabela seguinte a demora no processo de demarcação de terras dos povos indígenas de Pernambuco, tabela 4.

Tabela 4: Fase do processo de demarcação dos TI*.

ETNIAS.	1 – Em Identificação	2 – Com restrição de uso a não índios	3 – Identificada	4 – Declarada	5 – Reservada	6 – Homologada	7 – Registrada	Tempo (anos)
Xukuru	1989	–	–	–	–	–	2021	32
Pankararú	1987	–	–	–	–	–	2019	32
Kambiwá	1990	–	–	–	–	–	2012	22
Kapinawá	1980	–	–	–	–	–	2002	22
Pankararú – Entre Serras	1993	–	–	–	–	–	2015	22
Atikum	1984	–	–	–	–	–	1996	12
Fulni-ô	1926	–	–	–	2009			83
Truká	1976	–	–	2022				46
Pipipã – Aimore	2005	–	2017					12
Pankará da Serra do Arapuá	2009	–	2018					9
Xukuru de Cimbres	2009	–	–	–	2012			3
Tuxá de Inajá	–	–	–	–	1986			
Pankararú – Fazenda Cristo Rei								
Truká – Ilhas da Tapera/ São Félix/Porto								
Truká-Re-estudo								

Fonte: ISA (2022)¹⁰

⁹ Para a realização dos procedimentos de análise apresentados a seguir, utilizaremos autores que ainda não foram referenciados na seção de revisão de literatura, uma vez que os mesmos foram fundamentais para o acesso a dados e informações sobre a realidade de demarcação indígena de Pernambuco, foco central desta pesquisa. Nesse sentido, essas obras são, simultaneamente, fontes teóricas e de dados.

¹⁰ Os espaços da tabela que aparecem “–” indicam datas não encontradas

Vale destacar que das 15 etnias listadas, 3 delas ainda não foram nem identificadas pelo Governo Federal, deixando essas populações em estado de vulnerabilidade socioeconômica por falta de assistência. Ademais, e seguindo o mesmo raciocínio, podemos perceber que apenas 6 reservas foram homologadas. Portanto, fica visível o lapso temporal das fases de regularização das TI.

Se não bastasse a demora durante o processo de demarcação dos TI de Pernambuco, observamos ainda que muitos povos indígenas do estado não tiveram os processos de demarcação de seus territórios sequer iniciados, conforme vemos a seguir.

Tabela 5: Povos indígenas que não tiveram procedimentos de demarcação iniciado

Situação	Etnias	Municípios
Sem providências ¹¹	Atikum – Bom Sucesso	Santa Maria da Boa Vista
	Fulni-ô – Aldeia Foklassa	Águas Belas
	Kambiwá e Pipipã – Serra Negra	Petrolândia
	Serrote dos Campos ¹²	Itacuruba Pankará – Serrote dos Campos
	Pankararu – Aldeia Altinho	Tacaratu
	Pankararu – Brejinho da Serra	Petrolândia
	Poruborá	Inajá
	Tuxá – Fazenda Funil	Inajá
Tuxi – Ilha da Varge, Caxoi e Cana Brava	Belém de São Francisco	

Fonte: CIMI (2020)

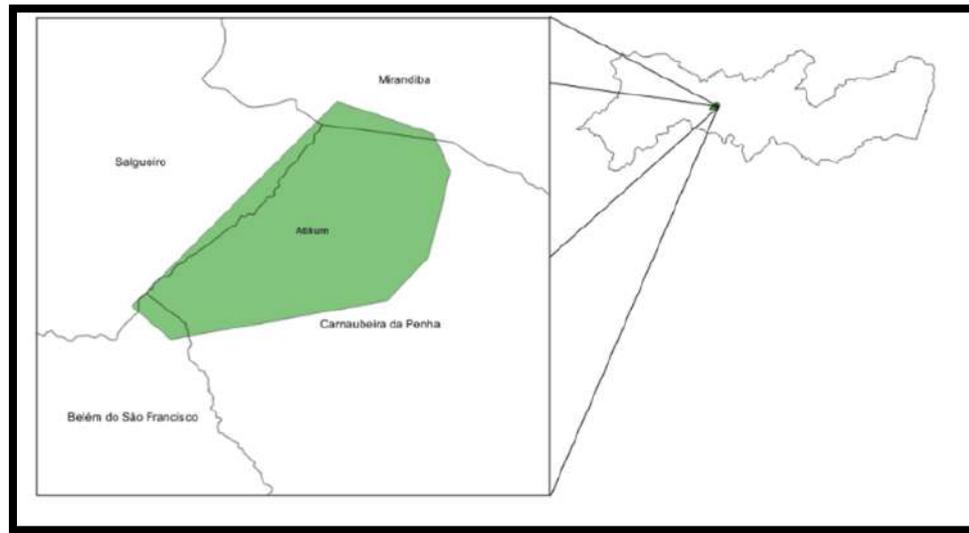
Para dar continuidade as nossas análises, apresentaremos a situação de demarcação de terras de cada um dos povos indígenas de Pernambuco que concluíram o processo, apontando os traços fundamentais de violação e conflitos ocorridos, os quais poderiam ter sido evitados com a conclusão mais rápida de demarcação desses territórios.

¹¹ Terras reivindicadas pelas comunidades indígenas sem nenhuma providência administrativa para sua regularização.

¹² No TI Pankará Serrote dos Campos é importante contextualizar os conflitos devido a discussão ocorrida desde 2008 sobre a possibilidade de construção de uma usina nuclear.

- O TI do povo Atikum (figura 1)

Figura 1: Localização do TI Atikum.



Fonte: Elaboração própria a partir de informações da FUNAI (2022)

O povo Atikum, localizado nos municípios de Salgueiro, Mirandiba, Carnaubeira da Penha e Belém do São Francisco possuem 11 Aldeias até então catalogadas, sendo Samambaia, Alto da Serra, Lagoinha, Sabonete, Estreito, Oiticica, Casa de Telha, Areia dos Pedros, Olho da Água dos Padres, Baixão e Cercada (FUNAI, 2022 a). Essas terras, homologadas, registradas e ocupadas atualmente pelos indígenas encontram-se em uma região geográfica que se tornou palco de inúmeros conflitos entre indígenas e não-indígenas, provocados, sobretudo, pela frente de expansão pastoril (SILVA, 2019).

Conforme aponta Silva (2019), os Atikum vivem em um território tradicional, a Serra do Umã, localizado em Pernambuco, de onde parte do grupo saiu entre as décadas de 1970 e 80, fugindo da seca e da extrema violência na região, palco de inúmeros conflitos, entre fazendeiros e índios, encravada no chamado “Polígono da Maconha”, sendo essa a causa da violência e do êxodo dos indígenas.

Segundo Albuquerque e Aureliano (2006), quando o extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI) iniciou o processo de reconhecimento do TI Atikum, solicitou que o povo dançasse o toré¹³. Do ponto de vista simbólico, isso acabou por renovar a luta pela sobrevivência imposta pela colonização, todavia não se descarta a necessidade da presença forte da União no processo demarcatório, contribuindo para as formas de

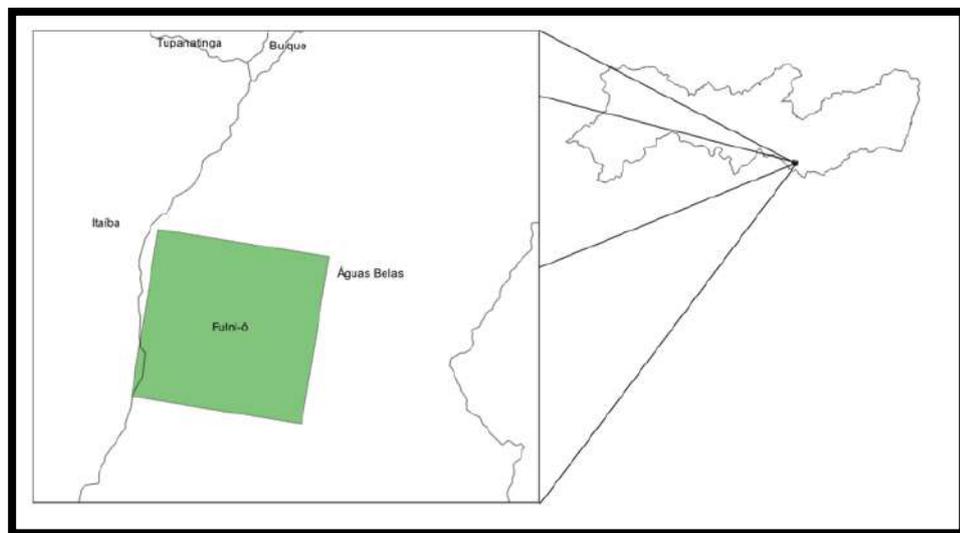
¹³ Dança típica indígena

resistência indígenas, tais como a verificada pela luta que tornaram os TI Atikum registradas em 1996, motivando ainda mais a pressão pela expansão de seus territórios e pela solução de problemas de outras naturezas que ainda persistem, assim como descreve Grünewald (2003):

Trata-se de uma área violenta e marcada pela presença de brancos e cultivadores de maconha. Os recursos que chegam da administração do órgão tutelar são distribuídos apenas no setor da sede do posto. Os maiores problemas relatados são a má administração da terra, a falta de união entre os índios, a seca, a “solta de bichos” e a má administração dos recursos (incluindo as carteiras de índio) que gera fortes faccionalismos.

- **O TI do povo Fulni-ô.**

Figura 2: Localização do TI Fulni-ô.



Fonte: Elaboração própria a partir de informações da FUNAI (2022).

O povo Fulni-ô localiza-se nos municípios de Águas Belas e, uma pequena parte, em Itaíba. Trata-se de um dos povos que mais cultivam suas crenças e costumes, tentando manter viva a tradição de não-miscigenação de seu grupo étnico e de manutenção de sua língua mãe, o “*la-tê*”.

Conforme Braga (2010), foi a condição de reclusão coletiva praticada pelos Fulni-ô em ambiente mais distante da cidade, o chamado “*Ouricuri*”¹⁴, com duração total de três meses todos os anos, que colaborou para fortalecer sua identidade indígena de respeito pela natureza e atitude benévola com ecossistema. No nordeste brasileiro,

¹⁴ Evento ritualístico dos indígenas de reclusão coletiva do Povo Fulni-ô.

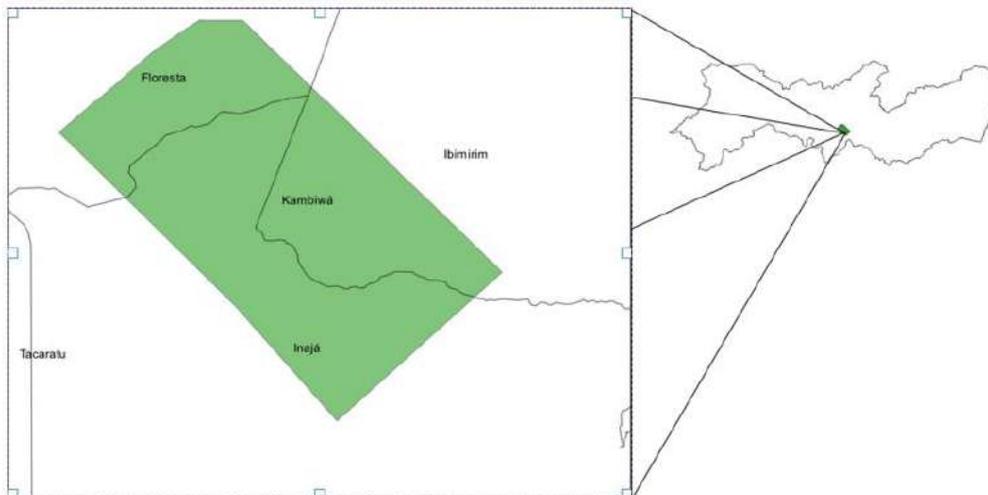
excluindo o Maranhão, os Fulni-ô são o único povo indígena que ainda fala uma língua nativa, a qual se referem como *Yaathe*.

Retornando à vulnerabilidade indígena, decorrente dos lentos processos de demarcação dos TI, podemos notar a morosidade do Estado em homologar as terras Fulni-ô, considerando que seu procedimento estava parado desde 1926 e somente em 2003 teve início a construção do Grupo de Trabalho da Funai para dar continuidade ao processo (SANTANA E MAGALHÃES, 2022).

Diante do aqui relatado, percebe-se que os Fulni-ô têm sofrido com a usurpação de seus territórios nativos e sofrendo profundas transformações em suas culturas e identidades, devido o preconceito, discriminação e racismo.

- **O TI do povo Kambiwá**

Figura 3: Localização do TI Kambiwá.



Fonte: Elaboração própria a partir de informações da FUNAI (2022)

Os povos Kambiwá estão localizados no sertão de Pernambuco, entre os municípios de Inajá, Floresta e Ibimirim. Mesmo reconhecidos pela FUNAI, sua história é muito parecida com os demais povos indígenas, que acabam sendo expulsos de suas terras de origem por fazendeiros e entram na luta contra a violação de seus direitos.

Entre 1953 e 1954, uma visita da equipe do governo deixou fazendeiros da região irritados com a ação. Pouco tempo depois, o território foi invadido por posseiros e por um importante fazendeiro e industrial pernambucano, que cercou com arame farpado as terras de que se apossara e nelas colocou guardas armados a cavalo. Mas foi nos seus “toantes” com o “Toré” e o “Praiá”¹⁵ que enfrentaram diversos conflitos com fazendeiros

¹⁵ Indumentária ritualística

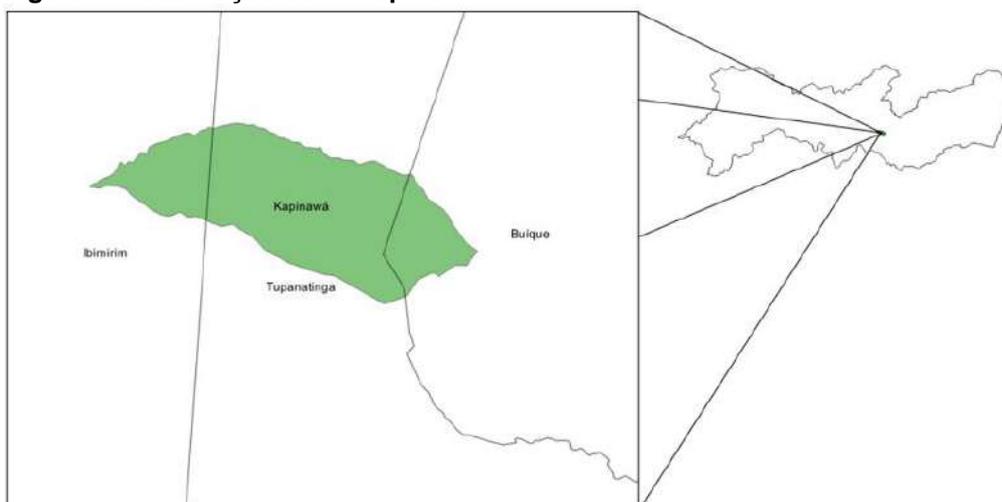
querendo empossar esse território (BARBOSA, 1991). Esse relato mostra uma das ações mais marcantes de violação dos direitos indígenas Kambiwá, que quase os levou à extinção, evidenciando, portanto, a importância do processo de demarcação dos TI como forma de segurança para a população indígenas dar continuidade às suas crenças e costumes.

Em 1967, os indígenas Kambiwá, quando ainda estavam agrupados com o povo Pipipã, se manifestaram junto a FUNAI requerendo o seu retorno para a Serra Negra, região de origem desses povos, a fim de voltar a praticar seus rituais nessa localidade. Porém, por alegação ambiental, essa terra estava sobre os cuidados do IBAMA. Segundo Rabelo (2010), o conflito dos povos indígenas Pipipã e Kambiwá e o Governo Federal, através do IBAMA, evidenciou a prática de racismo ambiental.

Na ocasião, a metodologia aplicada para a implantação de reserva ambiental não considerou a existência de indígenas naquela área. Posteriormente, o IBAMA-PE reconheceu que a instituição foi omissa no evento, mas alegou que foi involuntariamente, por conta da carência de recursos humanos e financeiros para administrar a ReBio de Serra Negra. A forma como o IBAMA tratou os índios nesse processo reflete o descaso do poder público em relação às políticas indigenista e a percepção em relação às suas necessidades.

- **O TI do povo Kabinawá**

Figura 4: Localização do TI Kapinawá.



Fonte: Elaboração própria a partir de informações da FUNAI (2022)

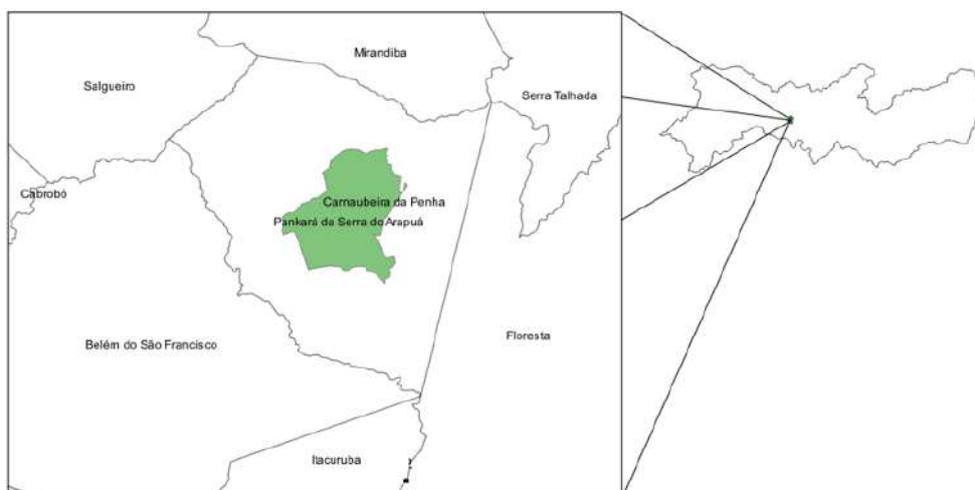
O povo Kabinawá é composto por 11 Aldeias: Kapinawá, Mina Grande, Quiriri d'Alho, Ponta da Várzea, Carnaúba, Palmeiras, Riachinho, Maniçoba, Coqueiro, Maçanduba e Santa. Com uma população de mais de 2297 indivíduos, está localizada entre os municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim. A sua situação demarcatória está registrada desde 2002, fruto de uma luta que vem desde 1980, mostrando assim a resistência dos seus antepassados pelo reconhecimento de seu TI. (NEPE, 2022 b).

Em 1960, antes mesmo do início de demarcação de suas terras, esses indígenas entraram em conflito com fazendeiros da região, que buscavam se apropriar de parcelas de terras mais produtivas. Esse momento foi marcado pela a ampliação de áreas cercadas para dentro do TI, causando assim migração em massa da terra de Mina Grande para terras mais a oeste, aonde tiveram contato com povos indígenas Kambiwá. Embora atualmente o TI desse povo esteja demarcado, ainda existem índios em aldeias fora da área demarcada buscando novas ampliações desse espaço.

Outra vulnerabilidade que afeta parte desse grupo é o conflito entre as famílias indígenas de Área Nova com a Unidade de Conservação Parque Nacional do Catimbau, que engloba parte de seu território. Essas famílias correm alto risco de desapropriação de seus territórios por questões ambientais (ANDRADE, 2014).

- **O TI do povo Pankará da Serra do Arapuá**

Figura 5: Localização do TI Pankará da Serra do Arapuá.



A

Fonte: Elaboração própria a partir de informações da FUNAI

Serra do Arapuá é um brejo de altitude, no Semiárido pernambucano, no Bioma Caatinga. Localiza-se em Carnaubeira da Penha, cuja população do município é composta de 80,35% de indígenas Pankará e Atikum.

Neste TI, que não teve ainda seu processo de demarcação concluído, ocorreram diversos atos de violação dos direitos indígenas. Já em 1949, o pajé Luiz Limeira escreveu uma carta denunciando a perseguição de indígenas por famílias poderosas do município de Floresta/PE e, ao mesmo tempo, reivindicando seus direitos às terras. Entre 1940 a 1980, os indígenas eram mantidos em sistema de servidão, obrigados a pagar renda aos invasores de suas terras, que se apropriavam falsamente da identidade indígena para usurpar o poder do povo, na intenção de fazer a gestão do TI Pankará. Essa realidade triste continua nos dias de hoje devido à demora na finalização do processo de demarcação e desintrusão¹⁶ das terras (OLIVEIRA, 2020).

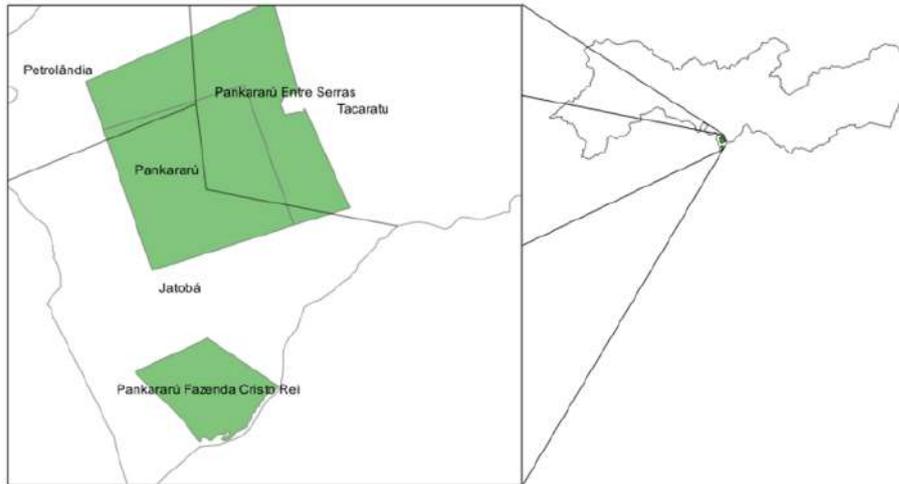
Com base no estudo feito por Oliveira (2020), o processo de demarcação e desintrusão do TI Pankará Serra do Arapuá iniciou-se em 2010, com a emissão da Portaria 413 e o reconhecimento do TI com previsão de 15 mil hectares. No entanto, somente em 2014 foi finalizado o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação-FUNAI (RCID6-FUNAI), realizado pelo Grupo de Trabalho-FUNAI (GT-FUNAI), com a participação dos Pankará. Todavia, esse procedimento, ao seu final, gerou tensão e constantes ameaças de mortes para os índios locais, mostrando aqui que a falta de um processo demarcatório rápido e com segurança pode gerar sérios problemas de violação dos direitos indígenas, entre os quais o extermínio de indígenas, como foi o caso do povo Pankará.

Outros casos de violência contra o povo Pankará ocorreram na década de 1970, quando houve o banimento da liderança de Luiz Antônio do Santos (Luiz Limeira), e no ano de 1998, quando toda a aldeia Massapê foi destruída (escolas, comércio e casas), desabrigando 96 famílias da aldeia, as quais passaram a viver na periferia da cidade de Floresta/PE. Ambos os casos foram promovidos pela elite político-econômica da região, contando com o aparato estatal (GOMES, 2021).

- **O TI do povo Pankararú.**

¹⁶ Retirada de ocupantes não-indígenas por meio de processos indenizatórios relativos às benfeitorias

Figura 6: Localização do TI Pankararú, TI Pankararú Entre Serras e TI Pankararú Fazenda Cristo Rei



Fonte: Elaboração própria a partir de informações da FUNAI

O povo Pankararú, que tem seu território todo regularizado e homologado, possui 12 aldeias distribuídas entre os municípios de Petrolândia e Tacaratu, com 440 famílias, totalizando 1.346 pessoas na área de abrangência.

O processo de demarcação de seu TI ocorreu mediante muitos conflitos entre índios e posseiros, que se agravaram no final da década de 1980, após a inundação das terras ribeirinhas durante a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaparica. Com isso, os camponeses adentraram ainda mais no TI dos Pankararú (SANTOS e SANTOS, 2017).

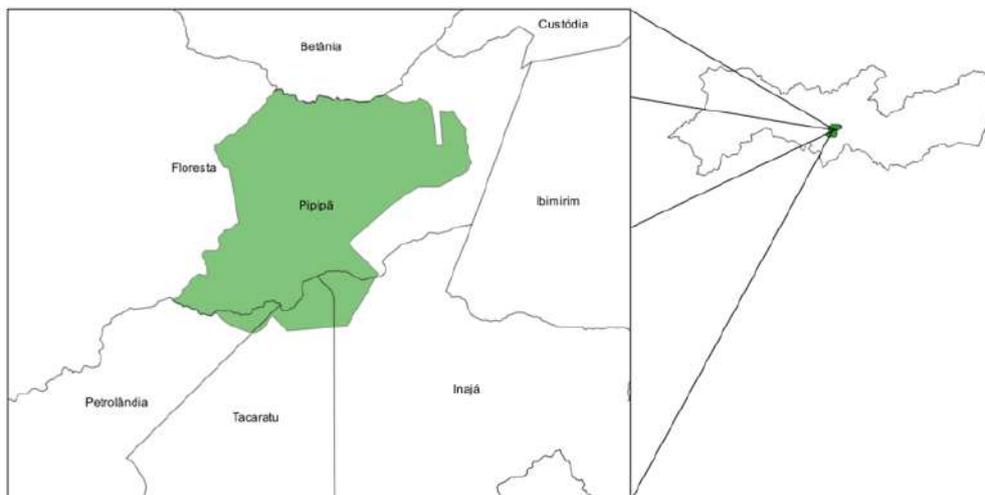
Os Pankararú têm um histórico doloroso de perseguição, tortura, massacre, assassinatos, violência sexual e trabalho escravo. São agressões que contribuem para acabar com a tradição e a cultura indígena, agravadas pela lentidão do processo demarcatório de suas terras. Nesse sentido, os posseiros utilizam estratégias como o casamento com indígenas e a resistência em desocupar o território, apesar dos vários acordos e ordens judiciais. Apesar das áreas pertencentes aos Pankararú terem sido homologadas, ainda assim falta o procedimento de desintrusão do território, mostrando mais um caso de irresponsabilidade por parte do governo. Por outro lado, como contra-argumentos, temos posseiros que alegam que as indenizações oferecidas são insuficientes e que os novos terrenos ofertados pelo o INCRA para reassentamento não são adequados para o plantio (PGTA-TI PANKARARU, 2017).

O TI do povo Pankararú Entre Serras, na realidade, é o mesmo TI dos Pankararú, porém com procedimentos de reconhecimento de seus territórios realizados em tempos diferentes, sendo assim chamado até hoje como “pontas de rama”, em referência ao fato de que foi reconhecida por último. Em termos de violações, os Pankararú Entre Serras sofreram as mesmas ações contra seus direitos.

Por sua vez, o TI do povo Pankararú Fazenda Cristo Rei, fruto de um processo de retomada pelos indígenas Pankararú, em 1998 a 1999, da área de 366 hectares localizada às margens do rio Moxotó, na região da Volta do Moxotó, no município de Jatobá. Segundo relatos, na década de 1970 a fazenda pertencia à Agropecuária Ottoni Silva Ltda, tendo como mão de obra a população indígena local. Quando desativada, a fazenda ficou abandonada sem gerar renda para aqueles índios que moravam em seu entorno, levando assim à sua ocupação pacífica (HISTÓRIA E NARRATIVAS DO POVO PANKAIWKA / POVO PANKAIWKA, 2021).

- **O TI do povo Pipipã.**

Figura 7: Localização do TI Pipipã



Fonte: Elaboração própria a partir de informações da FUNAI

O povo Pipipã habita áreas localizadas nos municípios de Floresta, Petrolândia, Tacaratu e Inajá e ainda são obrigados a conviver com a vulnerabilidade de não ter seu território demarcado e homologado (ARCANJO, 2003). O próprio processo de surgimento do povo Pipipã se dá de forma frágil, devido ao seu processo natural de etnogênese¹⁷, a partir do fracionamento de parte do povo Kambiwá. Tudo ocorreu quando o pajé Expedito Roseno decidiu partir para outra região fundando a nova etnia, em 1998, na então chamada aldeia Travessão do Ouro de Kambiwá (ARCANJO, 2003)

Por esse motivo, existe a necessidade de levantamento antropológico entre os Pipipã e Kambiwá, para torná-los de fato independentes e autônomos, para a sua própria preservação, como afirma o vice pajé Jerônimo: “Queremos que a área seja demarcada. Terra demarcada a gente tem um grito diferente, a gente manda e acabou” (NOVA CARTOGRAFIA, 2010).

Além dessa fragilidade que os indígenas Pipipã vem sofrendo, temos ainda conflitos socioambientais com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), devido a área ser considerada pelo o governo como a Unidade de Conservação Serra Negra, localizada no sertão de Pernambuco, e percebida como território ancestral pelo grupo indígena.

Para alguns indígenas, a Serra Negra constitui a principal “escola” do povo Pipipã, durante o tempo do “*Auricuri*”¹⁸, sendo o palco memorial dos seus antepassados e para rituais sagrados, sendo a base da construção da identidade enquanto indígena. A proibição de sua crença por parte do ICMBIO constitui um processo de criminalização, no qual são culpabilizados por qualquer tipo de ato considerado como infração, dentro dos limites jurídicos de uma Reserva Biológica (LÉO NETO, 2015).

Léo Neto (2015) narra que outro ataque à preservação dos direitos indígenas por parte do governo foi a Política de Aceleração de Crescimento (PAC), através da construção do Eixo Leste do canal do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF), que atravessa o território indígena Pipipã, causando intenso desmatamento autorizado e legitimado pelos próprios órgãos ambientais.

O próprio povo Pipipã definiu a implantação do eixo leste como um “estupro”, por ser um ato de violação da terra que desrespeitou os direitos territoriais, destruindo os seus projetos de vida. Além da vulnerabilidade material e simbólica, o território ficou exposto a invasões de terceiros não-indígenas, ocorreu a separação de famílias indígenas

¹⁷ Processo de divisão de um grupo social.

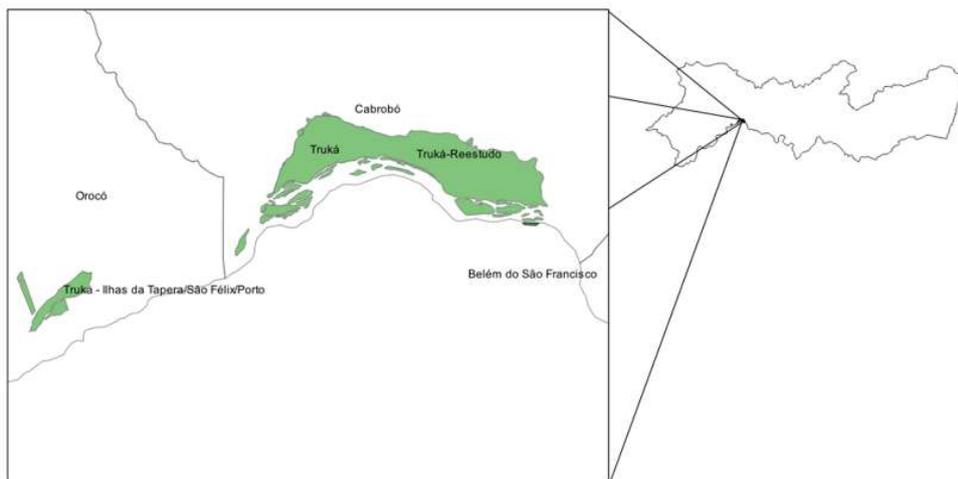
¹⁸ Encontro indígenas para ritual de reclusão coletiva do Povo Pipipã.

e prejudicou a criação de caprinos, com a fuga de animais para o outro lado do canal, os quais se perdiam, morriam de fome e de sede (GONÇALVES, 2019).

Ainda de acordo com Gonçalves (2018), as condições materiais de vida foram afetadas nos seguintes aspectos: perda de animais e pasto; redução na produção de mel; busca de novas terras agricultáveis; desaparecimento da caça; perda das plantas sagradas usadas na medicina indígena; perda de fontes de água. Em resumo, trata-se de uma das etnias que mais vem sofrendo com seu estado de vulnerabilidade social, podendo leva-los à extinção caso não ocorra um processo demarcatório de seus territórios de caráter urgente.

- **O TI do povo Truká**

Figura 8: Localização dos TI Truká; TI Truká – Ilhas da Tapera/São Félix/Porto e o TI Truká-Reestudo



Fonte: Elaboração própria a partir de informações da FUNAI

O povo Truká possui 62 aldeias localizadas na Ilha da Assunção, em Cabrobó/PE. Trata-se de um local que sempre foi lugar de refúgio e isolamento, motivos que levaram os índios desse povo a iniciar a ocupação da ilha, vindo a fundar a Aldeia de Assunção em 1792. Esse povo já sofreu muito com inundações por conta de sua posição geográfica, assim como sofreu no regime monárquico com atos administrativos que visavam a sua extinção (NEPE, 2022 c).

Os ataques aos direitos indígenas começaram no final da década de 1960, com a criação da Companhia de produção de mudas e sementes selecionadas do estado de Pernambuco (SEMEMPPE), que implantou a produção de mudas em partes do território, causando tensão com os indígenas locais. Com isso, a FUNAI começou a investigar, em 1976, a presença e identificação de indígenas na região (NEPE, 2022 c).

De acordo com Silva e Bandeira (2009), os índios Truká estão inclusos numa região conhecida como o “Polígono da Maconha”, indicando a violação dos direitos dos indígenas obrigados a conviver em um cenário de guerra com os traficantes, perdendo muitos jovens adolescentes para o plantio da maconha e o consumo de entorpecentes ilícitos.

Desde os anos 1980, o povo Truká enfrenta uma série de violências, que vão de assassinatos – como o do líder indígena Antônio Bingô, em 1981 – a sequestros e torturas contra indígenas, inclusive praticados pela polícia estadual em conluio com a SEMEMPPE. Diante desse contexto, o Cimi Nordeste publicou, em 1992, um documento-denúncia intitulado “Truká: violência, impunidade e descaso”, como uma forma de repúdio à violação dos direitos dos Truká (FEITOSA, 2008). Todos os descasos acima descritos demonstram a vulnerabilidade que o povo Truká enfrenta e que poderia ser reduzida em caso de demarcação de suas terras.

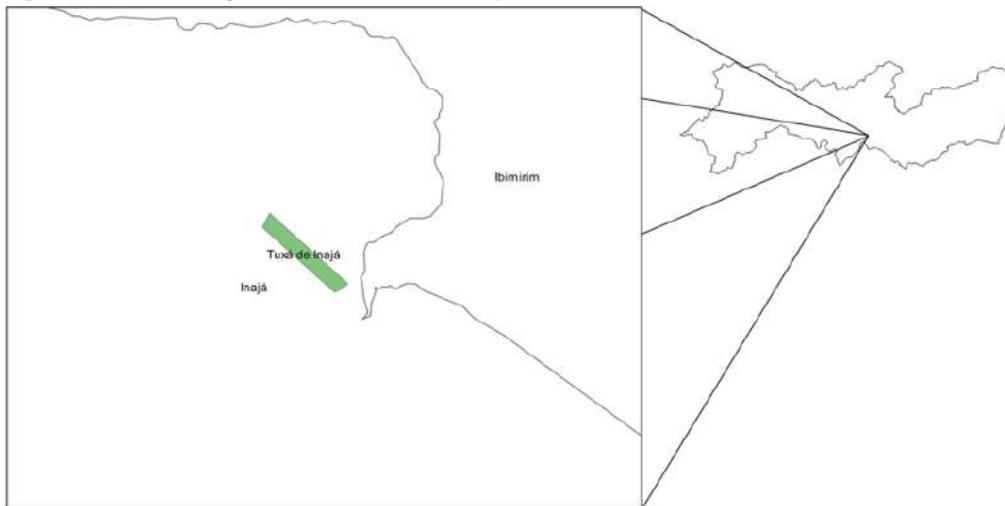
Nesse sentido, existem dois TI para serem reconhecidos pelo governo federal: o TI Truká – Ilhas da Tapera/São Félix/Porto e o TI do Povo Truká-Reestudo. São territórios vizinhos ao TI Truká, sendo expansão de seu território naquela região.

O TI do povo Truká – Ilhas da Tapera/São Félix/Porto foi afetado diretamente pela construção de uma obra anexa à transposição do rio São Francisco: a barragem de Pedra Branca. Dessa forma, a Ilha da Tapera, território tradicional desse povo indígena, que ainda está em processo de regularização fundiária, foi completamente inundada pelo funcionamento da barragem, deixando parte de indígenas Truká sem a sua terra, colocando-os em situação de miserabilidade econômica e social (LEAL, ENEIDA e ANDRADE, 2011).

Já o TI do povo Truká-Reestudo é uma parcela de terra que ainda passa pelo processo de retomada pelos indígenas, os quais reivindicam uma extensão do território para além da Ilha de Assunção, na parte do continente, nos limites do município de Cabrobó. A área é chamada de Reestudo, pois os indígenas aguardam o reestudo de delimitação do TI por parte da FUNAI (MONTEIRO e FERREIRA, 2014).

- **O TI do povo Tuxá de Inajá.**

Figura 9: Localização do TI Tuxá de Inajá



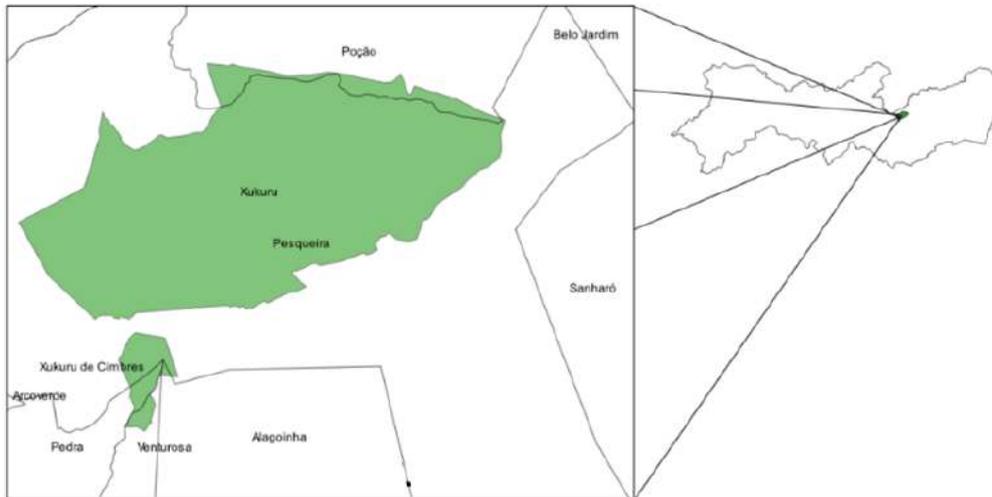
Fonte: Elaboração própria a partir de informações da FUNAI

O povo Tuxá de Inajá é uma população arrasada por tragédias. Em 1985, conforme convênio firmado entre FUNAI e a Cia. Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), os indígenas foram transferidos da ilha localizada em Itacuruba, que viria a ser submersa pelo lago da hidrelétrica de Itaparica (SILVA, 2017).

A construção da hidrelétrica de Itaparica, inaugurada em 1988, causou danos tanto materiais – abandono de casas e terras agricultáveis – como espirituais, com seus lugares sagrados submersos pelo rio São Francisco. Ademais, passaram por um processo de etnogênese forçada, tendo que aprender a conviver em separado, pois foram transferidos para três áreas diferentes. Dessa maneira, temos um grupo vivendo nos limites dos municípios de Ibotirama/BA (Área Indígena Tuxá de Ibotirama), outro no município de Rodelas/BA (Área Indígena Tuxá de Rodelas e Nova Rodelas) e um terceiro junto à margem direita do rio Moxotó, nos limites do município pernambucano de Inajá, onde se situa a Terra Indígena Tuxá da Fazenda Funil (SILVA, 2017).

- O TI do povo Xukuru

Figura 10: Localização do TI Xukuru



Fonte: Elaboração própria a partir de informações da FUNAI

O povo Xukuru está localizado na Serra do Ororubá, no agreste de Pernambuco, entre os municípios de Poção e Pesqueira.

Segundo dados do ISA (2022), no ano de 2010 existiam 12.139 indivíduos habitando as 24 aldeias existentes na Serra, sendo esses índios, no passado, utilizados como mão-de-obra tanto para a criação de gado como para a agricultura, tornando a etnia vulnerável a submissão financeira de grandes latifundiários locais (PHILIPPINI, 2018). Conforme Silva (2008), a grande ameaça aos Xukurus nasceu como a promulgação da Lei da Terra de 1850¹⁹, a qual determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras, aumentando ainda mais as invasões por partes dos descendentes das famílias tradicionais da região, alegando que na área não existiam mais índios. No entanto, apenas no início do século 20 os índios Xukurus passaram a se mobilizar pela posse das terras originárias de seu povo e pela proteção de seus direitos. Fortalecendo suas lutas pelo o reconhecimento do TI, por meio da pressão junto ao SPI,

¹⁹ Lei n 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm Acesso em 28/04/2022.

queriam expressar sua cultura sem serem reprimidos ou denunciados à polícia como catimbozeiros²⁰ pelos reais invasores de suas terras (PHILIPPINI, 2018).

Somente em 1989, depois de muita luta, teve início o processo administrativo de demarcação desse TI. Devido a morosidade do processo, o povo Xukuru decidiu, em 2002, encaminhar petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos apontando violação do direito à propriedade coletiva, com sérias acusações e evidências de que o Estado brasileiro desrespeitou o direito à propriedade consagrado, o direito à integridade pessoal e as convenções internacionais do Pacto de São José da Costa Rica e da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (PHILIPPINI, 2018). Conseqüentemente, em 09 de fevereiro de 2018, a corte proferiu sentença e, por unanimidade, considerou o Estado o responsável pela violação do direito à proteção judicial e do direito à propriedade coletiva. Foi a primeira vez que o Brasil tinha sido julgado em um caso indigenista, considerada uma das maiores conquistas na luta de demarcação territorial (ALBUQUERQUE E SILVA, 2018).

Outro ponto fundamental que marca a vulnerabilidade do povo Xukuru, além da luta por demarcação e violação de seus direitos, é a violência imposta às lideranças indígenas locais, a qual terminou com o assassinado de forma brutal, em 1998, do líder indígena Francisco de Assis Araújo, o cacique “Xicão”, motivado por ações políticas de retomada das terras tomadas por fazendeiros da região (BENITES, 2021).

Na região, ainda temos o TI do Povo Xukuru de Cimbres, que se originou da separação interna dos próprios indígenas Xukurus, ocorrida em 2002, depois do atentado contra o cacique Marcos (filho de “Xicão”) e o assassinato de dois índios que o acompanhavam. Com isso, os familiares dos assassinos foram expulsos do território Xukuru do Ororubá, constituindo os Xukuru de Cimbres (SILVA, s/d). No entanto, até a presente momento, o TI desse novo povo ainda não teve seu processo demarcatório homologado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou apresentar os processos de demarcação dos povos indígenas de Pernambuco, mostrando o quando a lentidão em seus atos é uma violação para os direitos indígenas. Por meio de uma revisão bibliográfica integrativa sobre os povos

²⁰ Expressão preconceituosa utilizada para se referir a praticantes de religiões afro-brasileiras, mas que também era usada contra os indígenas devido à prática de seus rituais.

indígenas pernambucanos, pudemos demonstrar a insegurança que o Estado tem gerado com a sua negligência em relação à morosidade do processo de demarcação dos TI.

A análise permitiu concluir que a ausência do Estado provoca uma situação de insegurança, como é o caso dos Povos Atikum e os Truká, que têm convivido em meio a um cenário de guerra decorrente do tráfico de drogas e até mesmo cenas de destruição total como o ocorrido com a aldeia Massapê, em 1998.

Se não bastasse a omissão do Estado em relação à morosidade das demarcações dos TI e no combate aos crimes praticados por traficantes e fazendeiros, observamos violências provocadas por diversos órgãos governamentais, como nos casos dos Kapi-nawá, afetados pela Unidade de Conservação do Parque Nacional do Catimbau; dos Kambiwá, que sofrem com o racismo ambiental promovidos pelo IBAMA; e dos Tuxá de Inajá, que tiveram seus territórios submersos pelo lago da hidrelétrica de Itaparica, sob responsabilidade da CHESF.

Com isso, a hipótese do trabalho de que lentidão no processo demarcatório de Territórios Indígenas é um dos principais indicativos de vulnerabilidade cultural, social e econômica dos índios é confirmada pelos descasos apresentados. Sendo assim, é evidente que as regulamentações e os processos de demarcações dos TI devem ser aprimorados, principalmente com o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a manutenção e continuidade das vidas dos originários nessas terras.

Por fim, esperamos que esse trabalho possa contribuir para o debate dessa questão fundamental, agregando mais dados, informações, evidências e reflexões sobre a lentidão no processo demarcatório dos TI, responsável por prejuízos materiais e culturais que cada um dos povos indígenas apresentados vem sofrendo há anos devido a negligência estatal.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Evelyn, e SILVA, Carla Ribeiro Volpini. Direito ao território ancestral e a proteção dos povos indígenas: a decisão da corte interamericana de direitos humanos no caso do povo indígena xucuru e seus membros vs. Brasil. **Revista Direitos Culturais**, 15(36), 167-192. Disponível em: <<https://san.uri.br/revistas/index.php/direitosculturais/article/view/20>>. Acesso em: 09, maio de 2022.

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos e AURELIANO, Waleska de Araújo. Toré Atikum: Etnofotografia do “Encantamento”. **Revista Tellus**, 2006. Disponível em:

<<http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/111>>. Acesso em: 09, maio de 2022.

ANDRADE, Lara Erendira Almeida de. “**Kapinawá é meu, já tomei, tá tomado**”: organização social, dinâmicas territoriais e processos identitários entre os Kapinawá. João Pessoa, 2014. Disponível em:< https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7611?locale=pt_BR>. Acesso em 10, maio de 2022.

ANDRADE, Lara Erendira Almeida de. Kapinawá é meu, já tomei, tá tomado: organização social, dinâmicas territoriais e processos identitários entre os Kapinawá. **Repositório Institucional da UFPB**, João Pessoa, 2014. 192 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7611?locale=pt_BR>. Acesso em: 09, maio de 2022.

ARCANJO, Jozelito Alves. **Toré e identidade étnica**: os Pipipã de Kambixuru: (índios da Serra Negra), Recife, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/712>>. Acesso em: 09, maio de 2022.

BARBOSA, Wallace de Deus. **Os índios Kambiwá de Pernambuco**: arte e identidade étnica, Rio de Janeiro, outubro 1991. Disponível em: <<https://pantheon.ufri.br/bitstream/11422/6171/1/415925.pdf>>. Acesso em: 06, maio 2022.

BENITES, Flavio. “**Xicão**” e o processo de retomadas das terras pelos Xukuru do Ororubá (1988-2001), 2021. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602124157_AR-QUIVO_31ad519df7878c78bbdff0d048929850.pdf>. Acesso em: 02, maio 2022.

BIBLIOTECA PROF. PAULO DE CARVALHO MATTOS. **Tipos de revisão de literatura**. Botucatu: Unesp; 2015.

BRAGA, Palloma Cavalcanti Rezende. **Corpo, saúde e reprodução entre os índios Fulni-ô**, Recife, 2010. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/31334/1/DIS-SERTA%C3%87%C3%83O%20Palloma%20Cavalcanti%20Rezende%20Braga.pdf>>. Acesso em 10, maio de 2022

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 11, fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro De 1996. **Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências**.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm>. Acesso em: 27, fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. **Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art6>. Acesso em: 18, fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio.** Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm >. Acesso em 11, fev. 2022.

CIMI. **RELATÓRIO Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil: DADOS DE 2020.** 2020. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>>. Acesso em: 24 abril. 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios na Constituição. **DOSSIÊ 30 anos da constituição brasileira**, São Paulo, V. 37 nº 03, 429 – 443, set. – dez. 2018. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/nec/a/d9Kq7jTt8GqR8DqBSgQbTK/abstract/?lang=pt> >. Acesso em: 27 fev. 2022.

FEITOSA, Saulo F. Povo Truká: uma trajetória de lutas, lutos e libertação: Em memória de Mození Araújo, guerreiro e mártir do povo Truká. **CIMI – Conselho Indigenista Missionário**, 2008. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2008/09/27800/>>. Acesso em: 03 maio 2022.

FUNAI. **Demarcação:** demarcação de terras indígenas. Brasil, 2022 a. Disponível em:<<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

FUNAI. **Geoprocessamento e Mapas.** Brasil, 2022 b. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

GOMES, Eric José Silva. **Índios Pankará da Serra do Arapuá:** representação insurgente no sertão pernambucano, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78181>>. Acesso em: 07 maio 2022.

GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva et al. **A transposição do rio São Francisco e a saúde do povo Pipipã, em Floresta, Pernambuco,** 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/s6SWv6M8p6YXTjDPqhR3WZF/?lang=pt>>. Acesso em 01, maio de 2022.

GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva. **A territorialidade indígena Pipipã vulnerabilizada na transposição do Rio São Francisco e as relações com a saúde em Floresta**, 2019. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34955>>. Acesso em 07, maio de 2022.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. **Revista ANTHROPOLOGICAS**, ano 7, volume 14 (1 e 2): 47-71 (2003). Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/viewFile/23598/19253>>. Acesso em 01, maio de 2022.

HISTÓRIA E NARRATIVAS DO POVO PANKAIWKA / POVO PANKAIWKA, 2021. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/16609/Livro_Historia_e_narrativas_do_povo_PANKAIWKA.pdf>. Acesso em 01, maio de 2022.

ISA — INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terras Indígenas no Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/>>. Acesso em: 06. fev. 2022.

LEAL, Caroline; ENEIDA, Heloisa; ANDRADE, Lara E. **Algumas considerações sobre o vivido. Guerreiras – a força da mulher indígena**, 2011. Disponível em: <https://indiosnordeste.com.br/wp-content/uploads/2015/01/revista-guerreiras_indiosNE.pdf>. Acesso em: 03, maio de 2022.

LÉO NETO, Nivaldo Aureliano. **'Nós somos os donos'**: conflitos socioambientais entre os índios Pipipã de Kambixuru e o ICMBIO no sertão de Pernambuco. In: V REA / XIV ABANNE, 2015, Maceió. Anais da V REA/XIV ABANNE, 2015. v. 1. Disponível em: <https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gt31_k.php>. Acesso em: 03, maio de 2022.

MISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Fases do Processo de Demarcação de Terras Indígenas**: 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. 2022. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-demarcacao/docs/fases-do-processo-de-demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

MONTEIRO, Eliana D. B.; FERREIRA, Eliane D. S. **Impactos na memória, etnicidade e negociação**: reflexões a partir de um estudo de caso, 2014. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402013978_ARQUIVO_Artigo_Monteiro,Ferreira_ABA2014.pdf>. Acesso em: 04 maio 2022.

NEPE - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade, **UFRPE-NEPE**, 2022 a. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nepe/povos-indigenas/kapinawa>>. Acesso em: 2022 maio 02.

NEPE - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade: Kapinawá. **UFRPE-NEPE**, 2022 b. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nepe/povos-indigenas/kapinawa>>. Acesso em: 06, fev. de 2022.

NEPE - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade: Truká. **UFRPE-NEPE**, 2022 c. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nepe/povos-indigenas/truka>>. Acesso em: 06, fev. de 2022.

NOVA Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Pipipã / Coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Organizadores Juracy Marques dos Santos... [et al]. – Manaus, AM: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. Disponível em <<http://juracymarques.com.br/site/wp-content/uploads/2017/08/05-Pipipa.pdf>>. Acesso em 10, maio de 2022.

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. O protagonismo de lideranças Pankará na afirmação da identidade étnica no Semiárido Nordeste. **IF SERTÃO PE**. Pernambuco/Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.32rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUl-FVSVZPljtzOjQ6IjI4NTYiO30iO3M6MT0iaCI7czoz-MjoiYmI1YWlyN2M2NzU2OGE3ZDQzMdHkM2RmNzc4ZmExYjQiO30%3D>>. Acesso em 10, maio de 2022.

PGTA – TI PANKARARU Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Pankararu, julho 2017. Disponível em: <<https://prize.equatorinitiative.org/wp-content/uploads/formidable/15/PANKARARU.pdf>> Acesso em: 07 maio 2022.

PHILIPPINI, Ana Claudia Moreira Miguel. Responsabilidade do estado brasileiro perante os direitos dos indígenas: o caso da tribo Xukuru. **Revista Direito em Debate**, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/6340>>. Acesso em: 09, maio de 2022.

RABELO, Josinês Barbosa. Conflitos ambientais gerados pelo racismo ambiental no processo de implantação do conselho gestor da ReBIO Serra Negra em terras indígenas, PE. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, julho 2010. 303-312. Disponível em:<<https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1431/1151>>. Acesso em: 06 maio 2022.

SANTANA, Paula Manuella Silva de e MAGALHÃES, Tiago Queiroz de. **Caso Xukuru e o Bem Viver do povo Fulni-ô (PE)**, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/65133>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

SANTOS, Daiana G. D.; SANTOS, Elda R. A. **Intervenção em saúde para risco de problemas cardiovasculares em hipertensos do polo base Pankararú Entre Serras**, DSEI-PE, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/12127/1/110576.pdf>>. Acesso em: 07, maio de 2022.

SILVA, Amilca B. D. **Intervenção em saúde para a hipertensão e seus fatores de risco na população indígena do polo base Kambiwá Tuxá**, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/12113/1/110556.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2022.

SILVA, Edson. **Os brasis e suas memórias**, s/d Disponível em: <<https://osbrasisesuas-memorias.com.br/povo-xukuru-do-ororuba/>>. Acesso em: 04, maio de 2022.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira**. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xqxf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2022.

SILVA, Emília J. S. D.; BANDEIRA, Katherine L. C. **O lugar do direito territorial: o caso da tribo Truká**, Serra Talhada - PE, 2009. Disponível em: <<http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/Vencontro/paineis/painel16.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2022.

SILVA, Giovani José da. **Trajetórias diaspóricas indígenas no tempo presente: terras e territórios Atikum, Kamba e Kinikinau em Mato Grosso (do Sul)**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 98 - 126, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5965/2175180311282019098>>. Acesso em: 03, maio de 2022.

SOARES, Leonardo Barros *et al.* **Fatores explicativos das demarcações de terras indígenas: uma revisão de literatura**, 2021. Disponível em: <http://anpocs.com/images/BIB/n96/BIB_96_1-Fatores_explicativos_3P.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2022.

UFPE. **POVOS Indígenas de Pernambuco**. NEPE - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade. Pernambuco, 2022. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nepe/povos-indigenas>>. Acesso em: 06, fev. 2022.

A SENSIBILIDADE DOS SABERES DO SERTÃO SANFRANCISCANO E SEU POTENCIAL EDUCATIVO.

Juracy Marques¹

Kleyton Gualter de Oliveira Silva,²

Maria Rosa Almeida Alves³

RESUMO

O artigo analisa as formas de vida e vivências dos povos tradicionais, a partir das particularidades observadas nos terreiros bantos de Juazeiro e no cotidiano dos povos tamóquim de Sobradinho, cidades do semiárido, que servem como perspectiva educultural indicativas para práticas institucionais brasileiras. Vale ressaltar que se trata de uma proposta de olhar outras formas de vida como exemplo de mecanismo de aprendizagem significativa, tomando como subsídios os conceitos de memória e ecologia para descrever atitudes pontuais, porém, que fazem muita diferença na manutenção da natureza na sua cosmologia. Utilizamos teorias que cooperam com a etnografia da vida humana em si, possibilitando perceber organizações sociais pautadas na proteção de um conhecimento existencial diferente da realidade social predominante nas cidades do país. Portanto, a importância deste estudo em construção, centra nos conhecimentos produzidos a partir da existência dos grupos tradicionais invisibilizados pelas sociedades urbanas capitalistas. Assim, com a visibilidade das comunidades aqui apresentadas, propomos a materialidades de outros estilos de vida na contemporaneidade.

Palavras-chave: Religiosidade. Ancestralidade. Processos Educativos.

THE SENSIBILITY OF THE KNOWLEDGE FROM THE SÃO FRANCISCO BACKWOODS AND ITS EDUCATIONAL POTENTIAL

ABSTRACT

¹ Doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2010. Doutorando em Ecologia Humana na Universidade Nova de Lisboa (UNL-Portugal). Pós-doutorado em Ecologia Humana na Universidade Nova de Lisboa (UNL-Portugal) e em Antropologia pela UFBA. Atualmente é Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), onde é professor permanente dos mestrados de Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGECOH) e do de Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA). É membro da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana - SABEH. E-mail: jumsantos@uneb.br

² Licenciado em Ciências Sociais – UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco; Licenciado em Pedagogia – UESSBA - Unidade de Ensino Superior do Sertão da Bahia S/S Ltda; Mestre em Educação – PPGESA – Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos, UNEB – Universidade do Estado da Bahia. Professor Substituto da UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco (2021/). E-mail: kqualter@hotmail.com

³ Graduada em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia (2003), Especialização em Cultura e História Afro-brasileira (2013). Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia (2017). Professora efetiva da rede pública estadual da Bahia, atuando na Educação Básica. E-mail: rosavidasaudavel@outlook.com.

This paper analyzes the life styles and experiences of traditional peoples, through the particularities observed in *terreiros de banto* from Juazeiro and in the everyday life of the *Tamoquim* people from Sobradinho, cities located in the semiarid region that offer a cultural and educational perspective for institutional practices in Brazil. It is important to highlight that the purpose is to look at different life styles as examples of significant learning mechanisms that are based on concepts of memory and ecology to characterize specific behaviors, however, representing great difference in the conservation of the environment and its cosmology. We have used theories that are related to the human life ethnography itself, which enables the analysis of social organizations based on the protection of an existential knowledge that is different from the predominant social reality of most Brazilian cities. Therefore, the importance of this study is focused on the knowledge produced through the existence of traditional groups that are invisible to capitalist urban societies. Thus, bringing light upon the communities mentioned hereinabove, this paper presents the materiality of different life styles in the contemporary world.

Keywords: Religiosity; Ancestry; Educational processes.

1. INTRODUÇÃO

A Terra é um espaço que abriga uma variedade incrível de criaturas, algumas visíveis e outras tantas invisíveis. Com esse sentimento afirmamos a existência de modos de vida, recheadas sensações, hábitos e práticas, humanas e não humanas. A visão de mundo que descrevemos neste trabalho percebe o espaço terreno a partir de uma cosmovisão, realçando a existência de seres que convivem em mundos invisíveis e desconhecidos da “intensa” sabedoria humana. Essas afirmações fazem parte de um conjunto de argumentos aparentemente sem ligação com a nossa realidade, contudo, ao tempo que esfazem nossa superioridade, revelam organizações vivas altamente orgânicas ao seu entorno, estruturas sociais que revelam intensa conexão com o planeta.

Sobre esta estrutura argumentativa propomos apresentar novas formas de conviver e viver na Terra, com a Terra e tudo que nela habita. Para tanto, apresentando a íntima relação das comunidades tradicionais com os seres vivos e com outros humanos invisibilizados. Sobre essa premissa anterior, conduziremos este trabalho, observando o processo pedagógico dos povos tradicionais brasileiros para que possamos visualizar suas particularidades, nas quais constatamos a existência do ensino, desde a mais tenra idade dos seres da comunidade. Percebe-se que, quando envoltos ao processo, criam

maior harmonia com o planeta, íntima ligação de aprendizagem e convivência com a natureza e seus fenômenos.

Assim, nos propomos apresentar os elementos culturais e relacionais vivenciados junto aos povos indígenas e afrodescendentes no território semiárido brasileiro como ferramenta pedagógica de aprendizagem. Essa atitude se contrapõe ao modelo de sociedade predominante em nosso país, haja vista que cultivam relações de cuidado consigo e com o outro, construindo um equilíbrio ecossistêmico que transcende a biodiversidade do corpo humano, amplitude que tece uma íntima ligação do homem com o meio, com o globo e com o cosmo.

O perfil de convivência a ser descrito, foi desenhado a partir de observações etnográficas, com anotações feitas durante visitas realizadas na comunidade de São Gonçalo da Serra em Sobradinho - BA e nos terreiros de matrizes africanas de Juazeiro, ambas são cidades do norte baiano. As observações anotadas durante as visitas apresentaram aspectos da estrutura de organização social dessas populações, as formas relacionais internas e os processos educativos existentes na organização das comunidades do Sertão do São Francisco (SSF).

O território semiárido é um espaço historicamente marcado por disputas e silenciamento dos mais diversos grupos considerados tradicionais, que vivem cultivando formas alternativas de se relacionar com a natureza e com os outros seres. Essa fagulha de resistência alicerça a luta das comunidades tradicionais ao longo do tempo. Uma cosmologia combatida, invisibilizada e destruída pelos eventos da colonização e do capitalismo em suas várias faces e metamorfoses sanguinárias. As formas de vida tradicionais vêm sendo insistentemente mantidas pelas comunidades como forma de perseverança e preservação dos territórios de morada, lugares considerados sagrados para eles.

Neste transcurso discursivo, a perseverança materializa-se a partir das histórias de vida presentes nas diversas nações invisibilizadas no Sertão do São Francisco, com seus saberes repletos de consciência que nos ensinam formas de convivência com a terra e sua cosmologia. Conviver é mais que sobreviver ou coexistir. Portanto, os povos tradicionais desejam sair do subterrâneo, trazer suas histórias para as vias principais do fluxo de vida do planeta, mostrar sua contraposição ao barulho doentio das sociedades urbanizadas, apresentando outras formas de vida, que desaceleram atitudes destrutivas

dos espécimes em geral e cooperem positivamente com as lutas pela preservação desses espaços.

2. O SER HUMANO: NATUREZA, SOCIEDADE E SUAS RELAÇÕES COM O COSMO.

Há um vasto arcabouço teórico construído ao longo da história sobre o que conecta o ser humano à natureza e à cultura do seu povo, valores, crenças e pensamentos. Uma teia de significados que, em algumas estruturas, negam fatos que possibilitaram pensar a gênese da história humana a partir de processos educativos mais amplos.

Neste caminho, pensar a oralidade usada como ferramenta de ensinar e aprender pelos povos tradicionais, índios e afrodescendente, com suas lendas, mitos e a magias dos encantados protetores das florestas na formação interna do seu povo, torna-se um provocativo para o momento atual da Terra, pensando o planeta como um organismo vivo dotado de alma. Tornando concreto um sentimento que problematizaria ações que abrem gigantescas feridas no planeta, com outros modelos de existência, de pensamentos, similares ao que traz Cramer (2003), quando expressa que:

Durante muito tempo, vivi em um local afastado de tudo que é urbano. Uma casa simples, repleta de vidro e arvores ao redor e um Lago a minha frente, onde todos os finais de tarde ou amanhecer, sentava para apreciar a natureza. Para as outras pessoas, eu era louca (“índia velha”) em cuidar dos animais silvestres que viviam ao redor do meu lar. Sempre tive claro que a minha casa foi uma intromissão naquele mundo, depois passou a fazer parte dele; foi quando os animais passaram a usá-lo como abrigo. Convivia e sabia onde se encontravam as aranhas caranguejeiras e as cobras. Alimentava os lagartos do fundo da horta e à noite deixava comida para os gambás. Vi crescer uma família de ratos silvestres vegetarianos no forro da casa, conversava com eles, sabia a hora que voltavam e saíam para se alimentar (p 16).

Eis uma referência prática de que na natureza entre os seres vivos, o ser humano, se diferencia pela capacidade de reagir ao mundo a partir da reflexão sobre a própria ação, como diz Geertz (2015) **“um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”** (p.4). Essa emanção possibilita entender que é possível construir outras

ações humanas a partir de novos padrões de vida no planeta, pois para tudo temos conceitos, definições que carecem de um passado representativo na história.

A existência humana carece do amadurecimento da ideia de que, embora a Terra possua uma biodiversidade abundante, a sobrevivência humana enquanto espécime tem sido provocadora de graves problemas socioambientais. Portanto, torna-se cada vez necessário pensar noutra forma de se relacionar com o planeta, criando outros olhares para a natureza, que não é exclusivamente como forma de obter lucro a base de garimpo, indústrias etc. Neste norte, o objetivo maior seria alcançar uma homeostase, equilíbrio a partir da cooperação racional, pela manutenção das necessidades essenciais à vida, convivendo como irmãos/irmãs com os demais seres visíveis e invisíveis do planeta.

Contraditoriamente, mesmo após o vislumbamento espacial no dia 12 de abril de 1961, pelo cosmonauta Yuri Alexeyevich Gagarin, que da órbita terrestre narrou o fato que o planeta era um território limitado, finito. Esse deveria ser provocativo do uso consciente dos recursos, porém, ainda somos estruturalmente impactados com narrativas sobre lutas por terras, por direitos relacionados à vida ante ao expropriação em prol de políticas agrárias que vislumbram uma larga produção, negando a necessidade do cerceamento da fome, tão presente na vida da espécie humana.

Esses conflitos desenham dois lados de uma moeda: os povos tradicionais de um lado, que, em parte, tratam o planeta como uma extensão dos seus corpos e do outro lado, a agroindústria, as mineradoras e as hidroelétricas, conjunto de instituições que se relacionam com a terra apenas com o objetivo de produzir mercadorias direcionadas ao mercado internacional. Um mercado alicerçado na maximização do lucro, seja pela produção com uso de agrotóxico, uso indiscriminado da água e mão de obra.

Assim, o sentimento que se expande é o de infinidade terrena. A classe que prospera é aquela que tem vidas pautadas no ter, “ricas!?”, inflando ainda mais a intensa forma de colonização protagonizada pelos europeus no passado. Formas de repressão ainda replicadas na região do semiárido direcionadas à negação das lutas pela sobrevivência humana, sobrecarregando um conjunto invisível de pessoas, residentes de um desconhecido espaço no semiárido brasileiro, porém, território existente e de resistência.

3 A VIDA DOS POVOS TRADICIONAIS ANTE A SOCIEDADE DO CONSUMO

Os movimentos interculturais determinados pela ganância humana mostram pelos diversos fatos históricos - entre eles a escravização das nações africanas e povos indígenas - que o sentimento do ter, em abundância, destoa da prosperidade e do bem viver. Essa ganância torna o ser humano o único vivente capaz de explorar racionalmente o próprio espécime para satisfação de vícios. A insipiência dos espaços construídos continua abrigar a mesma carência “alienígena”, dos *homo* deuses, com vidas pautadas no consumo, nas agroindústrias, garimpos e hidroelétricas, ou seja, voltados às coisas materiais.

Na contramão deste processo, no Semiárido, particularmente em Juazeiro, Estado da Bahia, há exemplos de lutas que se materializam nos terreiros de candomblé e umbanda⁴, os quais adotam alguns elementos do culto aprendido com os indígenas, os caboclos. Espaços identificados como de origem *ketu* e angola, ou seja, de origem *yorubá* e banto – tendo na sua origem africana as particularidades que decorrem dessas heranças culturais, embora com todas as marcas corporais oriundas das interrelações ocorridas na diáspora. A resistência possui elementos estruturados pelas reminiscências de um modo de ser e de viver expressos na filosofia africana, os quais entendem o mundo natural como a fonte de equilíbrio, riqueza e bem-estar. Sendo assim, para esses povos,

O mundo natural é o mais seguro e rico laboratório da raça humana. É um laboratório sem paredes, que os Bântu continuam a descobrir desde a sua mais tenra idade. O processo fundamental de aprendizagem para os jovens Bântu tem lugar dentro desses laboratórios sem paredes. As pessoas andam dentro deles silenciosamente, por causa da sua sacralidade, e elas ficam de pé ali assim como diante de monumentos (Fu – Kiau, 1991, p. 4).

Tomando-se como exemplo os povos bantos, (grupos etnolinguísticos de raiz banto), que tem sua forma de vida, como assegura Lopes (2012), a base da cosmologia estaria ancorada na ancestralidade e nos ensinamentos ancestrais, que ultrapassam o

⁴ Conforme estudos realizados para a elaboração da cartografia dos terreiros de candomblé/umbanda de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, (MARQUES, 2015) verifica-se que nesse território específico as casas de culto de matriz africana, em sua maioria, praticam o culto cruzado, incluindo elementos indígenas em seus rituais, como a presença dos caboclos.

tempo e se tornam sabedoria permanente. Bantos foram povos que somaram grande parte do contingente que aqui chegou, na condição de escravizados, em Pernambuco e na Bahia, como em outros estados brasileiros.

Conforme afirma Lopes (2012, p. 150), os bantos crêem num ser supremo criador e o respeitam, “mas só se dirigem a ele em caso de extremo desespero”. Em geral, veneram seus mortos e não fazem nada sem o assentimento da ancestralidade, de forma que o mundo natural e o sobrenatural estão em constante relacionamento. Esses seres/divindades que habitam o invisível, são cultuados com os nomes de Nkisis, Voduns ou na tradição ketu, são os Orixás. Representam forças da natureza como os mares, as águas doces, os ventos, a terra e outras. As divindades conhecidas pelos nomes de Oxossi, Dandalunda, Yemonjá, Iansã, Ndembu (Tempo ou Iroko) e tantos outros, são seres encantados que se manifestam através das ritualidades de matriz africana, onde se verifica também, em muitos casos, a presença de elementos dos cultos indígenas, os caboclos e caboclas com suas variadas manifestações.

A vida dos povos Tamoquim⁵ é outro exemplo de resistência e perseverança. Nessa comunidade, o modelo de existência teve seus primeiros registros na margem esquerda do Rio São Francisco e seu caminhar histórico foi impactado por diversas ações de colonização, as forças de desapropriação da “Sesmaria”, a construção da Barragem de Sobradinho e a obrigação de adotarem sobrenomes portugueses para garantir a sobrevivência.

Mesmo com tantas forças negativas sobre seus ombros, os Tamoquim mantêm viva as relações de organicidade com a natureza - vivas na vida dos Tamoquim mais velhos. Os anciãos que conservam a crença de espíritos dos ancestrais, os encantados, aspectos culturais que residem nas áreas dos sítios arqueológicos do Boqueirão do Riacho São Gonçalo, no município de Sento Sé, conforme estudos do professor Kesting (2007), que registrou nesta mesma área 31 sítios, definindo-os como “Área arqueológica de Sobradinho”. Esses anciãos lutam pela preservação da caatinga, vegetação típica da região, misticamente agrupadas as serras e a natureza cósmica deste espaço.

Os cultos afro-brasileiros e a resistência Tamoquim (Moquim) são relatos semelhantes aos dos diversos outros grupos indígenas em todo território brasileiro. Nexos

⁵ Kesting (2007), Índios da Área Arqueológica de Sobradinho – Ba.

a partir da sintonia com a cosmologia e a filosofia das origens, quando trazem a ligação com o sagrado através dos elementos da natureza. Para isso, tornam-se uno: homens, natureza, sociedade e cosmo. Transcendendo em energia para as plantas, as águas, a terra, o ar, para que sejam conservados em sua essência, na sua pureza, por conterem o axé (energia) das divindades que habitam o ambiente natural.

Como afirma Unger (1991), há uma unicidade do ser humano com o cosmo. “A nova espiritualidade reconcilia o ser humano com o universo. Ele não precisa ter vergonha de suas raízes cósmicas. Antes, pelo contrário, afirmá-las como forma de comunhão com o todo” (p.14). O respeito às origens desses lugares, apontam para a importância que é atribuída aos idosos como fonte de sabedoria, os quais possuem lugares de veneração e respeito, vendo-os como bibliotecas ambulantes (LOPES, 2012).

O sentido comunitário, em geral, energizado pela oralidade, tem uma importância destacada por Mabona (1964), ao relatar que entre os Nguni da África do Sul não há uma palavra que signifique “parentesco” da forma como conhecemos nas línguas européias. Tem-se, no entanto, uma palavra similar que faz essa associação, que é *ubudlelane*, significando “comer junto.” Dessa forma, descreve Lopes (2012, p. 147): “[...] entre os Ngunis as festas e cerimônias destinadas a manter ou restabelecer as relações comunitárias (reuniões em que os membros da comunidade comem juntos), se revestem de um caráter altamente simbólico”.

O sentimento coletivo vivenciado pelos povos nativos, realçam o sentido de guardiões, evidenciando o sentimento coletivo vivenciado pelos homens no interior dessas comunidades ao fazerem coincidir num único verbo, possivelmente retrate significados tão diferenciados para nós quanto *dever* e *poder*, *querer* e *precisar*. Nesse sentido, afirmam o respeito pelo direito do outro, uma vez que se pode aquilo que se deve, ao invés de querer mais do que precisa.

Lopes, (2012) na mesma perspectiva, expõe também que em Quimbundo⁶ o verbo *kubinga* significa tanto *dever* quanto *precisar*, sendo que nas línguas Suaíli e Umbundo também ocorrem verbos com significados semelhantes. As relações entre os membros de uma comunidade são reforçadas pelas crenças e formas de celebrá-las. Tomando como exemplo os bantos, a filosofia e a cosmogonia desses povos, pode entender que se embasam na crença de que tudo o que há na terra é um presente divino para que os

⁶ Uma das línguas africanas do grupo Banto, referida por Lopes (2012).

homens e mulheres possam se desenvolver e resolver todas as suas demandas plenamente; assim:

Aos olhos do povo Africano, especialmente aqueles em contato com os ensinamentos das antigas escolas Africanas, a Terra, nosso planeta, é *futu dia n'kisi diakânga Kalûnga mu diâmbu dia môyo* um sachet (pacote) de essências/remédios amarrados por *Kalûnga* com intenção de vida na Terra (FU-KIAU, 1991, p. 111).

Neste caso, a forma tradicional de conviver com o ambiente, centrada nos elementos naturais da vida, nos ensina que existem fortes enganos nas perdas imateriais na vida medida pela moeda ou coisa. Assim, o homem se distancia cada vez mais da ancestralidade como algo sagrado, pouco é revisitada. Argumento provocativo para entendemos que se torna necessário uma revisão dos modelos de ser e conviver nas sociedades atuais, como chama atenção a líder espiritual Makota Valdina⁷ (2005) “A humanidade está se matando aos poucos à medida em que destrói os seus espaços naturais”.

Essa afirmação de uma liderança feminina dos povos de terreiro na Bahia, Makota Valdina, como é conhecida - pelo seu título na hierarquia da casa que representa o terreiro Tanuri Junsara – em Salvador, traz uma questão crucial que corrobora nosso ponto de vista nessa discussão: a importância de revermos as bases desse modelo civilizatório no qual vivemos e nos enraizamos, principalmente, na construção da “teia de sentidos”, observando de quais espaços adquirimos os fios. Sabemos que os fios nos conectam em tempo real com qualquer parte do mundo, porém, não podemos permitir que estes nos distanciem da nossa origem, daqueles que nos cercam, fazendo-nos negar ao elo das trocas interpessoais e dos vínculos comunitários.

Nessa reflexão, ressaltamos a importância de falar sobre outras formas de relação com a natureza e seus sentidos visíveis e invisíveis. O tempo, como sentido africano não é fragmentário e descontínuo, e sim ele é vivo, multiforme, contínuo, pluridimensional. Aspecto que nos ensina sobre a crença de que, tudo ocorre no seu tempo, na renovação dos ciclos e exalta a paciência ancestral. Demonstra que mundo visível e o mundo

⁷ Em entrevista concedida à Revista Palmares (Ano 1, n. 2, dezembro de 2005)

invisível estão interligados, pois, o universo é uma teia onde todos os seres estão tecidos no tempo e no espaço fluente (FU-KIAU, 1997). Assim, essa vivência temporal/atemporal descrita por Hama e Ki-Zerbo (2010), propõe que

O tempo não é a duração capaz de dar ritmo a um destino individual; é o ritmo respiratório da coletividade. Não se trata de um rio que corre num sentido único a partir de uma fonte conhecida até uma foz conhecida. Ora, em geral o tempo africano tradicional engloba e integra a eternidade em todos os sentidos. As gerações passadas não estão perdidas para o tempo presente. À sua maneira, elas permanecem sempre contemporâneas e tão influentes, se não mais, quanto o eram durante a época em que viviam. Assim sendo, a causalidade atua em todas as direções: o passado sobre o presente e o presente sobre o futuro, não apenas pela interpretação dos fatos e o peso dos acontecimentos passados, mas por uma irrupção direta que pode se exercer em todos os sentidos. (p. 24)

Assim, os afro-indígenas nos ensinam a partir da sua vivência, harmonia com natureza, a sociedade e o cosmo. Contudo, carecemos de outra ética ecologicamente humana, como assinala Marques (2012), “numa ecologia das profundas dimensões das liberdades humanas e suas responsabilidades para com os outros seres da Terra” (p 19), ciente que a civilização atual carece de uma resignificação de suas práticas, pois, como afirma Marques “a nossa civilização é órfã quando se trata de feridas da alma” (2016, p. 16). Assim, criaríamos um coletivo, com novas possibilidades de viver plenamente a saúde física, mental e espiritual.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi visto, pode-se dizer que parte significativa dos povos tradicionais possui uma íntima relação com a natureza. Observar essa convivência e ter o privilégio de sentir a presença da força dos encantados na luta pela preservação, possibilitou um aprendizado, aspectos que representam conhecer o mundo espiritual, a raiz da nossa existência.

A Terra é o material do espírito, por isso, eles (os povos tradicionais) vivem esta integração constante com a espiritualidade, que se faz presente na relação com a natureza no dia a dia, nos rituais, nos elementos de força e inspiração. No plano terreno, entendem o contato com o ar, o cosmo e os seres vivos como símbolos de poder, não o poder de dominar, mas o poder de se integrar. O modelo civilizatório que consideramos esgotado e que tem como principal fundamento a lógica da exploração da natureza para o lucro, contrapõe-se absolutamente a esse modelo integrativo que os povos afro-indígenas têm como base cultural e existencial. É essa relação que apresentamos como elemento necessário às gerações atuais, como forma inclusive de proporcionar a continuidade da vida no planeta.

Nesse sentido, acreditamos que rituais e crenças ancestrais que, apesar de toda forma de destruição imposta, ainda se encontra viva, estão distantes do que aprendemos na escola que é, por sua vez, eurocêntrica, fálica, branca, racista, homofóbica, ancorada nos fundamentos da materialidade, do sucesso financeiro, desprovida da dimensão profunda da sensibilidade humana para com o cosmos. Aprender a se conhecer como um ser coletivo em unidade com natureza requer conhecimentos que ultrapassam as propostas educacionais vigentes, alimenta a memória em função da vida em sociedade, valorizando e resgatando os elementos culturais afro-indígenas.

Portanto, o formato de vida dos povos tradicionais, pautado na relação íntima com planeta, entende que a ancestralidade permite a construção de outros seres humanos. Contudo, a negação da existência desta necessidade de uma produção organicamente ligada a novas práticas preocupadas com a unidade, homem-natureza ou natureza-homem, conduz a formas indesejáveis de agir, de atribuir significados, fazendo nascer valores que passam a ser compartilhados e conduzem o fluxo para destruição total da vida.

Neste norte, a importância das constatações deste trabalho promove o conhecimento e a problematização sobre os modos de existência das populações afro-indígenas do SSF - em face de um profundo silenciamento proposital verificado acerca desses povos - significa dar voz a outros saberes, por sua vez, necessários à preservação da vida no planeta e à sobrevivência da própria espécie humana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **Saberes e viveres de mulher negra: Makota Valdina**. Disponível em < <http://www.palmares.gov.br/> > acesso em 30/06/2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MARQUES, Juracy. **Ecologia da alma**. Petrolina: Franciscana, 2012.

_____. **Ecologia do Espírito**. Paulo Afonso: Editora da SABEH, 2016.

MABONA, Pe. Mongamele. **A espiritualidade africana**. Paris: Presença Africana, 52, 4. Trim 1964.

HAMA, Boubou e KI-ZERBO, J. **Lugar da história na sociedade africana**. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história. Brasília: UNESCO, 2010.

CRAMER, Silvia Roberta. **A busca da unidade em vivências com a natureza**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

FUKIAU, Kimbwandende Kia Bunseki. **A visão bântu kôngo da sacralidade do mundo natural**. Self Healing Power e Therapy (p.111), Vantage Press, Inc., N.Y, 1991.

Kesting, Celito. **Identidade dos grupos pré-históricos de Sobradinho-Ba**. Recife: O autor, 2007.

LOPES, Ney. **Novo Dicionário Bantu do Brasil**, 2ª. Ed, Pallas, RJ 2012.

UNGER, Nancy Mangabeira. **O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

OS CIGANOS CALONS NA REGIÃO NORDESTE: UM ESTUDO SOBRE AS DEMANDAS POR ACESSO AOS DIREITOS¹

Marciana Ferreira Bento, UFCG²

Mércia Rejane Rangel Batista, UFCG³

RESUMO

O artigo apresenta o resultado da pesquisa realizada no âmbito do Projeto PIBIC com financiamento do CNPq (Edital 2016) cujo objetivo foi o de mapear e refletir sobre os processos que mostrassem as demandas por direitos reivindicadas pelos grupos ciganos que percorrem a região Nordeste do Brasil. Esse processo evidenciou os ciganos estão se pensando enquanto sujeitos de direitos e de que modo as mudanças nos arranjos do Estado repercutem nas ações desenvolvidas por estas comunidades. O nosso marco temporal inicia-se na década de 1990, considerando, especialmente, os processos que se instauraram a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Para tanto localizamos as demandas que se configuram não só no âmbito dos órgãos públicos (nos três níveis: municipal, estadual e federal), como também o que está se fazendo visível nos meios de comunicação. Destaca-se como resultado: 1) a pouca presença de demandas dos ciganos juntos aos órgãos públicos que se propõem a representá-los e defendê-los, como também 2) a repetição dos problemas que são levados ao conhecimento dos referidos órgãos – discriminação, preconceito, desemprego, acesso precário aos serviços de saúde – e que parecem ainda se eternizar.

Palavras-chave: Grupos Étnicos, Ciganos, Demandas por Direito.

THE CALON ROMANI PEOPLE FROM THE NORTHEASTERN REGION: A STUDY ABOUT THE DEMANDS FOR ACCESS TO RIGHTS

ABSTRACT

This paper presents the result of a research conducted through the PIBIC project, financed by CNPq (2016) whose objective was to chart and reflect on the processes that approach the demands for rights claimed by Romani people that live in the Northeastern region of Brazil. This study has evidenced that the Romani are seeing themselves as citizens with rights and has discussed how the changes in State organizations are reverberating in actions developed by these communities. Our timespan starts in the 1990s, considering, especially, the cases that have been filed through the promulgation of the 1988 Federal Constitution. For this, we have located the demands that were developed not only through Public Agencies (in all three levels: city, state and federal), but also the ones carried out through communication means. The highlighted results are: 1) the small occurrence of Romani demands linked to Public Agencies that are willing to represent and defend them; 2) the repetition of the problems that are presented to such

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, 09-12dezembro de 2018, Brasília/DF

² Mestra em Ciências Sociais, UFCG, Campina Grande, PB, e-mail: marciana.ferr@gmail.com

³ Doutora, Profª do PPGCS e UACS, UFCG, Campina Grande, PB, e-mail: mercia.batista1@gmail.com

agencies – discrimination, prejudice, unemployment, precarious access to healthcare services – which seem to be part of an eternal cycle.

Keywords: Ethnical groups; Romani people; demands for rights.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos temos nos deparado com um número crescente de pesquisas e publicações que buscam discutir a constituição e a dinâmica de grupos étnicos (pensados muitas vezes através da chave da categoria minoria) na sociedade brasileira. Desde que a Constituição Federal foi promulgada em 1988, tivemos um avanço com relação ao modo como o Estado passou a conceber os direitos diferenciados face à existência das minorias. O Ministério Público Federal, ao atribuir a defesa dos interesses das minorias étnicas (art. 6, VII, “c”), indicou aí uma etapa distinta, quando comparada aos períodos anteriores na nossa história. Como uma decorrência, passamos a ter a aplicação de políticas afirmativas reivindicadas por minorias sociais, que ganharam espaço e se concretizam na atual conjuntura governamental brasileira. Medidas contra a discriminação vêm sendo discutidas, objetivando promover ações positivas, buscando-se combater às condições estruturais que geram um estado de pobreza, como também favorecem a permanência das desigualdades sociais (CUNHA, 1986; POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998).

Os povos historicamente desfavorecidos instauraram dinâmicas que geram conquistas em graus variados (FONSECA, 1996; GASPAR, 2014), buscando-se assim, produzir uma resposta ao longo processo histórico de exclusão. Para além de uma compreensão de efetividade dessas políticas, as minorias com pouca ou nenhuma visibilidade, permanecem com uma escassa participação na discussão política e acadêmica. Para indicar esse universo, podemos contrastar a situação dos Povos Indígenas – que sendo uma minoria numérica e social – vem realizando suas lutas reivindicatórias de modo mais efetivo e bem sucedido; diferente dos chamados remanescentes de quilombo, que demonstram um poder articulatório menor (SEYFERTH, 1983). No limite, parece-nos que no caso dos grupos ciganos, temos um cenário bastante distinto. Então, é sobre essa minoria étnica que trata este artigo: os ciganos.

Os ciganos, tomados aqui enquanto grupos étnicos, encontram-se presentes em boa parte do mundo, e revelam-se como um “objeto” de reduzido interesse acadêmico.

A maior concentração de população cigana está na Europa e é registrada no continente americano (MOONEN, 1996). Com relação ao Brasil, temos uma expressiva concentração e, no caso da região Nordeste, consideramos um universo que se está parcialmente quantificado, embora ainda apresente um desafio à pesquisa, pois os ciganos ainda são vistos enquanto exemplos de populações exóticas e que são pouco relacionados aos processos contemporâneos de emergência de grupos étnicos, distintos e demandantes de direitos (SULPINO, 1999; MOONEN, 1996).

Não há dados exatos sobre a população cigana no Brasil, isto é um indicativo que se revela problemático, pois o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lida preferencialmente com populações sedentarizadas, enquanto que os ciganos se auto representam enquanto nômades ou seminômades (MARTINEZ, 1989). Segundo Lúcia Gaspar, Bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco, em texto de divulgação, a partir da pesquisa realizada pelo IBGE, para o Censo 2010, conta-se com 800 mil ciganos, que foram pela primeira vez mapeados oficialmente em seus acampamentos. Nesse exercício de pesquisa, esta população se concentra em quase 300 cidades brasileiras, especialmente no litoral das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, com destaque para o Estado da Bahia, que apresentou o maior número de grupos.

Estamos diante de um cenário que implica num esforço de pesquisa, pois desde o termo “cigano” (que deriva da palavra espanhola gitano, assim como a inglesa gypsy, indicando aí uma suposta origem egípcia, marcando o exotismo), estas designações atribuídas por não ciganos foram assumidas por eles, já que eram obrigados a se identificarem junto às autoridades locais (OKLEY, 1983). Na Europa se distinguem em Rom, cuja língua é chamada de romani, Sinti, de língua sinto e os Calon que falam o kaló ou calé. Cada grupo se divide em subgrupos, que formam comunidades familiares. Os Calon são chamados de ‘ciganos ibéricos’; que se diferenciam dos Rom pelo aspecto físico, economia, aspectos linguísticos e costumes (GOLDFARB, 2003; CUNHA, GOLDFARB, BATISTA, 2014).

No caso do Brasil, e partindo dos registros históricos, podemos dizer que a população cigana encontra-se nesse território desde o século XVI, sendo que o mais antigo documento sobre a entrada de ciganos no Brasil é um alvará de D. Sebastião, de 1574, comutando em degredo a pena de galés do cigano português João Torres. Documentos de 1686 informam que ciganos são degredados para o Brasil, especialmente para os estados de Pernambuco, Maranhão e Bahia (GOLDFARB, 2004).

Efetivamente, embora de presença antiga e continuada, temos até o momento um número reduzido de trabalhos que apresentem a realidade vivida pelos grupos ciganos e na sua maioria quase sempre enfatizam a 'tradição, os aspectos culturais, tornando-os reféns de uma visão externa e imobilista, pois passam a ser definidos enquanto portadores de uma cultura. A crítica a tal definição foi bem realizada por Barth no seu clássico texto de 1969. A grande maioria dos trabalhos desenvolvidos no Brasil (MORAES FILHO, 1981; MOONEN, 1994) e em outras regiões do mundo (VAUX DE FOLETIER, 1984; MARTINEZ, 1989) denotam uma acentuada preocupação com a origem destes grupos.

Observando a literatura existente, perceberemos que os estudos sobre os grupos ciganos tendem a oscilar entre a busca de um momento inicial dos grupos e a tentativa de apreendê-los por meio de traços culturais característicos (CAMPOS, 1999; CHINA, 1936; COSTA, 1990 dentre outros discutem essas questões). Nesta perspectiva, este artigo, resultado do esforço de pesquisa, procura identificar como os ciganos localizados na região Nordeste do Brasil se autodenominam, se pensam, e quais categorias utilizam para se construírem enquanto ciganos, ao mesmo tempo como brasileiros, nordestinos ou cidadãos de suas localidades, especificamente nos processos de interação com as diversas instâncias do poder público e da sociedade abrangente.

No plano da apresentação deste artigo, buscamos trazer os dados levantados sobre os grupos ciganos sedentarizados ou nômades, especialmente, buscando apreendê-los nas interfaces com as instâncias/ instituições públicas e enquanto objeto de pesquisa no mundo acadêmico (IVATS, 1975; LOCATELLI, 1980).

Para compreender tais grupos, sedentarizados ou nômades, investigamos o processo de construção da identidade étnica, visando apreender os elementos constitutivos desta identidade cigana, que são propiciadores de significados e capazes de articular uma visão de coletividade (Weber, 1ª edição, 1922; 1994).

Nesse contexto, a investigação se guiou pela busca das formas de diferenciação social, visto que, como nos mostra o antropólogo norueguês Fredrik Barth, não é o isolamento geográfico ou social que representa o fator definidor da diversidade cultural. Buscamos, então, através do levantamento, discutir essas situações que envolvam grupos ciganos que se apresentam enquanto tal e demandam acesso diferenciado, movido por esta condição de uma minoria ou grupo étnico. Procuramos então, compreender como se está demandando e destacando contextos e conteúdos, cruzando-os com este cenário de direitos diferenciados (BACHELARD, 1994) e para tal,

procuramos perceber como esses conjuntos se apresentam e se atualizam através dos processos de reivindicação de atuação dos órgãos públicos.

A perspectiva aqui desenvolvida visou mapear a produção bibliográfica recente existente sobre grupos étnicos e demandas por direitos diferenciados, procurando, através de pesquisa em bancos de dados universitários, de instituições de pesquisa, bibliotecas, bem como sites de informação e divulgação referentes à presença dos ciganos, recolher e produzir nexos classificatórios sobre os dados da produção ocorrida no período posterior a homologação da Constituição Federal de 1988 (FERRAZ, 2010; TEIXEIRA, 2016).

2 REFLETINDO CONCEITUALMENTE

O conceito de etnicidade do qual partimos vem da contribuição do antropólogo Frederik Barth (2000), que estabelece uma das principais críticas à concepção da etnicidade pela perspectiva estritamente cultural. Para o autor, tal perceptiva coloca os grupos étnicos dependentes do reconhecimento de determinados traços, aspectos culturais para que possam ter suas identidades consideradas, pois, na perspectiva culturalista, o que confere a identidade de um grupo são características culturais específicas que cultivam.

Neste sentido, ser cigano corresponderia a dispor de certos costumes e modos de viver específicos. A Identidade cigana seria conferida a grupos e indivíduos portadores de determinadas características culturais comuns e essenciais em seus modos de se vestir, comer, morar, em suas sociabilidades como um todo. O problema é que na ausência de determinados traços considerados marcadores essenciais de sua cultura, a ciganidade – isto é, a condição cigana – é colocada em questão.

Barth, no entanto, defende a etnicidade enquanto fenômeno de caráter gerativo e discute sobre os processos que envolvem a construção e manutenção dos grupos étnicos através da construção e manutenção de fronteiras étnicas. Assim, partindo da concepção das fronteiras étnicas, observa-se que os grupos mantêm suas identidades ‘específicas’ mesmo quando suas características culturais se modificam se atualizam, pelo contato com outros grupos, com outras realidades sociais, culturais, econômica e políticas.

Neste sentido, “é a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado” (BARTH, 1998, P. 34). É, enfim, em contato com o não cigano que sua identidade se “conforma”, não de modo definitivo, mas em um processo constante / contínuo de mudanças, de atualizações e (re) articulações; a partir da diferenciação do que pertence ao “eu” ao que seria do “outro” reconstituem e reforçam, modificam e/ou atualizam seus aspectos indenitários.

Poutignat e Fernart (1998) mostram como, a partir das abordagens interacionistas, os estudos passaram a levar em consideração os modos como os grupos se constituem em relação aos outros. Entendendo que o fenômeno da etnicidade está relacionado a processos que comportam suas especificidades dependendo dos contextos e aspectos culturais, mas também políticos, sociais, econômicos e históricos que o envolve. Dito de outra forma, é em constante relação que os grupos elaboram e “reforçam” sua identidade na medida em que se contrapõem aos outros, ou se percebem e se afirmam enquanto diferentes quando situados em situações específicas (OLIVEIRA, 2000).

Este processo, no caso do Brasil, pode ser percebido quando lembramos as transformações que ocorreram a partir da abertura estabelecida pela Constituição Federal promulgada em 1988, quando começam a emergir, atrelado aos processos de reivindicações identitárias, a narrativa da emergência de “novos” grupos indígenas quando o que se tinha eram grupos que sempre existiram, mas que a partir da abertura proposta pelo novo texto constitucional, começaram a ‘resgatar’ suas ‘características culturais indígenas’ e a reivindicar sua identidade de índio, através da qual poderiam enfim reivindicar o acesso à demarcação de terra. Para Oliveira (2000), a emergência das demandas indígenas representa o processo identitário que é perpassado, segundo ele:

[...] uma trajetória (que é histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem a se acoplar). O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade. Por (OLIVEIRA, 2000, p. 18):

Deste modo, argumenta que o “surgimento” das novas etnias envolve processos complexos que articulam aspectos culturais e sentimentos de pertencimento, mas também questões históricas, sociais e políticas que envolvem e, de certa forma, influenciam na construção indenitária desses grupos.

Souza (2013), em sua tese de doutorado, percebe que a UCB (União Cigana do Brasil) e a RCC (Roma Community Center, no Canadá) articulam as identidades ciganas nas esferas públicas, escolhendo e agenciando em suas posições, os aspectos culturais de acordo com os contextos e as demandas colocadas em questão. Assim, buscam apresentar para o público, para o diálogo com “o outro”, suas características distintivas de ciganidade. Assim, concebem a identidade cigana enquanto um resultado de processos de codificação política na medida em que a articulação do que é ser cigano se dá de forma específica em diferentes contextos, por meio do qual os atores, enquanto agentes políticos, reivindicam suas demandas específicas, levando em consideração sempre os meios com quem dialogam.

Forma semelhante desse processo de agenciamento dos aspectos culturais pode ser encontrada no estudo realizado no município de Souza, na Paraíba, no qual Medeiros e Batista (2015) apresentam um novo olhar sobre a questão nômade a partir da análise de grupos ciganos com moradias fixas, mas que continuam a reivindicar, em seus relatos, que o nomadismo ainda é um aspecto cultural definidor de sua identidade cigana. Segundo as autoras, este marcador cultural se reatualizou entre eles e, no contexto atual, apresentam uma nova configuração, na forma de um nomadismo sazonal. Assim, afirmam que:

Existe um fluxo de solidariedade entre os ciganos muito forte - eles ainda viajam, circulam entre as cidades nas quais existem parentes, amigos, conhecidos, aliados. Haja vista, que ao estar entre eles percebemos entre conversas que se constitui uma dinâmica constante de viajar, de receber parentes, amigos, o que demonstra essa atividade de sair em viagem com o grupo de parentes. O que distingue parece ser a forma pela qual passaram a se movimentar. Não é mais em “cima do lombo do cavalo”, mas em automóveis. E o fato de morar em casas não implicou numa plena ‘sedentarização’, já que os mesmos não são grupos ‘inativos’, pois tem uma dinâmica caseira e a habitação fixa não os faz presos a esta construção ou local. Há uma ideia de se parar de andar não parando, desatrelando-se assim de uma imagem de fixidez.(MEDEIROS E BATISTA, 2015, p. 220).

Percebe-se que o debate acerca da conformação da identidade cigana envolve diversos fatores que não só suas características culturais (CAMILLO, 2010; LOPES, 1987; MACHADO, 2003; NASCIMENTO, 2013). Neste sentido, tomamos como mote, as contribuições aqui destacadas com o intuito de trazer o nosso foco para compreender esses grupos em sua complexidade. A literatura mostra que as identidades e os aspectos culturais característicos de determinado grupo se reatualizam a partir dos agenciamentos de aspectos culturais variados, sem que tal processo, no entanto, concorra para o “enfraquecimento cultural” (HOBSBAWN & RANGER, 1984). Pelo contrário, essas identidades modificam sem perder, com isto, a percepção coletiva de pertencimento comum a um grupo (HALBWACHS, 1990). Assim, os aspectos culturais do que é ser cigano passam por modificações, se reconfiguram no presente enquanto resultado de determinadas especificidades culturais reatualizadas e recortadas por contextos distintos.

2.1 “O que estamos reivindicando? tudo!”: as demandas por acesso aos direitos na região Nordeste

Nossa pesquisa se concentrou no levantamento de dados realizado nos sites da 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, e em sites do Ministério Público Estadual e Federal dos Estados da Região Nordeste. Numa visão ampla, os registros das demandas se concentram com maior notabilidade nos Estado da Bahia, Paraíba e Pernambuco. Nos Estados do Ceará, Piauí e Sergipe, não foi identificada nenhuma matéria que registrasse as demandas por direitos existentes. Nestes, somente encontramos alguns sites com conteúdos diversos sobre os ciganos, mas nenhum registro de atividades realizadas e/ou mediadas pelo Poder Público nesses três Estados. Conforme demonstra a tabela 1.

Estados	Ministério Público Estadual	Ministério Público Federal	6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais	Total de matérias por Estado
Alagoas	1	1	-	2
Bahia	5	4	2	11

Paraíba	10	-	5	15
Maranhão	1	3		4
Pernambuco	6	-	2	8
Rio Grande do Norte	-	3	-	3
Total de registros por órgão público:	23	11	9	43

Tabela 1. Registros de eventos relacionados aos Ciganos.

Em Alagoas o conteúdo encontrado refere-se a um cumprimento de mandado de busca e apreensão, realizado em um acampamento Cigano, localizado em Carneiros, resultando na prisão de 11 (onze) ciganos. No Rio Grande do Norte, identificamos três ações desenvolvidas pelo Ministério Público Federal referente a demandas da comunidade cigana na cidade do Equador: uma reunião do MPF com um grupo Calon na qual os ciganos relataram as difíceis condições de vida, o contexto de preconceito local e discriminação cotidiana, além da dificuldade para conseguirem emprego na localidade. Esta reunião, que aconteceu em 6 (seis) de Junho de 2016, resultou em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), direcionado à Prefeitura, para que esta garantisse melhorias para o grupo Cigano local, e para a criação de uma comissão local para elaborar um plano de políticas públicas a serem efetivadas com urgência.

Na Bahia, as demandas se desenharam em ações desenvolvidas pelo Ministério Público Estadual e Federal no desenvolvimento de espaços coletivos para discussão da cultura cigana. Nesses espaços coletivos, eram discutidos temas como os direitos dos povos ciganos, cultura e direitos da mulher cigana no Brasil, pautas levantadas e defendidas no âmbito da atuação do Ministério Público. Além de ter sido encontrado uma Mostra fotográfica com conteúdos sobre “a luta da mulher Cigana no Brasil”, dentre outras temáticas. Assim como no Maranhão, no Estado Bahia, também encontramos, três registros sobre aplicação de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), contendo o objetivo de garantir a execução de Políticas Públicas para 30 (trinta) famílias do município de Paratinga -BA.

Entre as demandas, destacam-se a necessidade de fornecimento de água potável; a realização de seminários que discutam a cultura cigana voltada para a

formação dos profissionais da educação; a garantia de educação básica para crianças e adolescentes e a inclusão de jovens e adultos ciganos no sistema de educação dos municípios, dada a situação exclusão escolar existente e a realização de encontros trimestrais com a Polícia Civil e Polícia Militar, as quais teriam como objetivo “a fim de estabelecer canal permanente de interlocução que vise humanizar a abordagem policial quanto aos ciganos”.

A questão relacionada ao preconceito que impede os ciganos e ciganas de acessarem os serviços de saúde, se tornam evidentes numa matéria encontrada na site do Ministério Público da Bahia, publicada em 2007, intitulada “Ciganos devem ser atendidos pelo SUS”, na qual trata-se de uma questão que envolvia a negação de atendimento de Saúde ao Cigano Z. G., por justificativa de que este não tinha endereço residencial fixo. A notícia destaca que, mesmo diante de uma situação de doença grave, a qual precisava de atendimento especializado e acompanhamento imediato, foi negado o direito de acesso ao serviço de saúde, desta forma é interessante ver o que diz o MP:

Os membros da etnia cigana devem ter todo e qualquer tipo de tratamento de saúde, previsto nas normas regulamentares do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda que não residam em Feira de Santana ou na Bahia. A decisão, em caráter de antecipação de tutela, é da Justiça Federal em Feira de santana, que acolheu nesta quinta-feira, 13 de dezembro, ação civil pública proposta na quarta-feira, 12, pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a União, o estado da Bahia e o município. O MPF acionou a Justiça a fim de garantir atendimento médico imediato ao cigano Z.G., vítima de Linfoma de Hodgkin clássico, uma neoplasia maligna que afeta a medula óssea e o sistema imunológico. Apesar da gravidade da doença, a Secretaria Municipal de Saúde negou atendimento ao cigano sob a justificativa de que ele não residia na cidade. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DA BAHIA, 2007)

Em Pernambuco, os principais temas se caracterizam pela realização de Audiências públicas com o objetivo de estabelecer discussões sobre as ações do Ministério Público, com a avaliação das atuais demandas dos ciganos para a construção de um planejamento de ações. No momento de audiências, foram relatadas as situações de vulnerabilidade social referente ao acesso à direitos básicos, tais como: saúde, educação, saneamento.

Na ocasião desta reunião, também foi encaminhado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde (Caop Saúde), a cartilha com informações sobre o cuidado à saúde do povo cigano. Também foi encontrado

registro de situação de violência, perseguição e/ou abuso da força policial “a exemplo de invasão das casas por policiais, alegando como os (ciganos seriam) [...] suspeitos de crimes que por ocasião acontecem na localidade” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DA BAHIA, 2017)

Encontramos, também, a existência de um “GT Racismo” um grupo de trabalho institucional, criado em 2002, composto por membros e servidores do MPPE, voltado para as discussões sobre temas relacionados, majoritariamente, ao combate ao racismo institucional. Como fruto do trabalho desses GTs, foi produzida uma publicação na forma de um livro, versando sobre os 10 anos de atuação do próprio grupo.

Na Paraíba, encontramos uma matéria que se destacou aos nossos olhos: trata-se de um relato da descrença que os ciganos da cidade de Sousa expressam em relação às promessas políticas. Para eles, as demandas só são efetivadas via interferência do Ministério Público Federal. Acreditam que apenas esse órgão possa garantir que tais promessas sejam, de fato, cumpridas. Este relato aconteceu em uma das audiências públicas promovidas no município de Sousa. Relatos semelhantes a este foram encontrados também nas cidades de Patos e Condado, na Paraíba.

Acreditamos que esse descrédito revela a insatisfação popular diante da lentidão para a execução das demandas, como também a dificuldade em garantir a enunciação e o atendimento das mesmas, fazendo com que os ciganos, por muitas vezes, criem reservas com as repetidas promessas de melhorias das condições de vida, através da aplicação dos direitos conquistados. Em uma das matérias, encontramos um relato da Jovem Dalviana Pereira, Cigana do município de Sousa, na Paraíba:

Um caso emblemático foi revelado, durante a audiência pública em Sousa, pela estudante Dalvania Pereira. Ela narrou que, desde os cinco anos de idade, tinha vontade de ser advogada. Já na 8ª série, começou a se interessar por matérias que não faziam parte do currículo, como Direito Penal, Direito Constitucional, Antropologia do Direito e Medicina Legal. Quando terminou o ensino médio, Dalvania fez vestibular para Direito e passou em segundo lugar. A estudante entrou na Faculdade de Direito em 2012, mas não pode continuar os estudos. “Minha faculdade está trancada há cinco anos por motivos financeiros, porque, ou eu escolhia a comida para dentro de casa, ou o transporte para chegar à faculdade. Infelizmente, eu tive que escolher a comida”, admitiu com voz embargada. “Eu não tenho vergonha nenhuma de falar: a minha mãe pede esmola”. Ao microfone, a estudante fez um apelo: “Agora, eu peço ao Ministério Público Federal a oportunidade de emprego e educação para o meu povo, porque não queremos viver à margem da sociedade. Muitas mulheres ciganas não estão aqui hoje (na audiência) porque, infelizmente, elas ainda precisam ler mão e pedir esmola para sobreviver e trazer comida para dentro de casa. Eu espero que tudo o que foi dito aqui saia do papel

e vire realidade”. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DA PARAÍBA, 2017).

Além dessas questões de vulnerabilidade social, que acarretam no processo de precariedade das condições de vida e de desenvolvimento pessoal e coletivo desses grupos, também foi encontrado relatos de ações de abusos da ação policial cometidos contra os ciganos, com processos de invasão de acampamentos para a realização da chamada busca policial, assim como as ameaças e repressão/truculência policial sofrida por eles. Um desses casos de preconceito institucional por parte da Polícia, se revela na prisão de mulheres ciganas que realizam a leituras de mãos (prática descrita com quiromancia) como meio de obter renda para a família, situação revelada numa publicação que trata da reprodução do preconceito vivenciados pelos ciganos de Sousa:

Antigamente, os ciganos de Condado trocavam animais, selas, barracas. “Era um porco, um bode, uma galinha”, conta Jane Soares. “Hoje, quem tem carro [troca] é carro, quem tem moto troca moto, sobrevive de negócio, como começou o mundo”, explica. Já as mulheres conseguem algum dinheiro lendo mão e jogando cartas. Muitos também pedem esmolas para comer. A presidente da ASCOCIC lembra que as mulheres ciganas eram presas na Paraíba por praticarem a leitura de mãos. “E ainda hoje são”, acrescenta. “Eu já fui presa por isso. Minha mãe também. Já fomos colocadas para fora de cidades na Paraíba. Eles não aceitam, chamam a gente de vagabunda. Então, por que não dão emprego? Por que não dão espaço? Por que não nos dão oportunidade (de trabalhar)?”, questiona (MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA, 2017)

Foram recorrente, também, as matérias que tratam sobre a precariedade da moradia dos Ciganos, e no acesso à saúde e à educação, dificuldades, estas, relacionadas com preconceitos referente ao povo cigano, como a questão do nomadismo, que é utilizado como um empecilho para a possibilidade de acesso aos serviços sociais, no contexto das administrações públicas municipais:

Na audiência pública, os líderes ciganos falaram por suas comunidades e explicaram por que sentem falta de políticas públicas que resgatem os direitos deles e implementam na prática. O cigano Eládio, líder do Rancho Manoel Valério Correia, entregou uma carta ao MPF no qual um trecho dizia “vivemos sem moradia, sem emprego, sem saneamento básico e sem saúde, pedimos através dos governos municipal, estadual e federal

que nos ajudem. [...]. Para Maninho, líder do rancho Otávio Maia, foi um prazer imenso receber o subprocurador-geral da República Luciano Maia e demais representantes do MPF. Já o cigano Nestor, representante da comunidade Pedro Maia, afirmou que é preciso que as políticas públicas saiam do papel, pois o povo cigano anda descrente com as promessas políticas e que acredita na instituição do MPF para que sejam realizadas ações concretas. [...] Os ciganos vivem do comércio informal de troca de objetos, leitura de mãos, venda de chás, cantoria em seresta e esmolas. Os principais problemas apresentados pelo grupo dos Ranchos Otávio Maia e Manoel Valério Correia são fome, em decorrência da dificuldade de conseguir emprego formal (fato foi relacionado ao processo de discriminação vivida pela população cigana); casas de taipa (mais de uma família coabitando na mesma casa); falta de saneamento básico e coleta de lixo; legalização da área em que habitam; e atendimento precário do posto de saúde da família. (MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA, 2013)

O cenário das demandas por Direitos nos Estados do Nordeste apresenta uma homogeneidade no que se refere às denúncias de precariedades ou mesmo da inexistência, do acesso à condições básicas de subsistência que garantam a dignidade humana. Em alguns estados, como Bahia, Pernambuco e Paraíba, identifica-se um maior número e de notícias de ações do Ministério Público Federal, voltados para demandas por acesso aos direitos. Este movimento, expresso na existência de registro, pode apontar o nível de articulação e/ou organização de agentes mediadores e dos próprios ciganos nesses Estados. No entanto, as ações relacionadas à demanda das comunidades ciganas Calons no Nordeste ainda se apresentam de modo tímido e, em sua maioria, estão relacionadas a garantia, sempre recorrente aos Termos de Ajustamento Condutas, os TACs, , para a garantia dos direitos dessas comunidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No panorama acima apresentado, percebemos que as demandas que mais se fizeram presentes se concentram nos Estado da Bahia, Paraíba e Pernambuco e desenham-se a partir de: a) questões sobre melhores condições de vida, incluindo nesse aspecto o direito de acesso à saúde e a educação; b) a defesa da inclusão do debate sobre cultura cigana no ensino básico nacional; c) os relatos de discriminação sofridos pelas comunidades, tanto por parte dos agentes policiais, quanto por instituições ou pela população com as quais estão em contato e; d) as demanda por acesso ao mercado de trabalho.

Tornou-se recorrente, nas matérias e relatos aqui investigados, a dificuldade existente não só na busca pelo acesso aos direitos diferenciados para as comunidades

ciganas, mas para a devida efetivação dessas demandas serem atendidas pelo Estado, principalmente no âmbito das gestões municipais. Um dos fatores indicados repousa, também, no preconceito, enviesado pelo racismo institucional, e espelhado pelas ações discriminatórias de funcionários, como os agentes de saúde que negam o acesso dos ciganos ao SUS (Sistema Único de Saúde). Também depara-se com a negligência de algumas gestões municipais, referente às condições precárias de vida dos grupos ciganos de suas cidades. Sendo que tal processo revela a deficiência e lentidão da garantia dos Direitos à população cigana, na condição de uma minoria etnicamente diferenciada e que pode, efetivamente, reivindicar o respeito ao modo de vida diferenciado.

É possível perceber que ainda se confirmam e se perpetuam situações de invisibilidade política e social dos múltiplos modos de se observar na vida cigana, situações que concorrem para as situações de discriminação e violência vivenciadas no cotidiano, sofridas pelos ciganos ao encontrarem limitações e a inexistência de oportunidades de emprego e/ou de políticas públicas realmente eficazes, no sentido da viabilidade de sua execução.

Expressivo, também, é a quantidade de situações que revelam a falta de informação e preparo para o atendimento inclusivo, por parte dos agentes de saúde, da educação, entre outras esferas, especialmente nas difíceis relações com o aparato de segurança e repressão que, habitualmente, retratam os ciganos como uma população definida enquanto infratores e fontes de riscos para a sociedade abrangente.

Assim, conforma-se um ambiente social de exclusão e marginalização dessas populações ciganas, na medida em que dimensões como Trabalho, Moradia, Saúde, Educação, Alimentação, entre outras dimensões da vida social, lhes são negadas. São dimensões do Direito Social negados aos povos ciganos e sustentadas em concepções engessadas de sua cultura, como a compreensão da substancialidade do nomadismo, argumento central dos principais processos de exclusão ao acesso aos serviços assistenciais e de garantia de direitos sociais básicos.

Os ciganos parecem ser “vistos” como sujeitos sem lugar, como indivíduos localizados numa fantasia popular do não-pertencimento social (SANTOS, 1993; TEIXEIRA, 2016; THOMPSON, 1992). Tais formas de percepção local, que abrange tanto o poder político como o imaginário social, como já foi dito acima, limitam as possibilidades e as oportunidades e constroem uma visão imobilizadora e limitadora da cultura cigana, além de contribuir para a deficiência de execução das Políticas Públicas,

pela contínua necessidade do estabelecimento de Termos de Ajustamento de Conduta para que estas se realizem pelas gestões municipais, acarretando no processo de exposição continuada às situações de vulnerabilidade e exclusão social cada vez mais acentuadas na precariedade das condições de vida.

Este cenário nos permite afirmar que, apesar de todo o avanço em termos de legislação e em termos de políticas públicas implantadas nos últimos 20 anos, com relação aos ciganos que vivem na região Nordeste, o horizonte que se desenha em termos de cidadania e de exercício efetivo de uma representação na arena política ainda está muito longe de se realizar minimamente. Este cenário nos revela, ainda, que tais dificuldades na garantia da execução concreta de ações e políticas voltadas para os grupos ciganos nutre uma relação direta com a maneira pela qual as minorias continuam sendo vistas no Brasil, apesar de todo o aparato legal.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A Dialética da Duração**. São Paulo: Ática. 1994.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTGNAT, P & FENART- STREIFF, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Difel, 1998.

BORGES, Isabel C. M. M. **Cidades de Portas Fechadas: a intolerância contra os ciganos na organização urbana na primeira República**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação em História, Juiz Fe Fora, 2007.

BATISTA, M et alii. **O papel de um jornal paraibano na construção da imagem dos ciganos**. Ariús Revista de Ciências Humanas e Artes. V. 19, n. 2 (jul./dez. 2013). Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

CAMILO, Anaíra Souto. **"Andarilhos no meio do mundo": os diferentes caminhos trilhados pelos ciganos e o desafio de se estar em Patos**. Monografia bacharelado em Antropologia. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

CAMPOS, Cláudia Camargo de. **Ciganos e suas Tradições**. São Paulo: Madras, 1999.

CHINA, José d'Oliveira. **Os Ciganos do Brasil**. Revista do Museu Paulista, Tomo XXI, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

COSTA, Cristina da. **Os Ciganos Continuam na Estrada**. Revista da Cultura Vozes, nº. 84, jul./ag., 1990.

CUNHA, Jamilly Rodrigues da.: GOLDFARB, M^a Patrícia L: BATISTA, Mércia R. R. **Processos Associativistas entre os ciganos: discutindo o projeto político de uma família cigana em Condado-PB**, En: 29^a Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: EDUSP, 1986.

FERRAZ, Florencia. **O Mundo passa. Uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia Social. São Paulo: 2010.

FONSECA, Isabel. **Enterre-me em pé: os ciganos e sua jornada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GASPAR, Lúcia. **Ciganos no Brasil**. Pesquisa Escolar Online. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Disponível em <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar> Acessado em 1º de junho de 2014.

GOFFMAN, E. **O estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1988.

GOLDFARB, M^a Patrícia L. et alli. **Reconhecimento e vivência da fronteira étnica entre ciganos/não ciganos. Analisando as cidades de Mamanguape e Juazeirinho/PB**. Ariús Revista de Ciências Humanas e Artes. V. 19, n. 2 (jul./dez. 2013). Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

GOLDFARB, M^a Patrícia L. **Memória e etnicidade entre os ciganos Calon em Sousa-PB**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

_____. **O Tempo de Atrás: um estudo da construção da identidade cigana em Sousa-PB**. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Tese de Doutorado. João Pessoa, agosto de 2004.

_____. **Os Ciganos. Galante**, Fundação Helio Galvão, nº 02, Vol. 03, Natal, Setembro de 2003.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Ed. Dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWN, E & RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IVATS, A. **Os Ciganos no Mundo Moderno: da escola do caminho ao caminho da escola**. Correio da Unesco, ano 3, nº. 1, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

LOCATELLI, Moacir A. **O Ocaso de uma Cultura**. Veritas, 25 (100), dez. 1980.

LOPES, José Sérgio Leite. **Condições de Vida das Camadas Populares**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

MACHADO, José Pais. **Vida Cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINEZ, Nicole. **Os Ciganos**. São Paulo: Papyrus, 1989.]

MEDEIROS, J e BATISTA, M. **Nomadismo e Diáspora: sugestões para se estudar os ciganos**. Revista Antropológicas, [S.l.], v. 26, n. 1 (2015).

MOONEN, Frans. **A História Esquecida dos Ciganos no Brasil**. Saeculum Revista de História, nº 02, João Pessoa, jul/dez, 1996.

_____. **Ciganos Calon no Sertão da Paraíba**. João Pessoa, MCS/UFPB, Cadernos de Ciências Sociais, nº. 32, 1994.

MORAES FILHO, Melo. **Os Ciganos no Brasil e o Cancioneiro dos Ciganos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

NASCIMENTO, Caroline Leal Dantas do. **Ciganos em Patos-PB: o desafio atravessado por geração e gênero**. (monografia). Bacharelado em Antropologia. Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

OKLEY, J. M. *The Traveller-Gypsies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
POUTIGNAT, P. e FENART-STREIFF, J. **Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

OLIVEIRA, J. P. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Revista Mana, v. 4, nº. 1, 1998.

SANTOS, Miriam S. dos. **O Pesadelo da Amnésia Coletiva. Um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº. 23, 1993.

SOUSA, M. **Ciganos Roma e Gypsies: projeto identitário e codificação política no Brasil e Canadá**. Tese de Doutorado. Niterói. 2013.

SEYFERTH, Giralda. **Etnicidade e Cidadania: Algumas Considerações Sobre as Bases Étnicas da Mobilização Política.** *Boletim do Museu Nacional. Nova Série, Antropologia Nº. 42*, Rio de Janeiro, 20 de Outubro de 1983.

SULPINO, Maria Patrícia Lopes. **Ser Viajor, Ser Morador: Uma análise da construção da identidade cigana em Sousa-PB.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Alegre, 1999, Dissertação Mestrado.

TEIXEIRA, Rodrigo. C. **História dos Ciganos no Brasil.** Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/rct_historiaciganosbrasil2008.pdf. Acessado em 21/05/2016.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado. História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
VAUX DE FOLETIER. **O Mundo como Pátria.** In: **O Correio da Unesco**, nº. 12, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1984.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* Brasília: Ed. Da UnB, 1994. [1ª edição 1922].

Endereços eletrônicos

BRASIL. Ministério Público Federal. Acessado em: 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/>.

MINISTÉRIO Público do Estado do Sergipe. Acessado em: 2017. Disponível em: <http://www.mpse.mp.br/>.

MINISTÉRIO Público do Estado da Paraíba. Acessado em: 2017. Disponível em: <http://www.mppb.mp.br/>.

MINISTÉRIO Público do Estado da Bahia. Acessado em: 2017. Disponível em: <http://www.mp.ba.gov.br/>.

MINISTÉRIO Público do Estado de Pernambuco. Acessado em: 2017. Disponível em: <http://www.mp.pe.gov.br/mppe/>.

MINISTÉRIO Público do Estado de Alagoas. Acessado em: 2017. Disponível em: <http://www.mp.al.mp.br/>.

MINISTÉRIO Público do Estado Do Rio Grande do Norte. Acessado em: 2017. Disponível em: <http://www.mprn.mp.br/>.

MINISTÉRIO Público do Estado de Maranhão. Acessado em: 2017. Disponível em: <http://www.mpma.mp.br/>.

MINISTÉRIO Público do Estado de Piauí. Acessado em: 2017. Disponível em: <http://www.mppi.mp.br/>.

MINISTÉRIO Público Federal. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Acessado em: 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6>.

ETNOICTIOLOGIA DE PESCADORES ARTESANAIS DO BRASIL: O ESTUDO DA ARTE

Bárbara Ohana de Araújo Santos¹

Eliane Maria de Souza Nogueira²²

RESUMO

A etnoictiologia estuda as interações culturais nas relações entre humanos e a pesca. Assim, este trabalho apresenta uma avaliação do estado da arte da etnoictiologia de pescadores artesanais no Brasil, produzido por meio de um levantamento bibliográfico realizado com análise de 115 documentos, arrolados entre o período de 1991 a 2014. A maior parte das pesquisas enfocou aspectos concernente a caracterização das comunidades de pesca e da atividade pesqueira, seguido do conhecimento tradicional sobre ecologia e taxonomia, finalidade e biologia do pescado. Os dados coletados referência todas as regiões do país, com destaque para o Nordeste, em número de publicações, com enfoque na pesca marinha e estuarina. Os resultados apontam que os pescadores detêm conhecimentos detalhados sobre o ambiente em que habitam e sobre as espécies capturadas, saberes esses, aprimorados e muitas vezes conciliável com o pensamento científico. Destaca-se o potencial da pesquisa em etnoictiologia para enriquecer a pesquisa biológica no manejo da pesca artesanal e o estudo da ecologia dos recursos pesqueiros, obtendo dados plausíveis para o manejo da pesca a partir do conhecimento de pescadores. Os resultados sugerem ainda a necessidade de mais pesquisas sobre o conhecimento ecológico local dos pescadores, aspectos importantes que são ainda pouco conhecidos em algumas regiões do país.

Palavras-chave: Conhecimento tradicional. Pesca no Brasil. pescadores.

ETHNO-ICHTHYOLOGY OF ARTISANAL FISHING IN BRAZIL: THE STUDY OF THE ART

Abstract

Ethno-ichthyology studies the cultural interactions in the relationship between people and fishing. Thus, this paper introduces an evaluation of the current state of the ethno-ichthyology of fishermen in Brazil, produced by means of a bibliographical research conducted through the analysis of 115 documents, gathered from 1991 to 2014. Most studies were focused on aspects related to the characterization of fishing communities and activities, followed by the traditional knowledge on ecology, taxonomy, biology and

¹ Professora do Colégio Boa Ideia em Paulo Afonso-BA e da Escola Estadual Delmiro Gouveia-AL. Email: barbaraoas@hotmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação e Ecologia Humana e Gestão Socioambiental -PPGecoH e Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial- Universidade do Estado da Bahia. Email: enogueira@uneb.br

objective of the fishing. The data collected made reference to all regions of Brazil, specially the Northeast, in what concerns the number of publications, with a highlight on marine and estuarine fishing. The results point out that the fishermen have detailed knowledge about the environment where they live and this knowledge is often comparable to the scientific thinking. This research highlights the potential of approaching the ethno-ichthyology in order to enrich biological studies on the management of artisanal fishing and the ecology of fishing resources, obtaining plausible data on the management of fishing through the fishermen's knowledge. The results point out to the necessity of more researches on the local ecological knowledge of the fishermen, important aspects that are still little known in some regions of Brazil.

Keywords: Traditional knowledge; Fishing in Brazil; Fishermen.

1. INTRODUÇÃO

A pesca é uma atividade muito importante na vida dos seres humanos e, historicamente, apresenta-se como um dos primeiros trabalhos de subsistência realizado pelo homem, sendo uma das atividades mais comuns de trabalho, havendo milhares de famílias que se dedicam a essa ocupação, por vezes há mais de uma geração (LIMA, 2013).

A atividade pesqueira distingue-se em três tipos de pesca no Brasil: a amadora, a artesanal e a industrial, todas regulamentadas e assistidas pelas instituições públicas ligadas ao setor. A pesca amadora é desenvolvida por turistas, com finalidade de lazer e o produto da atividade não é comercializado. Já a pesca artesanal, de pequena escala, é exercida por pescadores autônomos, para fins comerciais e de subsistência. Por fim, a pesca industrial é aquela realizada por pescadores que possui vínculo empregatício, nesse caso, a produção é em grande escala e para isso utiliza-se tecnologia sofisticada, o produto da pesca é exclusivamente comercial. Destas, a artesanal é considerada uma das atividades econômicas mais tradicionais onde, um em cada duzentos brasileiros é pescador artesanal. Estima-se que existem hoje, no Brasil, quase um milhão de pescadores artesanais (MPA, 2014).

Os pescadores artesanais podem ser definidos como aqueles que trabalham sozinhos ou utilizam mão de obra familiar, na captura e desembarque dos pescados, exploram ambientes ecológicos próximos à margem, pois suas embarcações e aparelhagens, muitas vezes são produzidas pelos mesmos e possuem pouca autonomia.

(GODINHO, GODINHO, 2003; SILVA, et al., 2007; LIMA, DORIA, FREITAS, 2012). Eles têm uma forma de ordenação espaço-temporal, diferente do contexto urbano-industrial, possuem um conjunto de saberes patrimoniais decorrente da estreita relação ancestral com a natureza e, detêm grande conhecimento aprofundado de seus ciclos e o uso de vários recursos naturais. Suas vidas seguem os movimentos próprios da natureza, que regula o tempo de trabalho e o estabelecimento das tarefas (CUNHA, 2003).

A pesca artesanal no Brasil é desenvolvida por comunidades presentes nos ambientes: costeiros (pesca estuarina e marinha) e continental (pesca de água doce ou pesca interiorana). A pesca, tanto costeira como continental, proporciona alimento e emprego para várias populações humanas, principalmente nos países tropicais e em desenvolvimento. Tais pescarias envolvem alta variedade de técnicas de pesca utilizadas e, ampla diversidade de espécies de pescado (SILVANO, 2004; LIMA, 2013). Com destaque para os peixes, tanto para subsistência quanto para comercialização, entre outras finalidades (SILVA, et al., 2007; LIMA, DORIA, FREITAS, 2012).

A atividade da pesca mantém dentro das comunidades tradicionais, um patrimônio cultural importante, na forma de tecnologias patrimoniais, lendas, festas, culinária, conhecimento ecológico tradicional, além de valores e acordos socioculturais (OLIVEIRA, 2009). Na base da interação das comunidades tradicionais com a natureza, está uma vasta organização cultural que inclui cosmologias, ideologias, crenças, além de um amplo corpo de conhecimentos (SOUTO, 2004), transmitidas de geração a geração.

O estudo do conhecimento de diferentes sociedades sobre os processos naturais é objeto de estudo da etnociência que está vinculada à etnoecologia e à etnobiologia (DIEGUES, 1996). Por conseguinte, o modo como o conhecimento, os significados e os usos dos peixes ocorre nas comunidades pesqueiras é estudado pela etnoictiologia. Esta é ramificação da etnozologia, caracterizada pelo estudo do conhecimento e as relações que os grupos humanos mantêm com os peixes, envolvendo aspectos cognitivos e comportamentais (COSTA-NETO, MARQUES, 2000; ROCHA-MENDES, *et al.* 2005).

Os pescadores artesanais possuem conhecimento detalhado acerca da ecologia, comportamento, taxonomia, distribuição espacial e temporal e ecologia trófica dos peixes. Também possuem conhecimento sobre aspectos utilitários diversos, tais como: lúdica, trófica, medicinal, sexual, religioso, comercial, laboratorial, artesanal, estético-ornamental, entre outros (ANDRADE, COSTA-NETO 2005; CLAUZET, *et al.*, 2005).

O conhecimento ecológico local dos pescadores artesanais muitas vezes é compatível com o conhecimento científico e podem influenciar nas estratégias de pesca, sendo utilizados em práticas de manejo e no uso sustentável dos recursos pesqueiros. Além disso, pode auxiliar no desenvolvimento de medidas de manejo da pesca, fortalecerá os valores culturais e o poder político da comunidade (SILVANO, 2004).

Os trabalhos sobre a pesca artesanal ainda são poucos conhecidos no Brasil e uma importante parcela destes estudos encontra-se em fontes secundárias, faz parte da chamada literatura cinza, como teses, monografias, dissertações, relatórios técnicos não publicados, disponível apenas em algumas bibliotecas e acervos públicos e privados, muitas vezes de difícil acesso aos pesquisadores.

Este artigo de revisão atualizada tem como objetivo sintetizar o estado atual de conhecimento acerca da etnoictiologia de pescadores artesanais no Brasil, focando em inventariar a frequência de ocorrência dos assuntos abordados e as regiões e ambientes com maior predominância de estudos no tema. Para isso, foram listados e analisados 115 títulos referentes ao conhecimento tradicional dos pescadores artesanais nacional. Para cada trabalho foi avaliado o ano de publicação, o tipo de publicação, assunto abordado, o tipo de pescador artesanal, as regiões onde ocorreram as pesquisas, tipo de coleta de dados, objetivos e resultados. Todos esses dados foram tabelados e categorizados de forma a atender os objetivos da pesquisa.

2. METODOLOGIA

Foram compiladas todas as publicações disponíveis em bases de dados eletrônicos no período de 1991 a 2014, que abordassem a temática, etnoconhecimento de pescadores artesanais no Brasil, seja qual for a área de conhecimento as quais estão relacionadas.

O inventário foi obtido a partir da análise de 115 documentos, incluindo publicações científicas das bases de dados do Medline e SciELO (Scientific Electronic Library Online), do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, trabalhos de conclusões de curso, fornecido por bibliotecas digitais de Universidade brasileiras e pelo Domínio público, livros, capítulos de livros e anais de apresentação em encontros e congressos.

Foram adotadas estratégias de busca, para isso, utilizaram-se os seguintes termos na pesquisa: etnoictiologia, pescadores, pescadores artesanais e conhecimento tradicional, pois estudos da pesca artesanal complementam os estudos ictiológicos. A abordagem foi a quantiquantitativa, pois o propósito foi de abordar, quantificar e analisar o conhecimento tradicional apresentado.

Após o levantamento, os trabalhos foram analisados e classificados por temas abordados, de acordo com os tipos de assuntos tratados nas publicações. Alguns trabalhos foram catalogados em mais de um tema. Cada uma das citações recebeu um número de acordo com a ordem cronológica do ano de publicação, o qual é utilizado nas tabelas como referência (Tabela - 1).

Quanto às comunidades presentes nos diferentes locais aquáticos apontados na literatura, foram enquadrados em ambientes costeiros e, continental. Para cada um destes locais são apresentadas informações sobre a região e localidades na escala estaduais. Após a coleta dos dados, eles foram armazenados e organizados em planilhas eletrônicas, fazendo uso do software Microsoft Excel para posterior análise.

3 RESULTADOS E DISCUSÃO

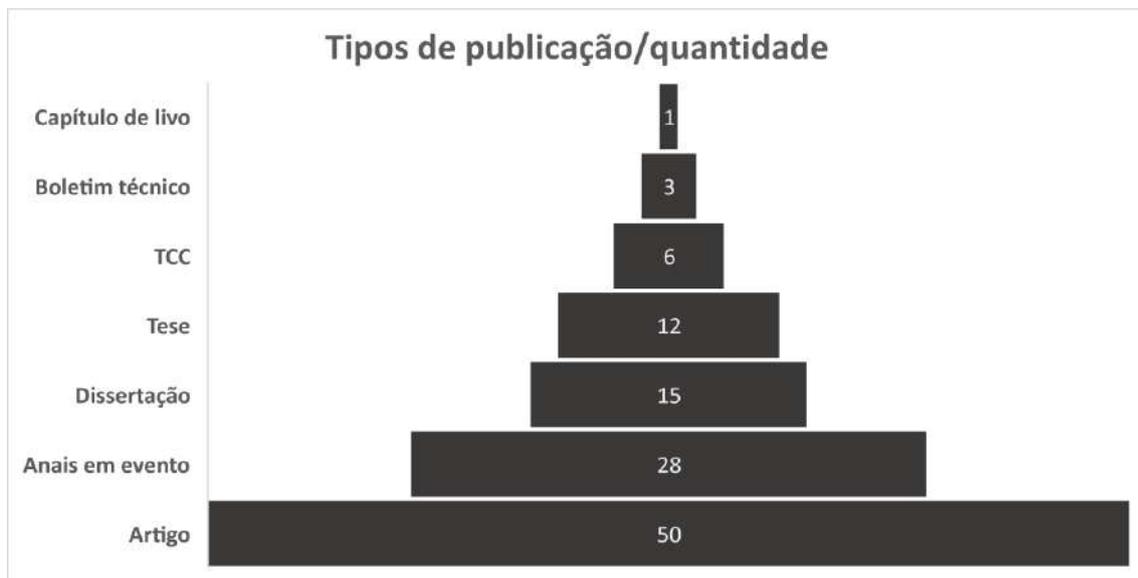
Das pesquisas sobre etnoictiologia dos pescadores artesanais no Brasil, com enfoque no conhecimento ecológico sob o domínio intelectual de pescadores artesanais, tem no trabalho desenvolvido por Marques (1991), com os pescadores do Complexo Lagunar, no Estado de Alagoas, um dos pioneiros e mais importante contribuição na área, neste trabalho. O autor destacou o conhecimento dos pescadores sobre a ecologia e a taxonomia dos pescados. Nessa mesma década, outras pesquisas, também relevantes, foram desenvolvidas por Begossi; Figueiredo (1995) e Paz; Begossi (1996), em comunidades de pescadores do litoral sudeste do Brasil.

No Brasil, a etnoictiologia é uma linha de pesquisa recente (SILVANO, 2004). Registros dos trabalhos da presente bibliografia estão entre o período de 1991 a 2014. Entretanto, a predominância de trabalhos realizados na área ocorreu principalmente no decorrer da última década, no período de 2003 a 2014 (n=99; 86%), enquanto no período entre 1991 a 2002 (n=16; 14%), pois ainda iniciava os estudos sobre o tema.

Grande parte dos dados referentes a pesca artesanal no país estão disponíveis em fontes secundárias de documentos não publicados (SILVANO, 2004). Dos documentos eletrônicos compilados, anais de evento, artigos, boletins, capítulos de livro,

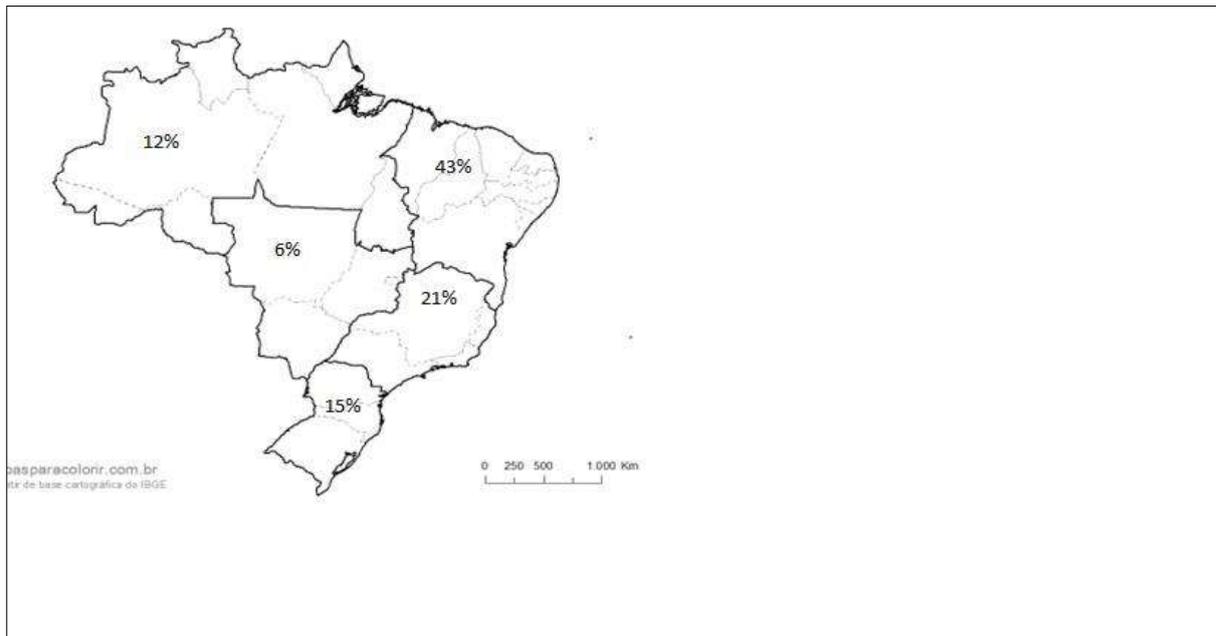
dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso, houve uma dominância para os trabalhos do tipo artigo (n=50; 44%), publicados em revistas científicas. Parte da chamada literatura cinza (monografias, dissertações e teses), juntas apresentaram um percentual de 29%. A maior parte desses documentos está disponível apenas em algumas bibliotecas e acervos públicos e privados, muitas vezes de difícil acesso aos pesquisadores (Gráfico 1).

Gráfico 1. Ordenação por categoria dos documentos publicados



A atividade pesqueira artesanal nacional é realizada por comunidades ribeirinhas e costeiras abrangendo todas as regiões do país. Esses ambientes abriga um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, apresentando diferentes espécies animais e vegetais. O levantamento bibliográfico realizado demonstrou que as pesquisas sobre o presente tema se encontram em todas as regiões do Brasil e nos diversos ambientes costeiros e continentais (Figura 1).

Figura 1. Distribuição geográfica das publicações avaliadas



A distribuição dos estudos realizados indica que o Nordeste apresentou maior número de publicações no tema ($n=51$; 43%) seguida do Sudeste ($n= 24$; 21%), Sul ($n= 17$; 15%) e Norte ($n= 14$; 12%). O Centro-oeste ($n= 07$; 6%) foi a região menos estudada, mas com alguma informação disponível em relação à pesca artesanal. Houve também, trabalhos que tratava da pesca em nível nacional ($n=3$; 3%), abrangendo todas as regiões do Brasil (Figura 1). A Bahia ($n=17$, 15 %) foi o Estado que obteve o maior número de trabalho realizado, seguido do estado de São Paulo ($n= 16$, 14%) (Tabela 1).

Estudos realizados abordam a pesca artesanal em rios, lagos, várzea, remanso, marimbus, açude, mar e estuário. O ambiente costeiro e estuarino, são os mais bem estudados ($n= 67$; 58, 26%), sobretudo o costeiro. Neste ambiente o Nordeste apresentou maior número de locais estudados ($n=30$; 44,78%), porém São Paulo foi o Estado que obteve mais estudos com comunidades caiçaras (Tabela 1).

e Co stei ro																					
Tot al de pu blic açõ es	5	2	7	6	17	4	2	10	3	2	3	4	4	3	1	2	7	16	2	6	10
	14			51					8					25				18			

1) Marques (1991); 2) Begossi, Figueiredo (1995); 3) Paz, Begossi, 1996; 4) Silvano, Begossi, 1997; 5) Guarim, 2000; 6) Costa-Neto, Marques, 2000; 7) Mendonçal, Katsuragawa, 2001; 8) Cardoso, 2001; 9) Oliveira, 2001; 10) Souza, Barrella, 2001; 11) Hanazaki, 2001; 12) Costa-Neto, Melo, 2002; 13) Silvano, Begossi, 2002; 14) Neto-Freitas, Nunes, Albino, 2002; 15) Mourão, Nordi, 2002; 16) Pedroso-Junior, 2002; 17) Ramires, Barrella, 2003; 18) Lima, 2003; 19) Pinheiro, Cremer, 2003; 20) Souza, 2004; 21) Souto, 2004; 22) Pinheiro, L 2004; 23) Clauzet, Ramires, Barrella, 2005; 24) Garcezi, Botero, 2005; 25) Nascimento, Lima, 2005; 26) Mourão, Nordi, 2006; 27) Gerhardinger, *et al.*, 2006; 28) Kalikoski, Rocha, Vasconcellos, 2006; 29) Costa, 2006; 30) Pacheco, 2006; 31) Francisco, 2007; 32) Clauzet, Ramires, Begossi, 2007; 33) Donnini, Hanazaki, 2007; 34) Donnini, Hanazaki, 2007; 35) Ramires, Molina, Hanazaki, 2007; 36) Moura, Marques, 2007; 37) Barenho, Copertino, 2007; 38) Nascimento, Sassi, 2007; 39) Corneta, *et al.* 2008; 40) Souza, *et al.* 2008; 41) Moura, Marques, Nogueira, 2008; 42) Moura, Marques, Nogueira, 2008; 43) Andrade, Costa-Neto, 2008; 44) Brandão, Silva, 2008; 45) Basilio, 2008; 46) Maynard, 2008; 47) Rebelo, 2008; 48) Nishida, Nordi, Alves, 2008; 49) Burda, Schiavetti, 2008; 50) Clauzet, *et al.*, 2009; 51) ROCHA; POLETO, 2009; 52) Moraes, Silvano, 2009; 53) Basilio, Mourão, 2009; 54) Saraiva, 2009; 55) Porfirio, *et al.* 2009; 56) Vieira, Souza, Teixeira, 2009; 57) Rangely, *et al.*, 2009; 58) Saraiva, 2009; 59) Porfirio, *et al.* 2009; 60) Vieira, Souza, Teixeira, 2009; 61) Rangely, *et al.*, 2009; 62) Pieve, 2009; 63) Tarcitani, Barrella, 2009; 64) Souto, Marques, 2009; 65) Nunes, 2010; 66) RIVA, *et al.*, 2010; 67) Santos, Costa-Neto, Stripari, 2010; 68) Sousa, 2010; 69) Aragão, Souza, 2010; 70) Amorim, 2010; 71) Cortez, 2010; 72) Feitosa, 2011; 73) Moraes, 2011; 74) Barboza, Pezzuti, 2011; 75) Abreu, Gherardi, 2011; 76) Silvano, *et al.*, 2011; 77) Serra, *et al.*, 2011; 78) Marcon, Locatelli, 2011; 79) Serra, *et al.*, 2011; 80) Holanda, *et al.*, 2011; 81) Holanda, *et al.*, 2011; 82) Souto, Pacheco, 2011; 83) Borcem, *et al.*, 2011; 84) Nunes, Hartz, Silvano, 2011; 85) Baptista, 2011; 86) Silva, Conserva, Oliveira, 2011; 87) Benevides, Ferreira, Santos, 2012; 88) Lima, Batista, 2012; 89) Batista, 2012; 90) Marques, 2012; 91) Correia, 2012; 92) Ginuino, 2012; 93) Silva, Nogueira, 2012; 94) Almeida, Thé, 2012; 95) Alves, Moura, Vera, 2012; 96) Thé, 2012; 97) Silveira, Serafin, Siqueira, 2012; 98) Martins, 2012; 99) Martins, Martins, 2012; 100) Almeida, 2013; 101) Santos, Sampaio, 2013; 102) Fidellis, 2013; 103) Lopes, Bozelli, 2013; 104) Pinto, Mourão, Alves, 2013; 105) Santos, *et al.*, 2014; 106) Santos, *et al.*, 2014; 107) Rosa, 2014; 108) Barboza, Barboza, Pezzuti, 2014; 109) Barboza, Barboza, Pezzuti, 2014; 110) Silva, Oliveira, Schiavetti, 2014; 111) Silva, *et al.*, 2014; 112) Basilio, Garcez, 2014; 113) Lopes, Bozelli, 2014; 114) Doria, *et al.*, 2014; 115) Mariz, *et al.*, 2014.

Locais de água doce corresponde a 39,13% das pesquisas realizadas, sendo ambientes fluviais os mais pesquisados e de maior abrangência, por apresentarem estudos com comunidades de pescadores em todas as regiões do país. Por outro lado os lagos, várzea e remanso por sua vez não tiveram a pesca artesanal bastante estudada (Tabela 1). O Nordeste novamente volta a se apresentar como a região com maior número de locais estudados em ambientes de água dulcícola (n= 19; 40,43%), sendo a Bahia um dos estados mais estudados. Pesquisas simultâneas com comunidades

costeiras e continentais (n=5; 4%), também tem sido estudada servindo como comparativo entre estes ambientes (Tabela 1).

O estado da arte de etnoictiologia no país demonstra que os pescadores artesanais, acumulam ao longo de sua vida, conhecimentos referentes à biologia, à ecologia, à taxonomia, à finalidade do pescado, à dinâmica e estratégias de pesca e transmite esses conhecimentos às gerações seguintes (COSTA-NETO, MARQUES, 2000).

Tabela 2. Categorias utilizadas para classificar os assuntos abordados nas publicações que contemplam a etnoictiologia de pescadores artesanais do Brasil.

Assunto abordado	Total de publicações	%	Número das citações
Biologia do pescado	18	10,34	10, 12, 13, 18, 20, 29, 47, 52, 64, 68, 76, 84, 88, 93, 98, 102, 104, 105.
Ecologia do pescado	48	27,59	1, 4, 5, 10, 12, 13, 18, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 47, 49, 51, 54, 58, 64, 66, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 104, 105, 106.
Nomenclatura e sistema de classificação	23	13,22	1, 3, 4, 9, 12, 15, 23, 29, 32, 39, 40, 44, 45, 50, 68, 71, 72, 82, 89, 102, 104, 110, 113.
Uso e valores atribuído ao pescado.	26	14,94	2, 4, 11, 12, 14, 16, 24, 30, 32, 40, 43, 49, 51, 53, 63, 68, 71, 72, 86, 100, 104, 108, 109, 111, 114, 115.

Apesar de a etnoictiologia ser uma linha de pesquisa recente no Brasil, diversos estudos foram realizados. No levantamento bibliográfico sucedido pode-se observar que as pesquisas apresentaram comparações entre o conhecimento científico e o conhecimento ecológico local dos pescadores artesanais e abordavam dados sobre biologia; ecologia; nomenclatura e sistema de classificação do pescado; uso e valores atribuídos ao pescado e, caracterização das comunidades de pescadores e da atividade pesqueira. Alguns trabalhos abordaram mais de um tema. Nesse sentido, os assuntos mais tratados nos estudos foram caracterização das comunidades de pescadores e da atividade pesqueira, e etnoecologia do pescado, com respectivamente 33,91% e 27,59% dos trabalhos (Tabela 2).

O conteúdo (caracterização) das comunidades de pescadores e da atividade pesqueira abrange informações sobre perfil socioeconômico dos pescadores, relações sociais, gestão pesqueira, produção pesqueira, território pesqueiro, estratégias de

pesca, composição dos desembarques, manejo dos estoques pesqueiros e influências à atividade pesqueira (BEGOSSI, FIGUEIREDO, 1995; GUARIM, 2000; MENDONÇAL, KATSURAGAWA, 2001; CARDOSO, 2001; RAMIRES, BARRELLA, 2003; PINHEIRO, CREMER, 2003; SOUTO, 2004; PINHEIRO, 2004; KALIKOSKI, ROCHA, VASCONCELLOS, 2006; PACHECO, 2006; FRANCISCO, 2007; BARENHO, COPERTINO, 2007; NASCIMENTO, SASSI, 2007; BRANDÃO, SILVA, 2008; BASILIO, 2008; MAYNART, 2008; REBELO, 2008; NISHIDA, NORDI, ALVES, 2008; BURDA, SCHIAVETTI, 2008; CLAUZET, *et al.*, 2009; ROCHA, POLETO, 2009; PORFIRIO, *et al.* 2009; VIEIRA, SOUZA, TEIXEIRA, 2009; RANGELY, *et al.* 2009; PIEVE, 2009; TARCITANI, BARRELLA, 2009; NUNES, 2010; RIVA, *et al.*, 2010; SANTOS, COSTA-NETO; STRIPARI, 2010; ARAGÃO, SOUZA, 2010; AMORIM, 2010; MORAES, 2011; ABREU, GHERARDI, 2011; SILVANO, *et al.*, 2011; SERRA, *et al.*, 2011; MARCON, LOCATELLI, 2011; HOLANDA, *et al.*, 2011; BORCEM, *et al.*, 2011; BAPTISTA, 2011; SILVA, CONSERVA, OLIVEIRA, 2011; ALMEIDA, THÉ, 2012; ALVES, MOURA, VERA, 2012; THÉ, 2012; MARTINS, 2012; MARTINS, MARTINS, 2012; ALMEIDA, 2013; SANTOS, SAMPAIO, 2013; FIDELLIS, 2013; LOPES, BOZELLI, 2013; ROSA, 2014; SILVA, OLIVEIRA, SCHIAVETTI, 2014; SILVA, *et al.*, 2014; BASILIO, GARCEZ, 2014; MARIZ, *et al.*, 2014).

O segundo tema mais abordado, são os estudos voltados à ecologia do pescado, que contempla dados sobre classificação dos habitats, dieta alimentar, migração, reprodução, crescimento, mortalidade, ocorrência sazonal, distribuição espacial e temporal, comportamentos de defesas, comensalismo, introdução de espécies, abundância, entre outros. Os trabalhos mostraram que os pescadores artesanais geralmente possuem conhecimento detalhado acerca da ecologia das espécies de pescados, o qual geralmente condiz com as observações científicas (MARQUES, 1991; SILVANO, BEGOSSI, 1997; COSTA-NETO, MARQUES, 2000; SOUZA, BARRELLA, 2001; COSTA-NETO, MELO, 2002; SILVANO, BEGOSSI, 2002; LIMA, 2003; SOUZA, 2004; SOUTO, 2004; CLAUZET, RAMIRES, BARRELLA, 2005; NASCIMENTO, LIMA, 2005; MOURÃO, NORDI, 2006; GERHARDINGER, *et al.*, 2006; COSTA, 2006; FRANCISCO, 2007; CLAUZET, RAMIRES, BEGOSSI, 2007; DONNINI, HANAZAKI, 2007; RAMIRES, MOLINA, HANAZAKI, 2007; MOURA, MARQUES, 2007; SOUZA, *et al.* 2008; MOURA, MARQUES, NOGUEIRA, 2008; REBELO, 2008; BURDA, SCHIAVETTI, 2008; ROCHA, POLETO, 2009; SARAIVA, 2009; SARAIVA, 2009; SOUTO, MARQUES, 2009; RIVA, *et al.*, 2010; ARAGÃO, SOUZA, 2010; CORTEZ, 2010;

FEITOSA, 2011; BARBOZA, PEZZUTI, 2011; ABREU, GHERARDI, 2011; SILVANO, *et al.*, 2011; MARCON, LOCATELLI, 2011; BENEVIDES, FERREIRA, SANTOS, 2012; LIMA, BATISTA, 2012; BATISTA, 2012; MARQUES, 2012; CORREIA, 2012; GINUÍNO, 2012; SILVA, NOGUEIRA, 2012; SILVEIRA, SERAFIN, SIQUEIRA, 2012; MARTINS, 2012; PINTO, MOURÃO, ALVES, 2013; SANTOS, *et al.*, 2014; SANTOS, *et al.*, 2014). Esses autores buscaram critérios para fundamentar a fenologia, o comportamento e a ecologia trófica das espécies de peixes pelos pescadores.

Também foi bastante abordada na literatura consultada, o uso e valores atribuídos ao pescado (14,94%) e classificação e nomenclatura de peixes por pescadores (13,22%). As principais aplicações expostas nas publicações sobre finalidades do pescado foram uso comercial, na medicina popular e para consumo alimentar, no qual apresentavam preferências e aversões devido a aparência, cheiro, sabor, presença de veneno, risco de enfermidades entre outros motivos (BEGOSSI, FIGUEIREDO, 1995; SILVIANO, BEGOSSI, 1997; HANAZAKI, 2001; COSTA-NETO, MELO, 2002; NETO-FREITAS, NUNES, ALBINO, 2002; PEDROSO-JUNIOR, 2002; GARCEZI, BOTERO, 2005; PACHECO, 2006; CLAUZET, RAMIRES, BEGOSSI, 2007; SOUZA, *et al.* 2008, ANDRADE, COSTA-NETO, 2008; BURDA; SCHIAVETTI, 2008; ROCHA, POLETO, 2009; BASÍLIO, MOURÃO, 2009; TARCITANI, BARRELLA, 2009; SOUSA, 2010; CORTEZ, 2010; FEITOSA, 2011; SILVA, CONSERVA, OLIVEIRA, 2011; ALMEIDA, 2013; BARBOZA, BARBOZA, PEZZUTI, 2014; SILVA, *et al.*, 2014; DORIA, *et al.*, 2014; MARIZ, *et al.*, 2014).

Para a etnotaxonomia enquadram-se os aspectos de como os pescadores classificam e nomeiam espécies de peixes úteis de forma detalhada e como fazem um levantamento da ictiofauna, isso ocorre devido ao grau de afinidade existente entre cada pescador com cada espécie (MARQUES, 1991; PAZ, BEGOSSI, 1996; SILVIANO, BEGOSSI, 1997; OLIVEIRA, 2001; COSTA-NETO, MELO, 2002; MOURÃO, NORDI, 2002; CLAUZET, RAMIRES, BARRELLA, 2005; COSTA, 2006; CLAUZET, RAMIRES, BEGOSSI, 2007; CORNETA, *et al.* 2008; SOUZA, *et al.* 2008; BRANDÃO, SILVA, 2008; BASILIO, 2008; CLAUZET, *et al.*, 2009; SOUSA, 2010; CORTEZ, 2010; FEITOSA, 2011; SOUTO; PACHECO, 2011; BATISTA, 2012; FIDELLIS, 2013; PINTO, MOURÃO, ALVES, 2013; SILVA, OLIVEIRA, SCHIAVETTI, 2014; LOPES, BOZELLI, 2014).

Dentre esses, a biologia do pescado foi citada em apenas 10,34% da bibliografia consultada. Geralmente esse assunto é abordado juntamente com a ecologia do pescado e a etnotaxonomia. Trata-se de aspectos morfológicos dos pescados (SOUZA,

BARRELLA, 2001; COSTA-NETO, MELO, 2002; SILVANO, BEGOSSI, 2002; LIMA, 2003; SOUZA, 2004; COSTA, 2006; REBELO, 2008; MORAES, SILVANO, 2009; SOUTO, MARQUES, 2009; SOUSA, 2010; SILVANO, *et al.*, 2011; NUNES, HARTZ, SILVANO, 2011; LIMA; BATISTA, 2012; SILVA; NOGUEIRA, 2012; MARTINS, 2012; FIDELLIS, 2013; PINTO; MOURÃO, ALVES, 2013; SANTOS, *et al.*, 2014).

Ressalta-se que, ainda são poucos os trabalhos relativos a pesca artesanal realizados nas comunidades pesqueiras do país principalmente, os que tratam de temas cultural e ecológico. Mesmo sendo a pesca um componente importante da cultura popular e o corpo de conhecimentos apresentado pelos pescadores, um fator importante na interferência de utilização dos recursos pesqueiros garantindo a sustentabilidade dessa prática e minimizando os riscos de perda do tradicionalismo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca tradicional está correlacionada com o conhecimento tradicional dos pescadores, que ao longo do tempo herdou saberes da prática para o desenvolvimento do seu ofício. Nos documentos analisados foi possível constatar uma elevada concordância entre o conhecimento etnoictiológico e o conhecimento ictiológico científico. Essa relação agrega informações para pesquisa e auxilia em medidas de desenvolvimento socioeconômico, em estudos de manejo, conservação e utilização sustentável da ictiofauna, visto que os pescadores apresentam regras sociais e estratégias de pesca, como a territorialidade e o manejo comunitário de recursos.

Para os pescadores é importante o reconhecimento a respeito do seu conhecimento etnoictiológico, porque facilita a participação no manejo da pesca, contribui para minimizar os riscos de não encontro dos recursos, e de não perder o tradicionalismo, fortalecendo os valores culturais.

O levantamento bibliográfico realizado demonstrou que as pesquisas sobre etnoictiologia no país foi realizada nas comunidades pesqueiras abrangendo todas as regiões do Brasil e os ambientes costeiros e continentais. Ficou evidenciado que, os pescadores artesanais possuíam conhecimento detalhado sobre a nomenclatura, sistema de classificação popular das espécies local, ecologia e biologia do pescado, uso e valores atribuídos ao pescado e caracterização das comunidades de pescadores e da atividade pesqueira.

Esse registro da dinâmica das comunidades de pesca brasileira é importante, ante a ameaça dessas comunidades pesqueiras desaparecerem. Assim, há necessidade de mais pesquisas sobre o conhecimento ecológico local dos pescadores, pois este é um tema pouco estudado e corre o risco dessa atividade como tradição cultural extinguir-se em razão das influências de modernização dessa atividade.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. M.; GHERARDI, D. F. M. **Etnoictiologia de pescadores artesanais da Praia ao Sono, Paraty, RJ.** 2011, (Anais) - X Congresso de Ecologia do Brasil, São Lourenço – MG.

ALMEIDA, D. M. **A etnoictiologia dos pescadores artesanais da comunidade da Praia da Penha, João Pessoa, Paraíba, Brasil.** 2013, (TCC) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

ALVES, D., C.; MOURA, R., L.; VERA, C., V., M. **Estimativa da captura total: desenhos amostrais para pesca artesanal.** Interciencia, 2012, vol. 37, n. 12, pp. 899-905.

AMORIM, A., N. **Etnobiologia da comunidade de pescadores artesanais urbanos do bairro Poti Velho, Teresina/PI, Brasil.** 2010, (Dissertação) - Universidade Federal do Piauí.

ANDRADE, J. N.; COSTA-NETO, E. M. **Primeiro registro da utilização medicinal de recursos pesqueiros na cidade de São Félix, Estado da Bahia.** Rev. Brasil. Acta Sci. Biol. Sci. Maringá. 2005, vol. 27, n. 2, pp. 177-183.

ARAGÃO, M., C., O.; SOUZA, R., M. **O cotidiano da pesca artesanal na ilha Mem de Sá- Itaporanga d 'Ajuda- litoral Sul de Sergipe.** 2010, (Anais) - V Encontro Nacional da Anppas, Florianópolis – SC.

BARBOZA, R. S. L.; BARBOZA, M. S. L.; PEZZUTI, J. C. B. **Aspectos culturais da zooterapia e dieta alimentar de pescadores artesanais do Litoral Paraense.** Fragmentos de cultura, Goiânia, 2014, vol. 24. n. 2, pp. 253-266.

BARBOZA. R. S. L.; PEZZUTI J. C. B. **Etnoictiologia dos pescadores artesanais da Resex Marinha Caeté- Taperaçu, Pará: aspectos relacionados com etologia, usos de hábitat e migração de peixes da família Sciaenidae.** Sitientibus série Ciências Biológicas, 2011, vol. 11, n. 2, pp. 133–141.

BASÍLIO, P. S.; MOURÃO, J.S. **Ecologia trófica de peixes no Complexo Estuário - Manguezal de barra de Manmanguape litoral norte do estado da Paraíba - Brasil: um enfoque etnoictiológico.** 2009, (Anais) - IX Congresso de Ecologia do Brasil, São Lourenço – MG.

BASILIO, T., H. **A pesca e os pescadores artesanais do estuário do rio Curu – Ceará – Brasil.** 2008, (TCC) - Universidade Federal do Ceará.

BASILIO, T., H.; GARCEZ, D., S. **A pesca artesanal no Estuário do Rio Curu, Ceará – Brasil: saber local e implicações para o manejo.** Actapesca 2014, vol. 2, n. 1, pp. 42-58.

BAPTISTA, C., P., B. **O conhecimento ecológico local e a percepção ambiental de uma população de pescadores do Rio Grande do Sul.** 2011, (Tese) - Universidade do Vale do Rio do Sinos – INISINOS.

BARENHO, C.; COPERTINO, M. **Uma introdução ao conhecimento ecológico tradicional como instrumento para o estudo da Ecologia no Estuário da Lagoa dos Patos/RS.** 2007, (Anais) - VIII Congresso de Ecologia do Brasil, Caxambu – MG.

BATISTA, L. P. P. B. **Saberes Etnoictiológicos dos Pescadores Artesanais nos Açudes do Alto Rio Acaraú, Ceará, Brasil.** 2012, (Dissertação) - Universidade Federal do Ceará.

BEGOSSI, A.; FIGUEIREDO, J. L. **Ethnoichthyology of Southern Coastal Fishermen: Cases from Buzios Island and Sepetiba Bay (Brazil).** Bulletin of Marine Science. 1995, vol. 56, n. 2, pp. 10-717.

BENEVIDES, L.J.; FERREIRA, G.C.C.; SANTOS, F.B. **Etnoictiologia de pescadores da praia de Itapuã, Salvador, Bahia.** 2012, (Anais) - XIV Simpósio Brasileiro de Biologia Marinha.

BORCEM, E., R.; FURTADO-JÚNIOR, I.; ALMEIDA, I., C.; PALHETA, M., K., S.; PINTO, I., A. **A atividade pesqueira no município de Marapanim-Pará, Brasil.** Revista de ciências agrárias, 2011, vol. 54, n.3, pp. 189-201.

BRANDÃO, F., C.; SILVA, L., M., A. **Conhecimento ecológico tradicional dos pescadores da Floresta Nacional do Amapá.** Revista eletrônica UAKARI, 2008, vol. 4, n. 2, pp. 55-66.

BURDA, C., L.; SCHIAVETTI, A. **Análise ecológica da pesca artesanal em quatro comunidades pesqueiras da Costa de Itacaré, Bahia, Brasil: Subsídios para a Gestão Territorial.** Revista de Gestão Costeira Integrada, 2008, vol. 8, n. 2, pp. 149-168.

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: Natureza, Território, Movimento social.** 2001 (Tese de doutorado)- Universidade de São Paulo, SP.

CLAUZET, M.; BEGOSSI, A.; DIEGUES, A. C. S.; SEIXAS, C. S.; SEIXAS, S. R. D. C.; SILVANO, R. A. M. **Etnoictiologia e uso de recursos naturais por pescadores artesanais costeiros no Brasil.** 2009, (Tese) - Universidade Estadual de Campinas.

CLAUZET, M. A.; RAMIRES, M. B.; BARRELA, W. C. **Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no Litoral de São Paulo, Brasil.** Rev.MultiCiências: A linguagem da Ciência, 2005, vol. 4, pp. 1-22.

CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BEGOSSI, A. **Etnoictiologia dos pescadores artesanais da praia de Guaibim, Valença (BA), Brasil**. Neotropical Biology and Conservation, 2007, vol. 2, n. 3, pp. 136-154.

CORNETA, C. M.; SAZIMA, I.; UIEDA, V. S.; JUNIOR, M. P.; NETO, J. V. **Etnoictiologia de pescadores artesanais da Vila de Picinguaba, Ubatuba, São Paulo**. 2008, (Tese) - Universidade Estadual de Campinas.

CORREIA, D. G. **Conhecimento ecológico local dos pescadores sobre a dieta alimentar dos peixes do Açude de Boqueirão – Semiárido Paraibano**. 2012, (TCC) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

CORTEZ, C., S. **Conhecimento Ecológico Local, Técnicas de Pesca e Uso dos Recursos Pesqueiros em Comunidades da Área de Proteção Ambiental Barra do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil**. 2010, (Tese) - Universidade Federal da Paraíba.

COSTA-NETO, E. M., DIAS, C. V.; MELO, M. N. **O conhecimento ictiológico tradicional dos pescadores da cidade de Barra, região do médio São Francisco, Estado da Bahia, Brasil**. Acta Scientiarum, Maringá. 2002, vol. 24, n. 2, pp. 561-572.

COSTA-NETO, E. M.; MARQUES, J. G. W. **Etnoictiologia dos pescadores artesanais de Siribinha, município de Conde (Bahia): aspectos relacionados com a etologia dos peixes**. Acta Scientiarum, 2000, vol. 22, n. 2, pp. 553-560.

COSTA, R., C., S., C. **Etnoecologia dos pescadores de Itararé, Bahia, Brasil (Pecari tajacu)**. 2006, (Dissertação)- Universidade Estadual de Santa Cruz. UESC.

CUNHA, L. H. O. **Saberes patrimoniais pesqueiros**. Rev. Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 7, pp. 69-76, 2003.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. IIUCITEC, São Paulo, 1996.

DONNINI, M.C.; HANAZAKI, N. **Etnoecologia dos peixes do rio Ratoles, Florianópolis, SC**. 2007, (Anais) - VIII Congresso de Ecologia do Brasil-Caxambu – MG.

DORIA, C., R., C.; LIMA, M., A., L.; SANTOS, A., R.; SOUZA, S., T., B.; SIMÃO, M., O., A., R. **O uso do conhecimento ecológico tradicional de pescadores no diagnóstico dos recursos pesqueiros em áreas de implantação de grandes empreendimentos**. Revista eletrônica desenvolvimento e meio ambiente, 2014, vol. 30, pp. 89-108.

FEITOSA, M., A. **Pesca artesanal no semiárido Paraibano: um enfoque etnoictiológico**. 2011, (Dissertação) - Universidade Federal da Paraíba.

FIDELLIS, C., N., A. **A pesca de curral no Município de São Caetano de Odivelas-PA**. 2013, (Dissertação) - universidade Federal do Pará.

FRANCISCO, A. S. **Etnoictiologia de pescadores da praia do Pereque (Guaruja, São Paulo)**. 2007, (Tese)- Universidade Estadual de Campinas.

GARCEZI, D. S.; BOTERO, J. I. S. **Comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. Atlântica, Rio Grande. 2005, vol. 27, n. 1, pp. 17-29.

GERHARDINGER, L.C. ; MARENZI, R. C. ;HOSTIM, M. S.; MEDEIROS, R. P. **Ecological knowledge of fishermen from Babitonga Bay, Santa Catarina, Brazil: fishes from the Serranidae family and marine environmental changes**. Acta Scientiarum: Biological Sciences, Maringá, 2006, vol. 28, n.3, pp. 253-261.

GINUÍNO, C. D. **Conhecimento ecológico local dos pescadores sobre a dieta alimentar dos peixes do Açude de Boqueirão – Semiárido Paraibano**. 2012, (TCC) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

GODINHO, H. P.; GODINHO, A. L. **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

GUARIM, V., L. **Sustentabilidade ambiental em comunidades ribeirinhas tradicionais**. 2000 (anais de evento)- III Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal.

HANAZAKI, N. **Ecologia de caiaças: uso de recursos e dietas**. 2001 (Tese de doutorado)- Universidade Estadual de Campinas.

HOLANDA, F. S. R.; SANTOS, L. C. G.; ARAUJO FILHO, R. N.; PEDROTTI, A.; GOMES, L. J.; SANTOS, T. O.; CONCEIÇÃO, F. G. **Percepção dos ribeirinhos sobre a erosão marginal e a retirada da mata ciliar do rio São Francisco no seu baixo curso**. RAEGA, Curitiba, 2011, vol. 22, pp. 219-237.

KALIKOSKI, D. C.; ROCHA, R. D.; VASCONCELLOS, M. C. **Importância do Conhecimento Ecológico Tradicional na Gestão da pesca artesanal no Estuário da lagoa dos Patos, Extremo Sul do Brasil**. Ambiente & Educação, 2006, vol. 11, pp. 87-118.

LIMA, D. C. L. **A Pesca Artesanal no ambiente do rio São Francisco, Brasil**. Trabalho apresentado no 13º Encontro de Geógrafos da América Latina, Peru, 2013.

LIMA, L., G. **Aspectos do Conhecimento Etnoictiológico de Pescadores Citadinos Profissionais e Ribeirinhos na Pesca Comercial da Amazônia Central**. 2003 (Dissertação)- Universidade Federal do Amazonas.

LIMA, L. G.; BATISTA, V. S. **Ethnoictiology studies on Pirarucu (Arapaima mock-ups) in Central Amazon**. Acta Amazonica, 2012, vol. 42, n. 3. Pp. 337-344.

LIMA, M. A. L.; DORIA, C. R. C.; FREITAS, C. E. C.. **Pescarias artesanais em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira: perfil socioeconômico, conflitos e cenário da atividade**. Rev. Ambient. soc. vol.15, n.2, 2012.

LOPES, A., F.; BOZELLI, R., L. **Manejo de ecossistemas por pescadores: o conhecimento etnoecológico garante a participação?**. 2013, (Anais) - VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental Rio Claro – SP.

LOPES, A., F.; BOZELLI, R., L. **The ethnoecological knowledge of fishermen from three coastal lagoons in the northern of the State of Rio de Janeiro, Brazil.** *Biota Neotropica*, 2014, vol. 14, n. 4, pp.

MARCON, C. B.; LOCATELLI, J. S. **Etnoictiologia e percepção ambiental de pescadores amadores da beira mar norte de Florianópolis, SC.** 2011, (Anais) - X Congresso de Ecologia do Brasil. São Lourenço – MG.

MARIZ, D.; SOUZA, A. C. F. F.; TEIXEIRA, S., F.; CAMPOS, S., S.; LUCENA, R., F., P.; ALVES, R., R., N. **Todo peixe no mar come e é comido”: o discurso do sujeito coletivo sobre o uso de iscas pelos pescadores artesanais marinhos de Recife (Pernambuco, Brasil).** *Gaia Scientia*, 2014, pp. 51-61

MARQUES, J. G. W. **Aspectos ecológicos na etnoictiologia dos pescadores do Complexo Estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba, Alagoas.** Campinas, 1991. (Doctoral Thesis in Ecology) - Universidade Estadual de Campinas.

MARQUES, J. G. W. **Pescando Pescadores.** 2. ed. São Paulo: USP, 2001.

MARQUES, J. G. W. **Etnoictiologia: pescando pescadores nas águas da transdisciplinaridade.** *Revista Ouricuri*. 2012, vol. 2, n. 2, pp. 9-30.

MARTINS, E. C.; MARTINS, F. **Comunidades tradicionais de pesca no litoral de Alagoas – Brasil.** 2012, (Anais) - I Congresso Iberoamericano de Gestión Integrada de Áreas Litorales.

MARTINS, I. M. **Conhecimento ecológico de pescadores artesanais sobre peixes de interesse comercial: contribuições para o manejo e conservação na Baía de Tijucas, SC.** 2012, (Dissertação) - Universidade Federal de Santa Catarina, SC.

MAYNART, A., C. **Pesca, artesanato e cultura: resgate histórico dos ribeirinhos de São Francisco, MG.** 2008, (Dissertação) - Universidade São Marcos.

MENDONÇA, J. T.; KATSURAGAWA, M. **Caracterização da pesca artesanal no complexo estuarino-lagunar de Cananéia-Iguape, Estado de São Paulo, Brasil (1995-1996).** *Acta Scientiarum*, Maringá. 2001, vol. 23, n. 2, pp. 535-547.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura, 2014. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/pesca/artesanal> Acesso em 17/10/14.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. São Francisco. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/apresentacao8/> Acesso em: 22 out. 2013.

MORAES, A. C. **Etnoictiologia de pescadores em lagoas costeiras do sul do Brasil.** 2011, (TCC) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MORAES, A. C.; SILVANO R.A.M. **Etnoictiologia dos peixes recifais *Lutjanus synagris* e *Epinephelus marginatus* em Parati, litoral Sudeste do Brasil.** 2009, (Anais) - IX Congresso de Ecologia do Brasil, São Lourenço – MG.

MOURA, F., B., P.; MARQUES, J., G., W. **Conhecimento de pescadores tradicionais sobre a dinâmica espaço-temporal de recursos naturais na Chapada Diamantina, Bahia.** Biota Neotropica, 2007, vol. 7, n. 3, pp. 119-126.

MOURA, F. B. P.; MARQUES, J. G. W.; NOGUEIRA, E. M. S. **“Peixe sabido, que enxerga de longe”:** Conhecimento ictiológico tradicional na Chapada Diamantina, Bahia. Biotemas, 2008, vol. 21, n. 3, pp. 115-123.

MOURÃO, J., S.; NORDI, N. **Comparações entre as taxonomias folk e científica para peixes do estuário do rio Mamanguape, Paraíba-Brasil.** Interciência. 2002, vol. 27, n. 12, pp. 664-668.

MOURÃO, J. S.; NORDI, N. **Pescadores, peixes, espaço e tempo: Uma abordagem etnoecológica.** Interciencia, 2006, vol.31, n. 5, pp. 358-363.

NASCIMENTO, M., S., V.; LIMA, C., Y., O. **Dieta e estrutura trófica das comunidades de peixes—uma visão etnoictiológica dos pescadores do Rio Parnaíba e Poty.** 2005 (Anais), VII Congresso de Ecologia do Brasil.

NASCIMENTO, M., S., V.; SASSI, R. **Análise da atividade pesqueira e das condições sócioeconômicas dos pescadores artesanais de Cajueiro da Praia, Estado do Piauí, Brasil.** Gaia Scientia, 2007, vol.1, n. 2, pp. 141-154.

NETO-FREITAS, R.; NUNES, A, G, A. ALBINO, J. **A pesca realizada na comunidade de pescadores artesanais de Santa Cruz/ ES – Brasil.** 2002 (Boletim)- Instituto de Pesca, São Paulo.

NISHIDA, A., K. ; NORDI, N.; ALVES, R., R., N. **Embarcações utilizadas por pescadores estuarinos da Paraíba, Nordeste Brasil.** Biofar revista de biologia e farmácia, 2008.

NUNES, D. M. **Pesca, etnoictiologia e biologia de peixes no sul do Brasil.** 2010, (Tese) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NUNES, D., M.; HARTZ, S., M.; SILVANO, R., A., M. **Conhecimento ecológico local e científico sobre os peixes na pesca artesanal no Sul do Brasil.** Bol. Inst. Pesca, 2011, vol. 37, n. 3, pp. 209-223.

OLIVEIRA, D., N. **Etnoecologia em Comunidades de Pescadores do vale do rio Doce, Colatina Espírito Santo, Brasil.** 2001 (Trabalho de conclusão de curso)- Escola Superior São Francisco de Assis, Santa Teresa – ES.

OLIVEIRA, T. R. **Peixes, gentes e territórios tradicionais no Submédio e Baixo São Francisco: Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.** Revi. Ouricuri, vol. 1, art. 3, 2009.

PACHECO, R. S. **Pesca e Uso dos Recursos Aquáticos por uma População Pesqueira Residente na Baía de Camamu-BA.** 2006, (Dissertação)- Universidade de Brasília.

PAZ, V. A.; BEGOSSI, A. **Ethnoichthyology of Galviboa fishermen of Sepetiba Bay, Brazil. Journal of Ethnobiology.** 1996, vol. 16, n. 2, pp. 157-168.

PEDROSO-JUNIOR, N., N. **Etnoecologia e conservação em áreas naturais protegidas: incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional do Superagui.** 2002 (Dissertação)- Universidade Federal de São Carlos.

PIEVE, S., M., N. **Dinâmica do conhecimento ecológico local, etnoecologia e aspectos da resiliência dos pescadores artesanais da Lagoa Mirim-RS.** 2009, (Dissertação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PIEVE, S. M. N.; KUBO, R. R.; SOUZA, G. S. **Pescadores artesanais da Lagoa Mirim.** Ed. NEAD e UFRGS, Brasília, 2009.

PINHEIRO, L. **Da ictiologia ao etnoconhecimento: saberes populares, percepção ambiental e senso de conservação em comunidade ribeirinha do rio Piraí, Joinville, Estado de Santa Catarina.** Acta Scientiarum. Biological Sciences Maringá. 2004, vol. 26, n. 3, pp. 325-334.

PINHEIRO, L.; CREMER, M. **Sistema pesqueiro da Baía da Babitonga, litoral norte de Santa Catarina: uma abordagem etnoecológica.** Revista eletrônica desenvolvimento e meio ambiente. 2003.

PINTO, M. F.; MOURÃO, J. S.; ALVES, R. R. R. **Ethnotaxonomical considerations and usage of ichthyofauna in a fishing community in Ceará State, Northeast Brazil.** Journal of ethnobiology and ethnomedicine, 2013, vol. 9, n. 17, pp. 1-11.

PORFIRIO, E. P.; SILVA, M. S. B.; SILVA, A. P.; GONÇALVES, J. Q.; AZEVEDO, G. S.; OLIVEIRA, N. B. **Pesca artesanal e conhecimentos ecológicos tradicionais dos pescadores da Praia da Prainha, Arraial do Cabo, RJ.** 2009, (Anais) - IX Congresso de Ecologia do Brasil, São Lourenço – MG.

RAMIRES, M; BARRELLA, W. **Ecologia da pesca artesanal em populações caiçaras da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, São Paulo, Brasil.** Interciência. 2003, vol. 228, n. 4.

RAMIRES, M.; MOLINA, S. M. G.; HANAZAKI, N. **Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca.** Aspe Biotemas, 2007, vol. 20, n. 1, pp. 101-113.

RANGELY, J. N.; FÁBRE, N.; BATISTA, V.S; TIBURTINO, C. **O comportamento territorial de pescadores artesanais no Litoral Alagoano.** 2009, (Anais) - IX Congresso de Ecologia do Brasil, São Lourenço – MG.

REBELO, S., R., M. **O saber tradicional e o saber científico no Complexo Lago Grande de Manacapuru, AM.** 2008, (Dissertação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM.

RIVA, P. B.; TAKAHASHI, B. T.; OBARA, A. T.; SUZUKI, H. I.; ÁVILA, K. P. **Conhecimento etnoictiológico e percepção ambiental de pescadores da região da**

planície alagável do alto rio Paraná. 2010, (Anais) - II Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia.

ROCHA-MENDES, F.; MIKICH, S. B.; BIANCONI, G. V.; PEDRO, W. A. **Mamíferos do município de Fênix, Paraná, Brasil: etnozoologia e conservação.** Rev. Bras. Zool. [online]. 2005, vol.22, n.4, pp. 991-1002.

ROCHA, M. F.; POLETO S. L. **Etnoictiologia de pescadores profissionais artesanais dos rios Araguaia e Garças nos municípios de Barra do Garças-MT, pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO.** Revista interdisciplinar, 2009, vol. 2, n.2.

ROSA, R.. **Vinculando a etnoictiologia às evidências biológicas para explicar o declínio da riqueza da ictiofauna neotropical.** 2014, (Dissertação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SANTOS, E. C.; SAMPAIO, C., L., S. **A Pesca Artesanal na Comunidade de Fernão Velho, Maceió (Alagoas, Brasil): de Tradicional a Marginal.** Revista de Gestão Costeira Integrada, 2013, vol. 13, n. 4, pp. 513-524.

SANTOS, J. R.; PRESTES, L.; LOBATO, A. S.; OLIVEIRA, N. I. S.; FLORENTINO, A. C.; LOBATO, A. N.; CAVALCANTE, B. R. S. **Etnoictiologia como subsídio ao defeso de espécies de peixes comerciais na Amazônia Oriental, Pracuúba, AP.** Revista de Ciências da Amazônia, Macapá, 2014, vol. 1, n.2, pp. 1-12.

SANTOS, V. M. A.; COSTA-NETO, E. N.; STRIPARI, N. L. **Concepção dos pescadores artesanais que utilizam o reservatório de Furnas, Estado de Minas Gerais, acerca dos recursos pesqueiros: um estudo etnoictiológico.** Biotemas, 2010, vol. 23, n. 4, pp. 135-145.

SANTOS, W. C. R.; VALE, A. V. P.; SOUSA, C. R. S.; CHAGAS, R. A. **Etnoictiologia de pescadores artesanais no município de São João de Pirabas, Pará.** 2014, (Anais) - XII Seminário Anual de Iniciação Científica da UFR.

SARAIVA, R. S.. **Aspectos etnoecologicos da pesca do pиту, Macrobrachium carcinus, Linnaeus, 1758 (decapoda; palaemonidae), no rio Pojuca (distrito de Barra do Pojuca, Camaçari - BA).** 2009, (Anais) - IX Congresso de Ecologia do Brasil, São Lourenço – MG.

SERRA, R. T. A.; ARAÚJO-JÚNIOR, B. A.; MENDES, I. D.; SOUSA, I. D.; SANTOS, L. F. S.; RIBEIRO, P. C. **Etnoictiologia dos pescadores na diminuição do pescado e as espécies mais comercializadas no município de Penalva – MA.** 2011, (Anais) - X Congresso de Ecologia do Brasil. São Lourenço – MG.

SILVA, E. L. P.; CONSERVA, M. S.; OLIVEIRA, P. A. **Socioecologia do processo de trabalho das pescadoras artesanais do Estuário do Rio Paraíba, Nordeste, Brasil.** Ecologi@, 2011, vol. 3, pp. 44-56.

SILVA, E. F.; OLIVEIRA, J. E. L.; SCHIAVETTI, A. **Conhecimento ecológico local (CEL) na pesca artesanal da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual**

Ponta do Tubarão – RN, Brasil. Boletim Instituto de Pesca, São Paulo, 2014, vol. 40, n. 3, pp. 355-375.

SILVA, M. A.; ARIDE, P. H. R.; SANTOS, S. M.; LIMA ARAÚJO, R. L.; LIMA, J. P.; OLIVEIRA, A. T. **Preferências e restrições alimentares de moradores do município de Juruá, Amazonas.** ScientiaAmazonia, 2014, vol. 3, n. 3, pp. 106-111.

SILVA, M. C. S.; OLIVEIRA, A. S.; NUNES, G. Q.. **Caracterização socioeconômica da pesca artesanal no município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará.** Ver. Amazônia: Ciência e Desenvolvimento, vol. 2, n. 4, Belém, 2007.

SILVA, S. P.; NOGUEIRA, E. M. S. **Aspectos etnoecológicos da pesca na percepção dos pescadores de Glória, Bahia, Brasil.** Revista Ouricuri, 2012, vol. 2, n. 1, pp. 91-106.

SILVANO, R. A. M. **Pesca artesanal e etnoictiologia.** In: BEGOSSI, A. (Org.). Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Hucitec: Nepam/Unicamp: Nupaub/USP: Fapesp, 2004.

SILVIANO, R. A. M.; BEGOSSI, A. **Etnoictiologia de pescadores artesanais caiçaras e história natural dos peixes nas ilhas de Búzios e Vitória (litoral Norte de São Paulo).** 1997 (Tese de doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.

SILVANO, R. A. M.; BEGOSSI, A. **Ethnoichthyology and fish conservation in the Piracicaba River (Brazil).** Journal of Ethnobiology. 2002, vol. 22, n. 2H5, pp. 306.

SILVANO, R. A. M.; HALLWASS, G.; RIBEIRO, A. R.; HASENACK, H.; JURAS, A. A.; LOPES, P. F. M.; CLAUZET, M.; BEGOSSI, A.; LIMA, R. P.; ZUANON, J. A. S. **Pesca, etnoictiologia e ecologia de peixes em lagoas e igarapés do Baixo Rio Tocantins.** 2011, (Anais) - Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica. Belém, PA.

SILVEIRA, E. M.; SERAFIN, S., R., F.; SIQUEIRA, A., B. **Novos olhares sobre a pesca artesanal na lagoa do mirim: uma abordagem etnoecológica.** 2012, (Anais) - IV Simpósio sobre Formação de Professores – SIMFOP, SC.

SOUTO, F. J. B. **A ciência que veio da lama: uma abordagem etnoecológica abrangente das relações ser humano/manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro-BA.** 2004, Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos : UFSCar.

SOUTO, F. J. B.; MARQUES, J. G. W. **A vida do grande é comer o pequeno”:** Conhecimento sobre interações tróficas por pescadores artesanais no Manguezal de Acupe, Santo Amaro, Bahia. Revista de Gestão Costeira Integrada, 2009, n. 2.

SOUTO, F., J., B.; PACHECO, R., S. **Percepção morfológica de animais aquáticos pela comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro, Bahia: uma abordagem etnozoológica.** Sitientibus série Ciências Biológicas, 2011, vol. 11, n. 2, pp. 103-111.

SOUZA, M. R. **Etnoconhecimento caiçara e uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale do Ribeira**. 2004 (Dissertação)- Universidade de São Paulo, SP.

SOUZA, M., R.; BARRELLA, W. **Conhecimento popular sobre peixes numa comunidade caiçara da Estação ecológica de Juréia-Itatins/ SP**. 2001 (Boletim)- Instituto de Pesca, São Paulo.

SOUZA, M. R. D.; BEGOSSI, A.; SEIXAS, C. S.; PRADO, P. I. D. K. L.; HANAZAKI, N.; BARRELLA, W. **Etnoictiologia, dieta e tabus alimentares dos pescadores artesanais de Ilhabela, Litoral Norte de São Paulo**. 2008, (Tese) - Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, R., S. **Etnobotânica e etnozootologia de comunidades pesqueiras da Área de Proteção Ambiental (APA) do delta do Parnaíba, Nordeste do Brasil**. 2010, (Dissertação) - Universidade Federal do Piauí.

TARCITANI, F., C.; BARRELLA, W. **Conhecimento Etnoictiológico dos Pescadores Desportivos do Trecho Superior da Bacia do Rio Sorocaba**. Revista eletrônica de biologia, 2009, vol. 2, n. 2, pp. 1-28.

THÉ, A., P., G. **Saudades da Vazante Geral: Estudo sobre as Mudanças Socioambientais na Pesca Artesanal no Alto-Médio São Francisco, Minas Gerais**". In: COSTA, J. B. A.; OLIVEIRA, C. L. (Org.). Cerrados, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos Sertões Roseanos. São Paulo: Intermeios, vol. 1, pp. 31-46, 2012.

VIEIRA, D.M.; SOUZA, A. C. F. F.; TEIXEIRA, S.F. **Pescaria com covos para peixes: conhecimento tradicional da comunidade pesqueira de Brasília Teimosa, Recife - PE**. 2009, (Anais) - IX Congresso de Ecologia do Brasil, São Lourenço – MG.

TECNOLOGIAS SOCIAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAÇÁ: itinerário histórico de uma comunidade tradicional no Semiárido brasileiro.

Enos André de Farias¹
Maria Herbênia Lima Cruz Santos²
Emanuel Ernesto Fernandes Santos³
Sérgio Luiz Malta de Azevedo⁴
Maria do Socorro Pereira de Almeida⁵

RESUMO

As tecnologias sociais como possibilidade de permanência e manutenção das raízes culturais de uma comunidade tradicional no Semiárido brasileiro, é parte da análise do presente estudo. Para tanto, buscou-se construir um itinerário histórico da escravização, da formação dos quilombos e o processo de reconhecimento dos seus remanescentes. A pesquisa de natureza qualitativa na abordagem, tem como escopo a pesquisa documental e a revisão bibliográfica, além da imersão na história oral, para a compreensão dos costumes e tradições das diferentes formas de vivências e convivências na comunidade, a partir da obra de (MOURA, 1989), (MOURA, 2020), (GOMES, 2021), (TEIXEIRA, 2019), (PONTES, 2010), (QUIJANO, 2009) e (SCHWARTZ, 1998). Conclui-se que a implementação das tecnologias sociais fortalece a comunidade com geração de renda, sentimento de pertença e propicia um empoderamento social da comunidade imbricada no Semiárido brasileiro.

Palavras-Chave: Tecnologia social. Comunidade Remanescente de Quilombo. Araçá. Itinerário.

¹ Doutorando em Ecologia Humana (PPGECoh), Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), com Licenciatura em História (UPE) e Bacharelado Direito (FACAPE).

² Doutora em Agronomia (Horticultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Docente e Orientadora (PPGEcoH/UNEB).

³ Doutor em Agronomia (Horticultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). Atualmente é professor Titular da Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Manejo e Conservação do Solo, atuando principalmente nos seguintes temas: Sub Médio São Francisco, condutividade elétrica, água salobra, bioassalinação. Coordenador do laboratório de análise de solo, água e calcário – LASAC.

⁴ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). Pós-doutorado em Geografia (UFPE - concluído - 2016). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Campina Grande e é coordenador. É coordenador do Programa Residência Pedagógica. (Colaborador) para o Ensino de Geografia na UFCG (2020).

⁵ Doutora em literatura e cultura pela UFPB. Mestre em Literatura e Interculturalidade pela UEPB. Especialista em Literatura brasileira pela UFPE, possui graduação em Letras pela Faculdade Frassinetti do Recife. Professora adjunta II da Universidade Federal Rural de Pernambuco na Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UAST.

SOCIAL TECHNOLOGIES IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY FROM ARAÇÁ: historical itinerary of a traditional community from the Brazilian semiarid region

ABSTRACT

Social technologies as a possibility or permanence and maintenance of cultural roots of a traditional community from the Brazilian Semiarid region is part of what this study analyzes. For that, we sought to build a historical itinerary of slavery, the formation of *quilombos* and the process of acknowledgement of their descendants. This work is conducted through a qualitative approach and its scope is the documental research and bibliographic review, as well as the immersion in oral history in order to understand the habits and traditions of the different life styles and experiences in the community, according to the theories of (MOURA, 1989), (MOURA, 2020), (GOMES, 2021), (TEIXEIRA, 2019), (PONTES, 2010), (QUIJANO, 2009) and (SCHARTZ, 1998). It is concluded that the implementation of social technologies strengthens the community by generating income, feeling of belonging and social empowerment of the social community from the Brazilian Semiarid region.

Keywords: Social technology; Remaining *Quilombo* communities; Araçá; Itinerary

1 INTRODUÇÃO

A escravidão foi uma realidade do mundo antigo, os egípcios escravizavam seus vencidos de guerra, e assim construíram suas pirâmides, fortaleceram sua agricultura, e o poder do faraó. A mesma coisa com os romanos durante o império, sendo que o termo “escravo”, segundo Cunha (1995), vem do grego “eslavo”, como sendo as primeiras descrições para os povos eslavos, originários dos povos do Leste Europeu, escravizados pelos Romanos no século IX d.C.

O processo de escravização fez parte do ordenamento jurídico em diversos países por séculos. Ter e manter escravos media o poder social, político e econômico daquele que detinha a posse dos vencidos em guerra. Ao dono do escravo, cabia direitos de punir, inclusive com a morte (*jus vitae et necis*) e açoitar o indivíduo que não obedecesse suas ordens. Gomes (2019, p. 67) afirma que “em algumas sociedades, o escravo também poderia ser oferecido como sacrifício em funerais, cerimônias religiosas e ocasiões especiais”.

A escravização nas Américas foi totalmente diferente das demais citadas. No século XV, segundo Gomes (2019, p. 51), tanto Portugal quanto Espanha, Inglaterra e

Holanda, perceberam o quanto lucrativo era o comércio de escravos, e passaram a investir recursos da Coroa, além de criar condições (a exemplo da Escola de Sagres), para que mercadores pudessem comercializar com chefes tribais na costa africana e expandir os territórios da Metrópole. Para Souza (2008) os investimentos tinham dois objetivos: o primeiro era suprir a necessidade de mão-de-obra nas colônias americanas, haja vista o empasse com a Igreja que não aceitava a escravização dos indígenas, e a cana-de-açúcar era um dos principais fatores da economia portuguesa. O segundo, era alcançar as fontes de todo ouro levado pelos árabes através da rota do Saara.

Sobre a importância do comércio com a África, esses investimentos passaram a dar retorno quando, a partir de 1470, os portugueses começaram a negociar ouro com os Acãs. A importância do comércio nessa região fez com que, em 1482, Dom João II, rei de Portugal, mandasse construir uma fortaleza ali, batizada de São Jorge da Mina. Em troca de ouro, os comerciantes permutavam várias mercadorias, como facas, bacias, jarras de metal, contas de vidros e escravos, que eram utilizados para abrir florestas e minerar (RAMALHO, 2015, p. 32).

Para Silva (1998, p.15), a escravidão negra, no mundo português, tem início a partir da captura dos Azenegues do Rio do Ouro, em 1441, por Antão Gonçalves e Nuno Tristão, que encontravam-se a serviço do Infante Dom Henrique. A formação dessas comunidades data de 1575, segundo o professor Gomes (2015, p.12), quando se registrou a primeira fuga de escravos e a formação do primeiro mocambo, na Bahia. Em todas as regiões brasileiras tiveram mãos-de-obra escrava, também presenciaram resistência à escravização, fugas e a formação de mocambos e quilombos.

É preciso compreender que o processo de escravização no Brasil foi um dos maiores que o mundo conheceu, e que percorreu, como Moura (2020, p. 13) afirmou, um périplo de tempo de quase quatrocentos anos, espraia-se na superfície de um subcontinente e mantém sua estrutura em todo esse imenso território durante esse período, sendo necessário revisitar os fatos do passado para a compreensão dos atos no presente, afinal, nenhum fato é novo o suficiente para não deixar consequências para as gerações que vieram depois, e quatro séculos foi um tempo em que muitas gerações nasceram cativas em terras brasileiras.

É perceptível a ausência nos livros didáticos modernos, da contextualização dos espaços de resistência e existência de remanescentes de quilombos. Ao mencionar a formação dos quilombos, por escravo fugitivos, remontam sempre ao principal quilombo que o Brasil Colonial presenciou: o Quilombo dos Palmares. No entanto, é imprescindível

dizer que os povos remanescentes de escravos e as comunidades quilombolas são hoje mais de 5.972 localidades mapeadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação Palmares.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho foi estudar tecnologias sociais apropriadas como possibilidades de permanência e manutenção das raízes culturais na comunidade quilombola do araçá a partir de um itinerário histórico de uma comunidade tradicional no Semiárido brasileiro.

2 METODOLOGIA

Segundo Gil (2002, p. 17), pesquisa é definida como um procedimento racional que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Não existe pesquisa sem uma dúvida, uma inquietação, uma pergunta. Para tanto, o trabalho consiste em contextualizar o processo de escravização da população africana, com a formação dos quilombos e a resistência nesses espaços por mais de 300 anos; a forma de organização dos remanescentes de quilombos neste começo de século XXI, com a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para a permanência dessa população em suas comunidades, no campo, com geração de renda e manutenção das raízes culturais. Delimita-se o trabalho ao conjunto de sítios que formam a Comunidade Quilombola do Araçá, no município de Afrânio/PE, construindo interfaces com o cenário socioeconômico do campo e as tecnologias sociais apropriadas a convivência com o Semiárido brasileiro.

De natureza qualitativa na abordagem, o estudo tem como escopo a pesquisa documental e a revisão bibliográfica, além da imersão na história oral, importante metodologia para explicar costumes e tradições das diferentes formas de vivências e convivências, especificamente em comunidades tradicionais, que recorrem à memória dos mais velhos e à oralidade, para manter a cultura local viva. Miranda (2009, p. 32), vai nos lembrar que “a memória constitui-se como elemento de significativa importância para a reconstituição do processo histórico desses remanescentes”. A abordagem qualitativa da pesquisa, que se caracteriza pela reflexão a partir da ação e das interpretações conceituais, dará o norte para seu desenvolvimento.

Buscando compreender a contextualização histórica do espaço da pesquisa, e com isso coletar as informações e dados precisos, seguiremos pela observação participante, cingindo-nos do máximo de informações possíveis. Para Brandão (2006, p.

41), “o ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica”. Ou seja, é preciso partir de uma realidade concreta da vida cotidiana dos agentes envolvidos e do *lócus* da pesquisa em suas diferentes dimensões e interações, entendendo que existe um compromisso político e ideológico com aquele espaço e com esses sujeitos, além do reconhecimento de que a atividade científica tem o mesmo caráter e segue o mesmo compromisso.

A análise dos dados ocorreu durante o processo de escrita e de investigação, pontuando ideias e questionando ações. Para sua explicação utilizou-se a proposta da triangulação de dados, para que a “combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista” (MINAYO, 2012, p. 29), possibilitando maior envolvimento e compressão dos aspectos da pesquisa, principalmente quando estamos tratando de pesquisa socioeducacional⁶.

O trabalho está dividido em duas partes: na primeira, constrói-se um itinerário histórico com acontecimentos que levaram à escravização de pessoas negras no continente africano, sua chegada ao Brasil e todo comportamento da sociedade da época para com aqueles que foram escravizados. Na segunda parte, delimita-se o Semiárido brasileiro, onde a Comunidade Quilombola do Araçá está inserido, pontuando as tecnologias sociais apropriadas para convivência com o Semiárido, a partir do Programa um Milhão de Cisternas (P1MC), referenciando as ações efetivadas pelo Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS), no Sítio Estrela Grande, daquele município. As ações implementadas tem como lastro a dignidade da pessoa humana que vive no campo, e que nesse campo, como lembra Boff (2004, p. 20), estabelece relação com o meio ambiente.

Delimita-se o espaço da pesquisa ao conjunto de comunidades que formam o Araçá, localizados no Semiárido brasileiro. Segundo dados do INSA (Instituto Nacional do Semiárido), o Semiárido brasileiro é constituído por oito Estados da Região Nordeste (correspondendo a 86,48% de toda a região) e o norte do Estado de Minas Gerais (a parte setentrional, que corresponde a 11,01% do território daquele Estado), totalizando uma área territorial de 980.133,079 km², que para (MEDEIROS et al, 2012), é ocupada por “1.131 municípios, nos quais residem uma população total de 22.598.318 habitantes,

⁶ A triangulação binária compõe-se de uma série de outras atividades, mais no seu cerne, os resultados permeiam a análise documental, o estudo das entrevistas e a observação participante (Ver: ANDRÉ, Marli Eliza Dalmmzo Afonso. **Etnografia da Prática Escolar**. – Campinas: Papirus, 1995.)

sendo 62% em áreas urbanas e 38% em rurais”.

Segundo levantamento da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), a localização de 81% das comunidades quilombolas de todo o país está no Semiárido brasileiro, que também detém uma cobertura vegetal constituída por dois biomas (Caatinga e Cerrado), com predominância do primeiro. Para Carvalho (2006, p. 21)

O bioma Caatinga é o principal ecossistema existente no Nordeste, estendendo-se pelo domínio de clima semiárido, numa área de aproximadamente 11% do território nacional. É um bioma único por estar localizado em área de clima semiárido e apresenta grande variedade de paisagens, riqueza biológica e endemismo.

Seu subsolo é constituído de por “rochas cristalinas rasas, que dificulta a formação de mananciais perenes e a potabilidade de água, normalmente salinizada”, conforme estudo de Malvezzi (2007). O Período chuvoso que inicia no mês de dezembro (com algumas inconstâncias), termina no mês de março, com algumas exceções. A chuva transforma a paisagem cinza em verde cheiroso. É uma chuva que mesmo pouca, nas palavras de Bulteau (2016, p. 62) “é um elemento associado à feminilidade... pode se revelar benfeitora, revigorante, fecundadora, em uma visão otimista”.

Em dezembro de 2021, o Conselho Deliberativo da SUDENE reuniu-se para atualizar os municípios no mapa do Semiárido brasileiro, excluindo e incluído. Segundo a Resolução CONDEL/SUDENE nº 150, de 13 de dezembro de 2021⁷, foram excluídos 50 (cinquenta) municípios e incluídos outros 215 (duzentos e quinze), passando ao número de 1.427 (mil quatrocentos e vinte e sete) municípios.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ecologia social, assim como a ecologia humana, tem relação com a existência humana. É fato que o processo de luta das comunidades quilombolas em todo o território nacional desembocou na inserção dos direitos desse povo na Carta Magna de 1988, na qual o Estado brasileiro reconheceu o direito sobre a terra aos remanescentes que nela ocupavam, definindo regras para a titulação, e inserindo este reconhecimento no ordenamento jurídico nacional.

⁷ Ver a Resolução em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/resolucao1502021.pdf>

No Brasil, o processo de escravização começa em 1500 com a chegada de Pedro Álvares Cabral e a subjugação da mão-de-obra indígena como forma de resposta aos investimentos da Coroa Portuguesa. Conforme Gomes (2021, p. 19) é registrado em 1511, o primeiro caso de tráfico de escravos, quando desembarcou em Portugal o mercador Florentino Bartolomeu, levando além de animais exóticos da fauna brasileira, um total de 35 indígenas vendidos ali mesmo no porto. Para Moura (1989),

O primeiro contingente de escravos africanos aportou no Brasil em 1549, em São Vicente, assim que D. João III concedeu a autorização a fim de que cada colono importasse até 120 africanos para as suas propriedades. Muitos desses colonos, no entanto, protestaram contra o limite estabelecido pelo Rei, pois desejavam importar um número bem maior.

A posse da terra e de tudo que nela fosse encontrado, de acordo com Silva (2012), passava ao domínio do colonizador no momento da chegada, incluindo os bens tidos como “naturais”. Essa posse acontecia com a benção da Igreja, cujo papa Alexandre VI, em 4 de maio de 1493, publicou a *Bula Inter Coetera*, que dividiu o Novo Mundo entre os reinos de Portugal e Espanha. De acordo com o documento papal, o “Novo Mundo”, anunciado em 1492 por Cristóvão Colombo, deveria pertencer a Portugal e Espanha, fixando um meridiano situado 100 léguas a oeste das Ilhas dos Açores e de Cabo Verde, não sendo aceita de imediato pela Coroa Portuguesa, que reivindicava uma amplitude desse território, passando a negociar com a Coroa Espanhola, e chegando a um acordo em 1494, que ficou conhecido como o Tratado de Tordesilhas. Pelo Tratado de Tordesilhas, o meridiano seria 370 léguas a partir das ilhas mencionadas.

Durante o período colonial e até o final do século XIX, a realidade brasileira contava com a mão-de-obra escrava. Era senhor de escravo, e portanto, socialmente reconhecido como bem sucedido, aquele que tinha em seu patrimônio escravos, mesmo que apenas um. A princípio, foram levados para os engenhos de açúcar no Nordeste, e posteriormente, com o declínio do ciclo do açúcar, onde a produção no Brasil entrou em decadência na segunda metade do século XVII, em meio a conflitos internacionais com a Holanda, que acabara de ser expulsa de Pernambuco, a mão-de-obra escrava migrou para a região sudeste, onde ascendia o plantio do café no Vale do Paraíba.

As fugas de escravos dos engenhos e das grandes fazendas de café, era constante durante todo processo de escravização no Brasil. A formação dos primeiros mocambos, tinha como espaço geográfico as vilas e fazendas, para que o ajuntamento tivesse acesso às povoações, onde muitas vezes, se aproximavam para ter acesso a

alimentos, armas e utensílios. Nos primeiros ajuntamentos de fugitivos da escravidão, é possível notar a presença não só do africano, mas também do indígena. Uma presença que segundo Gomes (2015, p. 59), tinha reflexo direto na forma inicial de escravização dos nativos:

As primeiras comunidades de fugidos no Brasil talvez tenham sido formadas também por cativos indígenas. Com a crescente chegada de africanos e sua utilização massiva, acabaram sendo a maioria nas fazendas e, portanto, entre os fugidos.

É fato que as fugas preocupavam os senhores de engenho, principalmente porque o escravo eram uma “mercadoria” necessária e cara para sua afirmação enquanto senhor de engenho, como homem poderoso na sociedade colonial, que via no escravo uma forma de ascensão social e política. Schwartz (1998, p. n/d), dirá que:

Os colonos e oficiais régios desenvolveram uma série de medidas para lidar com a formação e atividade dos mocambos. Uma tática consistia em eliminar a fuga de escravos e recapturar os fugitivos antes que pudessem juntar-se em bandos. Já em 1612 Alexandre de Moura, donatário de Pernambuco, solicitava à Coroa a nomeação de um “capitão-do-campo” em cada uma das oito paróquias da capitania, o qual, auxiliado por vinte índios, perseguiria e recapturaria escravos fugidos. Não se sabe ao certo quando tais oficiais foram introduzidos na Bahia, mas por volta de 1625 a câmara municipal de Salvador havia estabelecido uma escala de recompensas para esses caçadores de escravos. O capitão-do-campo, ou capitão-do-mato, como o posto passou a ser chamado, trabalhava sob comissão, recebendo uma recompensa para cada fugitivo capturado.

A função do capitão-do-mato passou a configurar como uma das mais importantes e cruéis da época, porque o escravo a ser recuperado, era entregue ao “seu proprietário”, que pagava recompensa, mas no caminho, se esse recapturado tentasse fugir, era punido com chicotadas, açoites, e muitas vezes, até a morte.

Moura (2020, p. 19) afirma que “os escravos negros, para resistirem à situação de oprimido em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia”. As insurreições era uma forma de alcançar a liberdade, mesmo que distante de seu continente, que ficou para além-mar, mesmo sabendo que não viria seus ancestrais, mas a fuga dos castigos era o ideário de todos que viviam sobre o temor do capataz.

Ramalho (2015, p. 46) observa que “o Quilombo não seria apenas uma forma de rebelião, pelo contrário, mas também uma forma de manter eternizada a cultura africana que os brancos tinham tentado apagar da memória dos negros que haviam sido escravizados”. O termo mocambo, segundo o professor Schwartz (1998), tinha relação com a mistura de aspectos culturais da África e as experiências escravas no Brasil, sendo utilizado até o século XVIII. Já o termo quilombo, era sinônimo para comunidade de escravos fugidos, com referência na sua forma de organização aqueles escravizados oriundos de Angola, com relação próxima ao contexto de Palmares.

A primeira definição de Quilombo, conforme demonstra o professor Moura (2020, p. 21), é oriundo do Brasil Colônia, quando em 1740, o Conselho Ultramarino ao enviar carta ao rei de Portugal, definiu a ocupação feita pelos fugitivos de “Quilombo”, no qual consta como sendo habitação de mais de cinco negros fugidos, que não tenham ranchos levantados. Para Anjos (2006), o termo “quilombo” é originário da língua banto e pode ser compreendida como habitação, floresta, guerreiro. Para Gomes (2019, p. 356),

A palavra kilombo, transcrita para o português como quilombo, vem do quimbundo, um dos idiomas falados em Angola, e originalmente significava acampamento, arraial, união ou cabana. Na região de Cassanje, em Angola, designava também acampamento militar e a sociedade de iniciação dos guerreiros jagas aliados da rainha Jinga. No Brasil, virou sinônimo de reduto de escravos foragidos.

Não havia um tamanho específico para os aquilombamentos, iam de oito homens, formando grupos armados, até centenas deles. Tinha muito a ver com o momento da fuga dos engenhos e o medo da captura, pois para o escravo recapturado não havia clemência: muitos eram “ferrados como boi”, com a letra “F” de fujão, como determinava o Alvará de 7 de março de 1741, oriundo da Coroa Portuguesa, como aponta Moura (2020, p. 34). Para tanto, os intercâmbios entre quilombos e os pequenos povoamentos, também serviram como forma de se armarem para a defesa do território.

Moura (2020, p. 41) dirá que “desenvolvia-se uma indústria de guerra dos próprios quilombolas, os quais fabricavam lanças, arcos, flechas, facas e outros objetos bélicos”. Todavia, ao engessar a ideia da formação dos quilombos sem mencionar a resistência contra a opressão da época, com os primeiros mocambos, corre-se o risco de operar uma definição sem contextualizar todo o enredo

historiográfico, afinal, essa definição acabou influenciando gerações, sem ponderar a temática, reafirmando, a ideia de existência.

É fato que a escravização de pessoas do continente Africano não é uma mácula apenas da história do Brasil, no entanto, segundo o pesquisador Gomes (2021, p. 20), “o Brasil escravizou cerca de 4,9 milhões de africanos, o equivalente a 40% dos 12,5 milhões que embarcaram da África para o continente americano até meados do século XIX”, resultando no enriquecimento de muitos traficantes de escravos. E complementa dizendo que “no final do século XVIII, o Brasil tinha a maior concentração de negros escravizados de todo o Novo Mundo, “um verdadeiro formigueiro de negros”. (GOMES, 2021, p.169).

Então, refletir sobre os espaços onde os remanescentes dessa população se encontra, sua forma de existir e sobreviver, é construir diálogos sobre os acontecimentos que foram dando vazão ao longo da história, saindo o olhar eurocêntrico, da dimensão histórica fixada no passado, para a condição de propositores de uma nova histórias. Um nova história que Nascimento (2002), tem relação com a forma de pensar, de organizar, de ver o mundo e de eliminar os privilégios de alguns em detrimento da pobreza de muitos.

Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre [...] o quilombismo se estruturava em formas associativistas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mutuo (NASCIMENTO, 2002, p. 264).

Quilombismo, termo usado por Nascimento (2002), tem relação com o reconhecimento das comunidades tradicionais, as liberdades políticas e sociais, e a inserção dos remanescentes de quilombos (para além do reconhecimento e da certificação), no acesso às políticas públicas de educação, saúde, moradia, crédito e inclusão em programas sociais.

É importante fazermos memória que, ao fugir de um engenho, aquele escravizado, que não conhecia o território e que portanto, estava passivo de ser reconduzido, levava no seu embornal, quando assim levava, apenas farinha de mandioca. A dieta daqueles

que fugiam para as matas e ali permaneciam e construía seus mocambos, era a farinha de mandioca, principalmente os escravizados da região nordeste do Brasil. Nos quilombos já formados, segundo Gomes (2015, p.21) “plantavam e colhiam mandioca, transformavam-na, através da moagem, peneiras e forno, em farinha e outros derivados”. Uma parte era destinado a alimentação do mocambo, outra parte, servia como produto para escambo, nas vilas, fazendas e povoações. Havia, em muitos quilombos consolidados, uma interação com pequenas povoações, onde faziam negócios com o excedente da produção:

Vários estudos abordaram como o sistema de roças foi marcando profundamente as vidas escravas, inclusive transformando as políticas de domínio e as sociabilidades envolventes. A luta escrava pela autonomia do cultivo de roças podia estar entrelaçadas com outros embates, abrindo espaços autônomos e modificando a organização do trabalho, mediante o cultivo de roças próprias e a comercialização dos excedentes. (GOMES 2015, p.31).

Essa comercialização dos excedentes, mencionada por Gomes (2015), coaduna com a ideia de circulação de informações e culturas entre escravos de áreas urbanas e rurais, como diz Gomes (2021, p. 310) que “feiras dominicais se constituíram em espaços de socialização, atraindo escravos e libertos de diversas plantações, muitos dos quais cruzando grande distância para alcançá-las”.

Flamarion (1987) observou que, em muitos engenhos e fazendas de escravos, os escravizados eram autorizados, com o passar dos anos, a manter pequenos plantios no fundo dos engenhos, nas áreas onde a cana-de-açúcar não dominava a paisagem. Esses pequenos quintais produtivos, serviam para melhoria da alimentação nas senzalas, diminuindo o custo do senhor com os escravos, portanto, dando lucro para este, e o excedente era negociado nas feiras dominicais, trazendo pequenas economias para aquelas famílias, justamente porque era seu objetivo: evitar fugas e formar famílias. Esse processo foi chamado por Flamarion (1987) de “brecha camponesa”, ele afirma que os valores economizados em alguns casos, ajudou na compra da alforria.

No entanto, não eram todos os escravos que tinham direito a trabalhar em lavouras familiares, essa “brecha camponesa” era dada, principalmente, aos escravos casados, como forma de evitar que ele tentasse fugir. Eram concedidos espaços dentro do engenho/fazenda, e liberdade para produzir, comercializar o

excedente. Na fuga para os quilombos ou quando eram atacados, as mulheres tinham um papel importante, segundo Gomes (2015, p.39): cabia a elas “esconder o máximo de grãos na cabeça (entre seus penteados), e escapar para as matas, o mais longe possível. A economia de um quilombo atacado era reconstruído exatamente a partir desses grãos”, daí a referência para as sementes crioulas, muito discutido em nossos dias.

3.2 As Comunidades de Remanescentes de Quilombos na CF/1988

A segunda geração de escravos apelidada de “escravo crioulo”, porque já nasceram no Brasil, na condição de nativo e escravizado, passou a existir como parte da população brasileira. Neste sentido, durante o processo de luta pela abolição da escravatura, a elite dominante perceberá que para cada branco europeu que chegava ao Brasil, também desembarcava quatro africanos escravizados. Gomes (2019, p.23) dirá que “o Brasil dos colonizadores europeus foi construído por negros, mas sempre sonhou ser um país branco”. E foi com esse pensamento que nasceram teorias eugênicas de branqueamento da população brasileira, com teorias construídas por intelectuais, que alimentavam a ideia de contrabalançar o número de pessoas negras no Brasil. Uma das ideias seria o incentivo à imigração, quando o governo brasileiro fez propaganda do Brasil na Europa, atraindo daquele continente, levas de italianos, suecos, suíços, alemães, holandeses, ucranianos, etc.

Qual o destino da população escravizada quando a Lei Áurea foi sancionada em 13 de maio de 1888? Ramalho afirma que,

A promulgação da liberdade dos escravos aconteceu apenas no papel, porque portas se fechavam para os negros libertos; grandes eram as dificuldades para se conseguir um emprego remunerado e, quando assim conseguiam, o salário não fazia jus à carga horária e nem a ocupação que lhes era atribuída. (2015, p.49)

De fato, as liberdades eram apenas do fim do açoite pelo senhor de engenho ou seu capataz, no entanto, o acesso a dignidade e a um espaço, foi negado àqueles que saíram da escravidão em 1888. A capoeira era proibida, a “vadiagem” era crime, e o que aconteceu com os descendentes dos escravos fugitivos? As comunidades quilombolas passou a ser espaços de resistência, territórios onde os costumes, as tradições e as

vivências sociais eram presentes no cotidiano. No entanto, é preciso compreender a ideia do pertencimento àquele espaço, àquela identidade, ao espaço como lugar de práticas e de manutenção dos costumes herdados pelos ancestrais que ali viveram. O território é o espaço de vida dos indivíduos de modo coletivo.

Essa contextualização tem a ver com o entendimento sobre a ideia jurídica do espaço como comunidade remanescente de quilombo, quando no processo de reconhecimento, a auto definição faz parte das etapas para a titulação da terra. O processo de luta política pelo reconhecimento dessas comunidades é datado da década de 1980, quando se forma a Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos (CONAQ) e do Movimento Negro Unificado (MNU), além de outras entidades que passaram a levantar a bandeira da causa negra.

Uma das vitórias dessa articulação está justamente na Assembleia Constituinte de 1987, a qual conseguiu inserir na Constituição Federal de 1988, dentro do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o artigo 68, que fez jus a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. (BRASIL, 1988)

Trecanni (2006, p.12) observa que o Brasil levou 100 anos para reconhecer que o território ocupado pelos descendentes dos escravos que fugiram da escravidão nos engenhos, fazendas e vilas, pertencia, de fato e de direito, àqueles que ali moravam.

Apesar da abolição formal da escravidão decretada pela Lei Áurea (Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888), passaram-se outros cem anos para que a Constituição Federal devolvesse aos descendentes dos antigos quilombos a propriedade dos territórios que lhes vai permitir o acesso à cidadania plena. (TREVANNI, 2006, p.12)

A Constituição Federal de 1988 ainda assegura em outros dois artigos, conquistas da população quilombola: os preceitos legais do artigo 215 dizem respeito a proteção as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Já o artigo 216 considera os aspectos que são constituídos como bens de natureza material e imaterial, protegidos pelo Poder Público, como os modos de criar, fazer e viver, diferentes dos demais grupos da sociedade brasileira, grupos estes onde estão inseridas as comunidades remanescentes de quilombos.

Para assegurar e legitimar todo processo de reconhecimento e certificação, o Estado Brasileiro criou através da Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, a Fundação Cultural Palmares, que regulamentou os procedimentos de reconhecimento e certificação, sendo que o processo começa no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Para Ramalho (2015, p.55) esses procedimentos:

O brasileiro Remanescente Quilombola está aprendendo a se autodeclarar, saber quem é, de onde veio e a usufruir disso, ter orgulho de suas origens. Isso é fruto de todo um trabalho de conscientização nacional que tardiamente é possível, mas está acontecendo. E, então, o Brasil está sendo redescoberto, através das histórias contadas; evolui com seu conhecimento, porque aprende a valorizar o seu passado, a sua história. Não há como viver um presente, construir um futuro, sem reconhecer seu passado.

3.3 Quilombos do sertão de Pernambuco

Segundo a Coordenação estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco (CEACQ), o Estado de Pernambuco possui 196 comunidades remanescentes de quilombos. Parte dessas comunidades nasceu, segundo estudos no Centro Cultural Luís Freire, seguindo três situações: comunidade já existentes; comunidades constituídas a partir da libertação dos escravos; e comunidades constituídas por escravos fugitivos. O sertão do São Francisco é o território onde mais comunidades quilombolas se agrupam, elas nasceram, segundo Freire (2008), dos processos migratórios do final do século XIX.

A Comunidade Quilombola do Araçá é um conjunto de cinco comunidades que formam o Araçá, em Afrânio/PE. Elas trazem em seus traços históricos, a luta de um povo que sofreu no passado, mas resiste bravamente com dignidade, força de vontade e trabalho. É uma comunidade formada por homens e mulheres que ao longo de suas existências carregam as memórias dos épicos tempos em que a comunidade estava sendo formada. Elas estão em processo de reconhecimento e certificação pela Fundação Palmares, sendo formadas principalmente por escravos libertos, no final do século XIX. A Comunidade é formada por cinco sítios: Araçá, Boa Vista, Baixa do Caldeirão, Lagoa Comprida e Pau D'arco. Os três primeiros já estão com suas certificações expedidas e aguardam somente o reconhecimento para receberem a titularização das terras; os dois últimos o processo ainda tramita naquela instituição.

As relações de territorialidade das comunidades estão voltadas para a forma como os mesmos veem a terra, suas manifestações culturais (a exemplo do Reisado de Lagoa Comprida e das rodas de São Gonçalo), bem como, com os recursos naturais da Caatinga e com a organização associativista. Além da população remanescente de quilombos, segundo Leão (2020), na década de 1930, com a destruição do arraial de Pau-de-Colher pelas ações da Polícia de Pernambuco, da Bahia e do Piauí, muitos “caceteiros” também migraram para a comunidade, que estavam distantes cerca de 80km. É possível que também tenha recebido remanescentes do Arraial de Canudos, quando esses foram dispersados depois da destruição de Belo Monte, pelas tropas da República.

A origem da palavra Araçá vem do tupi e tem seu significado “planta que tem olhos”; é também um tipo de abelha nativa do Semiárido Brasileiro. A Comunidade Quilombola do Araçá fica no município de Afrânio, distante 6 km da sede, na estrada que dá acesso ao distrito de Cachoeira do Roberto, um dos pais antigos povoamentos do Sertão Pernambucano. Entre as cinco comunidades que forma o Araçá, tem-se aproximadamente 50 famílias. A história da comunidade tem início ainda no final do século XIX, com a abolição da escravatura, onde pessoas escravizadas na antiga fazenda Boa Vista, propriedade do fazendeiro Marcos Ferreira dos Santos, permaneceram na localidade na condição de pessoas livres.

Nesse período, Aniceto Manoel dos Santos, filho de Manoel Alencar dos Santos e Maria dos Santos (escravos da Fazenda Boa Vista), casado com Brígida Maria dos Santos, se junta ao irmão de Brígida, chamado Elesbão da Cruz e, depois de muito trabalho, conseguem comprar terras do fundo de pasto da referida fazenda.

É nesse lugar que constroem a primeira casa da comunidade, conhecida até hoje como ‘Casa de Aniceto’, ponto de encontro dos rituais festivos e religiosos (rodas de São Gonçalo, de Reisados e novenas), que aconteciam principalmente no período da quaresma. Era nessa casa onde aconteciam os trabalhos coletivos como as farinhadas, e o ponto de apoio para os viajantes vindos principalmente de Casa Nova e Luiz Viana, nos municípios da Bahia. A casa também era frequentada por mulheres em período de gestação já que Brígida era parteira, tendo realizado vários partos das mulheres da comunidade e circunvizinhança. A partir daí, a comunidade foi crescendo, e por proximidade do Quilombo do Araçá, foram casando entre si. O Quilombo Boa Vista está na sexta geração depois de Manoel Alencar dos Santos.

A Comunidade Quilombola do Araçá nasceu no território do município de Afrânio-PE. O município por sua vez, surgiu da antiga Fazenda Inveja, propriedade de Sebastião Coelho, escolhida pelos engenheiros da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (depois incorporada a Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA), para a construção de uma estação ferroviária de ligação entre Petrolina, no Pernambuco, até Teresina, no Piauí. Esse processo de expansão ferroviário começou em 1910, com estudos da visibilidade técnica de expansão do trecho já construído entre Salvador/BA e Juazeiro/BA, sendo que esse novo eixo serviria para interligar o Porto de Salvador com o restante do Nordeste.

Em 1923 as obras começam sendo o primeiro trecho entre Petrolina/PE, que ganhou uma estação ferroviária de médio porte, e o povoado de Pau Ferro, que também recebeu uma estação de transbordo (pequeno porte), num trecho de 61 km. O segundo trecho da obra foi inaugurado em 31 de outubro de 1926, ligando Pau Ferro a Estação Inveja, sendo inaugurada uma pequena estação em Rajada, outra em Arizona, e em Inveja. A Viação Férrea Federal Leste Brasileiro não alcançou seus objetivos, parando sua expansão na estação de Paulistana/PI, no ano de 1941.

Paulistana/PI foi o lugar escolhido pelo português Valério Coelho Rodrigues para construir a sede da Fazenda Paulista, de onde administraria a Sesmaria recebida pelos descendentes da Casa da Torre dos Garcia D'Ávila. Conforme menciona Câmara Cascudo (1956), as doações de terras aos colonos portugueses no século XVI destinava-se ao plantio de cana e à criação de gado. Para Valério Coelho Rodrigues, a mesma foi doada para a expansão até os sertões profundos, com o gado trazido pelos portugueses, empenhados em construir uma tradição pecuária nas terras além da borda do oceano atlântico. Cada sesmeiro ainda era agraciado com títulos de ordem militar, um fato social que levaria o mesmo ao reconhecimento social e acesso a Casa da Torre.

Ferreira (2011, p. 152) dirá que:

Pouco depois de chegar ao Brasil, Valério Coelho Rodrigues acompanhou uma bandeira paulista ao sul do Piauí, na primeira metade do século XVIII. Instalou-se inicialmente com a fazenda Serra Vermelha, em Picos/PI. Tornou-se grande proprietário de terras e abastado fazendeiro. Casou-se por volta de 1745, em Paulistana – localidade conhecida como Arraial dos Paulistas, fundada pelos Vieira de Carvalho, que haviam chegado à região vindos de Campinas/SP, com Dominiana Vieira de Carvalho, na capela, hoje igreja matriz, de Paulistana, filha de José Vieira de Carvalho e de Maria Freire da Silva

Do casamento com Dominicana Vieira de Carvalho, nasceram 16 filhos, que casaram-se com descendentes de famílias tradicionais tanto da Capitania do Piauí, onde estava a sede da Fazenda Paulista, como de Pernambuco e Bahia. Os filhos casados recebiam de presente uma fazenda, e delas constituíram os municípios de Paulista, Picos, Oeiras e Queimada Nova (no Estado do Piauí), bem como Afrânio, Petrolina e Dormentes (no Estado de Pernambuco). A fazenda Caboclo foi o dote de Valério Coelho Rodrigues Filho, e é dela que o município de Afrânio vai nascer.

3.4 Os “Negos” do Araçá

Em certo momento, a história renegou aqueles que viviam nas comunidades de remanescentes de quilombos do Araçá. Os “nego do Araçá”, como assim eram chamados os moradores do Quilombo Araçá, eram mão-de-obra barata para a construção civil, para o serviço doméstico e para o trabalho na agricultura. Por gostar de festas, também eram vistos como briguentos. Em Afrânio, até a década de 1980, existiam dois clubes sociais: um só para pessoas brancas e outro para pessoas negras. O Clube do Palmeira era o espaço para as pessoas negras. A herança histórica desse período era evidente e se naturalizava a ponto da constituição de espaços distintos para brancos e negros. Nesses espaços sociais e em outros, a classificação social com nichos estruturais pré-existentes, no contexto de Aníbal Quijano (2009), quando a força física empregada no trabalho e o valor pago por esse trabalho, eram distintos. Quijano (2009, p. 102) afirma que: “A distribuição dos indivíduos nas relações de poder tem, conseqüentemente, o carácter de processos de classificação, desclassificação e reclassificação social de uma população, ou seja, daquela distinção que ocorre num padrão *societal* de poder de longa duração”.

Esta não é uma classificação por promoção, mas sim o contexto do poder existente, seja do homem da cidade ou daquele que está no Quilombo, onde “o poder está sempre em estado de conflito”, ainda citando Quijano (2009, p.102). A população das Comunidades Quilombolas de Afrânio era parte desse contexto de distribuição justamente por sua força de trabalho ou por outras necessidades. Muitas mulheres em idade escolar vinham morar de favor em casas de outras famílias na sede do município para poderem estudar. Em troca, trabalhavam nessas casas e seguiam as exigências e rotinas das mesmas, sem receber salários e com o turno noturno para realizar seus estudos. A condição econômica estava entre os fatores preponderantes de segregação.

Na comunidade do Araçá as festividades atraíam pessoas de várias localidades, pela alegria e disposição daquela gente. Nisso, a comunidade criou para si uma identidade própria de significados. Essa identidade festiva nem sempre é conseguida quando se busca engajamento reivindicatório nas ações voltadas para a efetivação do reconhecimento como Comunidade Étnico-Quilombola.

As Comunidades Quilombolas do Araçá assim como outras comunidades, lutam não só pelo reconhecimento, mas pela inserção de políticas públicas voltadas para a convivência com o Semiárido, haja vista que nesses espaços a falta de água e as incertezas, acabam levando famílias inteiras a migração para projetos de irrigação em Petrolina/PE, ou mesmo de forma sazonal somente os homens, para o trabalho na colheita de manga, acerola e maracujá, ou mesmo o corte da cana-de-açúcar, em Juazeiro/BA.

5 TECNOLOGIAS APROPRIADAS PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Os pequenos produtores do Semiárido brasileiro vivem e sobrevivem da agricultura de subsistência, com manejo familiar, utilizando de técnicas simples e primitivas para o cultivo, manejo dos solos e utilização da pouca água. Os saberes ancestrais farão a diferença na hora do preparo do solo para receber as sementes. O cuidado com a terra e com a preservação do meio ambiente, está presente nessa ação do pequeno agricultor familiar, que anseia por um bom plantio para a sobrevivência nos meses áridos. A agricultura familiar no Nordeste, tem uma relação muito forte com a religiosidade de sua gente, que faz promessa aos santos de devoção e que com a colheita e fartura, cumpre com rodas de são gonçalo, novenas aos santos juninos, romarias ao pés da estátua de Padre Cícero.

No Quilombo de Estrela Grande, um dos sítios que formam a Comunidade Quilombolas do Araçá, observa implantação de tecnologias apropriadas para o Semiárido brasileiro, pelo Núcleo de Educadores Populares do Sertão (NEPS), instituição sem fins econômicos, que em parceria com a ASA, implantam e dão assistência técnica aos pequenos produtores.

Uma das tecnologias sociais que mais foi implantado, são as cisternas para armazenagem de água para produção de alimentos, por meio do programa P1MC

(Programa Um Milhão de Cisternas Rurais)⁸. O programa foi lançado em 2003 e já alcançou quase que a totalidade das famílias dos remanescentes que residem na Comunidade.

A construção da cisterna através do programa P1MC não ocorre de forma aleatória, mas sim articulada com as associações, sindicatos rurais e Conselhos Comunitários de Desenvolvimento Sustentável. São esses organismos participativos que apontam as famílias com necessidades de receber a tecnologia social de armazenamento de água, e indicam quais são as mais prioritárias, seguindo uma cartilha de instrução desenvolvida pela ASA. Para o gerenciamento dos recursos destinados a essas construções, a ASA agrupou os municípios do Semiárido brasileiro por Unidades Gestoras Microrregionais (UGM), onde cada UGM é gerida por uma entidade não-governamental. No caso do NEPS, a entidade gerencia a implantação das cisternas do programa P1MC nos municípios de Afrânio/PE, Dormentes/PE, Santa Filomena/PE, Santa Cruz da Venerada/PE, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista/PE.

A escolha das famílias beneficiadas também não é aleatório, mas segue a Instrução regulamentada pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, o Decreto nº 8.038, de 04 de julho de 2013 e a Portaria nº 130, de 14 de novembro de 2013. Ou seja, por ser investimento público é necessário lisura na aquisição, dando publicidade aos atos, de forma impessoal, buscando a moralidade dos investimentos públicos e que as ações sejam eficientes e eficazes naquilo que provem ser. A escolha das famílias de comunidades remanescentes de quilombos segue o que preceitua o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

5.1 Os Quintais Produtivos

Como mencionado na parte introdutória, o presente trabalho buscou primeiramente, construir um itinerário histórico para a compreensão da história do escravizados oriundos da costa africana, e da organização dos quilombos em terras brasileiras. Posteriormente, a luta dos remanescentes de quilombos por sua inserção nas políticas públicas do Estado brasileiro, onde se fez um recorte para analisar a

⁸ O Programa P1MC foi considerado a segunda iniciativa mais importante do mundo no combate à desertificação pelas Nações Unidas, sendo premiado pela ONU com o Prêmio Política para o Futuro 2017, entregue durante a 13ª Sessão da Conferência das Partes (COP 13) para a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, realizada no dia 11 de setembro de 2017, na cidade de Ordos, na Região Autônoma da Mongólia Interior, no norte da China.

experiência com tecnologias apropriadas para a convivência com o Semiárido brasileiro, implantadas em uma das comunidades que formam o Araçá.

No sítio Estrela Grande, além das cisternas do programa P1MC, já mencionada, observa-se a implantação das cisternas P1+2 (Por Uma Terra e Duas Águas), programa lançado em 2007, e que deu condição para a produção de alimentos nas pequenas propriedades, porque utiliza as águas coletadas nas chuvas e armazenadas em cisternas enterradas no solo, para uso exclusivo nos Quintais Produtivos. Algumas famílias daquela comunidade foram beneficiadas com um Quintal Produtivo, e a partir do que é produzido nele, de forma sustentável, com ênfase nos princípios da agroecologia, preservando os recursos naturais, cultuando sem uso de agrotóxicos e integrando as plantas da Caatinga, passam a se alimentar e vender o excedente da produção.

É fato que, aqueles que vivem nos quilombos contemporâneos, como bem lembra Moura (1999), vivem em comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos, mantendo laços de parentescos, e em sua maioria, produzindo alimentos a partir de culturas de subsistência, em terra sem titularidades, servindo como espaço latente de resistência social, cultural e simbólica, através do enfrentamento das dificuldades materiais, mas preservando aspectos da cultura oral deixada pelos antecedentes.

Os Quintais Produtivos, são pequenas hortas familiares que, enquanto tecnologia social, contempla além do plantio da horta para produção de alimentos e comercialização do excedente, o cultivo de ervas, a criação de galinhas, porcos e um pequeno rebanho de caprinos e ovinos. O quintal nasce justamente nos espaços da propriedade onde se guarda ou é lançado objetos em desuso, ou mesmo que serve de “*monturos*” para o lixo doméstico.

O quintal de uma casa é um espaço pedagógico porque nele as crianças se misturam a natureza das coisas e inventam seus mundos. Paulo Freire (1991) relata que foi no quintal de sua casa lá no bairro Casa Amarela, em Recife, que teve sua iniciação ao conhecimento de mundo. E ele descreve isso, contextualizando seu pensamento com o espaço geográfico e físico de sua infância.

Me vejo então na casa mediana em que nasci, no Recife, rodeada de árvores, algumas delas como se fossem gente, tal intimidade entre nós – à sua sombra brincava e em seus galhos mais doces à minha altura eu me experimentava em riscos que me preparavam para riscos e aventuras maiores. A velha casa, seus quartos, seu corredor, seu sótão, seu terraço

– o sítio das avencas de minha mãe -, o quintal amplo em que se achava, tudo isso foi o meu primeiro mundo. Nele engatinhei, balbuciei, me pus de pé, andei, falei. Na verdade, aquele mundo especial se dava a mim como o mundo de minha atividade perceptiva, por isso mesmo como o mundo de minhas primeiras leituras. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam no canto dos pássaros – o do sanhaçu, o do olha-pro-caminho-quem-vem, o do bem-te-vi, o do sábia -, na dança das copas das árvores soprando por fortes ventanias que anunciavam tempestades, trovões, relâmpagos, as águas da chuva brincando de geografia: inventando lagos, ilhas, rios, riachos. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam também no assobio do vento, nas nuvens do céu, nas suas cores, nos seus movimentos; na cor das folhagens, na forma das folhas, no cheiro das flores – das rosas, dos jasmims -, no corpo das árvores, na casca dos frutos. (FREIRE, 1991, p. 12-13).

Pelas memórias de Paulo Freire (1991), o leitor vai sendo envolvido com o contexto e vai sentindo-se como se estivesse naquele quintal lá na Estrada do Encanamento. O quintal de uma casa é o lugar onde as crianças aprendem. Onde a criança do meio rural convive com animais e com plantas. Vê a sequeidão e sente as dores da fome, da seca, do sofrimento. Mas as bonanças que naquele lugar, onde as mulheres sempre plantam uma roseira, floresce frutos e flores.

Foi pensando na importância do quintal para a família, que o Núcleo de Educadores Populares do Sertão (NEPS), passou a implantar pequenas hortas denominadas de Quintais Produtivos no seio das famílias dentro das áreas de abrangência enquanto UGT.

Havia uma necessidade de levar as famílias aspectos de segurança alimentar, nutricional, bem como aproveitar as águas que saíam das torneiras e iam para a fossa séptica. Era preciso mostrar as famílias a importância da boa utilização daquele espaço pedagogicamente familiar. Era preciso desconstruir a ideia de que o “*monturo*” era local de jogar lixo apenas. Também era preciso agregar as aves com os quintais.

5.2 A Importância dos Quintais Produtivos numa Comunidade Quilombola

Durante o Brasil Colônia, as perseguições, prisões, mortes e fugas, fizeram parte do contexto das pessoas escravizadas. Vencidas esse período nefasto, percebe-se que o esquecimento e a invisibilidade das comunidades quilombolas, é uma forma de destruição e imposição social para contra uma gente que sempre lutou para sobreviver.

Esse esquecimento tem relação com a falta de políticas públicas, de crédito rural, e de preservação das culturas tradicionais, levando-os a migração para grandes centros ou mesmo a sazonalidade para outras regiões, em busca de uma renda para sustentação de suas famílias.

Os quintais produtivos passam a servir como estratégia para desenvolvimento rural, haja vista que insere na produção, não só a mulher, mas toda a família. Segundo Leonel (2010), “o quintal produtivo é uma tecnologia social que coopera na ampliação do desenvolvimento rural sustentável e enfrenta o modelo vigente, por meio de um sistema de produção de pomares, hortas, entre outros, e para criação de animais de pequeno porte”. Nesse contexto, Pedrosa (2016) afirma que:

A produção agroecológica é fundamentada na utilização de insumos internos produzidos no próprio local de produção como: folhas de árvores, palhadas, cinzas, esterco (aves e bovinos e outros). Galhos apodrecidos oriundos de podas de formação e podas produtivas. Todos esses insumos favorecem a ação dos organismos benéficos do solo melhorando a sua composição química, física e biológica.

Sendo uma produção calcada em insumos produzidos de forma natural, a produção de alimentos, com práticas convencionais e dentro de um espectro de proteção e preservação do meio ambiente, valoriza as relações familiares, proporcionando um saber/fazer de uma agricultura de convivência com o Semiárido brasileiro.

Ao implantar uma tecnologia social apropriada, com ênfase na produção de alimentos, e em uma comunidade de remanescentes de quilombo, a permanência deste a terra e a manutenção das raízes culturais e tradições, é fato que acontece pela imersão no seio daquela comunidade. Um dos problemas da sazonalidade de mão-de-obra da área de sequeiro, para os projetos de irrigação e, portanto, o desvinculo com tradições e culturas, é justamente a falta de perspectiva econômica e social desse naquele meio de subsistência. Fomentar a inserção de novas formas de convivência com o Semiárido brasileiro, com a preservação do meio ambiente e a proteção do território conquistado com muita luta, é antes de tudo, uma forma de melhorar a segurança alimentar e nutricional dos pequenos produtores, além da promoção de saúde, qualidade de vida e geração de renda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais de três séculos o Brasil foi palco da escravização de seres humanos oriundos do continente africano, que desembarcavam no Brasil na condição de escravos, para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar, primeiramente, e nas lavouras de café e nas áreas urbanas, nas vilas do Brasil colonial. Os remanescentes de Quilombos, com suas tradições e raízes culturais, passaram a resistir a diferentes fatores, a migrações e a invisibilidade perante os poderes constituídos.

Fugindo da opressão das fazendas e engenhos, homiziavam-se nas matas e nesses espaços, construíam os ajuntamentos denominados de quilombos. Os quilombos serviam como residência, proteção, produção de alimentos, e a resistência quanto aos opressores, no papel de capitães-do-mato, que ali tentavam recaptura-lo. Muitos morreram, seja no deslocamento entremar, nas fugas ou nos castigos corporais impostos pelo senhor. Outros morreram de *banzo*, com saudade de sua terra.

No trabalho que ora concluímos, procuramos enfatizar o processo de escravização, muito lucrativo para os mercadores e para a Coroa, seja ela espanhola ou portuguesa, com a chegada dos escravos aos mercados no Rio de Janeiro, Olinda e Salvador. Pelo cais e mercado de Valongo, no Rio de Janeiro, milhares de vidas de africanos escravizados foram desembarcadas entre os séculos XVIII e início do século XIX. Valongo servida como local para a quarentena dos recém chegados, para aprender noções da língua, do trabalho, e também servia como espaço de negociações. Segundo Honorato (2008), “a partir do século XVIII, o Rio de Janeiro, tornou-se o maior importador de mão de obra africana das Américas e grande centro distribuidor para todo o Brasil”, complementando que ali também era um entreposto para outras cidades da América do Sul, como Buenos Aires e Montevideu, que mesmo pertencendo à Coroa Espanhola, fazia negócios neste porto.

A Comunidade Quilombola do Araçá está inserida no Semiárido brasileiro, na Mesorregião do São Francisco Pernambucano, com problemas sociais e de segurança alimentar e nutricional, pela escassez de água, solo pedregoso típico de áreas de caatinga, o que limita seu cultivo, e falta de perspectiva econômica. Nisso, pela sua localização e história, observa-se o êxodo de diversas famílias, inclusão de outras culturas e negação das tradicionais.

Como expectro de sua amplitude, observa-se a implantação de um quintal

produtivo no sítio Lagoa Comprida, no qual com assistência técnica do Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS), entidade sem fins econômicos e liga a Articulação do Semiárido (ASA), vem alcançando seus objetivos, com segurança alimentar, manutenção das tradições e culturas, e geração de renda para as famílias atendidas. A família que teve a tecnologia social implantada em seu terreiro, já consegue gerar renda e melhoria de suas vida naquele espaço no Sertão Pernambucano.

Por fim, o que ficou comprovado é que a inserção de tecnologias sociais apropriadas a convivência com o Semiárido brasileiro, favorece na resolução de problemas cujo lastro inicial é falta de perspectiva, de condições materiais e sociais, e na geração de renda. Havendo uma maior atenção por parte dos poderes constituídos, com um olhar humano e dando visibilidade aquela gente, a melhoria das condições de vida seria alcançado, mas para tanto, não só a tecnologia deve ser implantada, mas todo o arcabouço de assistência deve vir junto, o que facilitaria o sentimento de pertencimento àquele lugar.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO – ASA. **Construindo Cidadania No Semiárido Brasileiro**. 2004. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acessado em 14.Out.2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BOFF, L. **Ecologia, grito da Terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra**. Ed. ver. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2015.

BULTEAU, Veronique. **Para uma antropologia do sertão: ecologia e sociologia do cotidiano**. 1ª ed. PoloBooks, 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Os viajantes estrangeiros**. In: Antologia do Folclore Brasileiro: Séculos XVI ao XX. SP: Martins Ed., 1956.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **A emergência da lógica da “convivência com o semiárido” e a construção de uma Nova Territorialidade**. In. RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. Educação para a Convivência com o Semiárido: reflexões técnico-práticas. 2ª ed. Juazeiro/BA. Selo Editorial RESAB, 2006.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Eslavos-Escravos: Estudo Histórico-Etimológico**. Fundação Casa de Rui Barbosa: Salvador-BA, 1995. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/download/763/522>. Acesso em: 17.Set.2022.

FERREIRA, Edgardo Pires. **A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: a teia do parentesco em Pernambuco**. 1. ed. – Guarulhos: ABC Editorial, 2011.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler - em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

GIL. A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

HONORATO, Claudio de Paula. **Valongo: O mercado de escravos no Rio de Janeiro- 1758-1831**. UFF, 2008.

LEONEL, J. C. **Quintais para a vida: agroecologia e convivência com o semiárido**. Fortaleza: CETRA, 2010.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: CONFEA, 2007.

MEDEIROS, S. S.; CAVALCANTE, A. M. B.; PEREZ-MARIN, A. M.; TINÔCO, L. B. M.; SALCEDO, I. H.; PINTO, T. F. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: INSA, 2012.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **Vestígios Recuperados: Experiências da comunidade negra rural de Tijuçu – BA**. São Paulo: Annablume, 2009.

MOURA, Glória. **Os quilombos contemporâneos e a Educação**. Revista Humanidades, Brasília, DF, n. 47, p. 116-119, nov. 1999.

MOURA, Clóvis. **História do Negro no Brasil**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

NASCIMENTO, A. do. **O Quilombismo**. 2. ed. Brasília: Fundação Palmares, 2002.

PONTES. Emílio Tarlis Mendes. **Transições paradigmáticas: do combate à seca à convivência com o semiárido nordestino**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

PEDROSA, Rosângela Aparecida. **A importância dos quintais produtivos na economia familiar**, 2016. Disponível em: <https://www.cpa0.embrapa.br/cds/agroecol2016/PDF's/Minicurso.Oficinas/Minicurso-%20Rosangela%20Pedrosa-%20QUINTAIS%20PRODUTIVOS.pdf>. Acesso em 24/Set/2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. – São Paulo: Cortez, 2009, p. 73-119.

RAMALHO, Alessandra Albuquerque. **As Comunidades Remanescentes Quilombolas no roteiro da Missão Cruls: o (re) conhecer do território**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação e Identidade Quilombola: outras abordagens possíveis**. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Giv%c3%a2nia-Maria-da-Silva.pdf>. Acesso em: 17.Set.2022.

SILVA, Simone Rezende da. **Quilombos No Brasil: A Memória Como Forma De Reinvenção da Identidade e Territorialidade Negra**. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>. Acesso em: 17.Set.2022

SILVA, Martiniano José de. **Quilombos Do Brasil Central: Séculos XVIII e XIX (1719 - 1888)**. Introdução ao Estudo a Escravidão. Dissertação de Mestrado. UFG, Goiânia/GO, 1998.

SOUZA, Marina de Mello e Souza. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2008.

INTERCULTURALIDADE E MULTICULTURALISMO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOCENTE.

Maria de Fátima Bela Pina¹

RESUMO:

Este trabalho visa discorrer sobre a importância da interculturalidade e o multiculturalismo no contexto da educação inclusiva, através da minha vivência e experiência como professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola municipal de Ibipitanga/BA. Tem como principal foco, refletir sobre a construção de uma perspectiva intercultural, capaz de mobilizar práticas educativas inovadoras, que visa uma educação democrática, justa e inclusiva, propondo repensar o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem e sua contribuição para o desenvolvimento de práticas interculturais na construção de uma aprendizagem significativa dos alunos com deficiência matriculados nas escolas do município supracitado.

Palavras-chave: Interculturalidade. Inclusão. Formação Docente. Aprendizagem

INTERCULTURALITY AND MULTICULTURALISM IN THE CONTEXT OF INCLUSIVE EDUCATION: CHALLENGES IN TEACHER FORMATION PROGRAMS

ABSTRACT

This paper aims to discuss the importance of interculturality and multiculturalism in the context of inclusive education through my experience as a teacher of Specialized Educational Services (AEE) at a municipal school from Ibipitanga/BA. Its main focus is to reflect on the construction of an intercultural perspective, capable of mobilizing innovative educational practices that aim for a democratic, fair and inclusive education, prompting an analysis of the role of teachers in the teaching and learning process, as well as their contributions for the development of intercultural actions that result in significant knowledge for the disabled students that attend schools from the referred city.

Keywords: Interculturality; Inclusion; Teacher formation; Learning.

¹ Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Especialista em Gestão Educacional pela Universidade São Salvador. Mestranda em Ecologia Humana e Gestão socioambiental PPGECO (UNEB). DTCS – Campus III – Juazeiro/BA. E-mail: fatimapina2009@hotmail.com

INTERCULTURALISMO Y MULTICULTURALISMO EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: DESAFÍOS PARA EL APRENDIZAJE DOCENTE.

RESUMEN

Este trabajo discurre sobre la importancia del interculturalismo y el multiculturalismo en el contexto de la educación inclusiva, a través de mi experiencia como profesora en el Atendimento Educacional Especializado (AEE), en la escuela municipal de Ibipitanga/BA. El principal objetivo es pensar sobre la construcción de una perspectiva intercultural, que fuera capaz de enganchar nuevas prácticas educativas que pretendieran crear una educación democrática, justa e inclusiva, repensando el papel del profesor en el proceso de la enseñanza y el aprendizaje y su contribución para el desarrollo de prácticas interculturales en la construcción de un aprendizaje significativo de los estudiantes con discapacidad que están asignados en las escuelas del municipio anteriormente nombrado.

Palabras claves: Interculturalismo. Inclusión. Aprendizaje docente. Aprendizaje

1 INTRODUÇÃO

A reflexão suscitada neste trabalho aponta para a importância da interculturalidade e a multiculturalidade no cenário da educação inclusiva, respectivamente com foco nos desafios da formação docente e garantir uma reflexão a respeito da inclusão dos estudantes com deficiência no ambiente escolar.

Trabalhar a interculturalidade no ambiente escolar é desafiador e gera muitos conflitos, principalmente no que trata de alunos com deficiência. Trata-se de questão complexa que afeta o cotidiano das escolas e o trabalho dos professores. Como sabemos, o processo de inclusão de educandos com deficiência nas salas de aulas é bastante desafiador, especificamente para os docentes, visto que muitos não se sentem preparados para assumir tais responsabilidades e não sabem como agir diante de determinadas situações.

Vale salientar que, por meio deste trabalho, busca-se realizar um estudo com o intuito de ampliar a discussão sobre a importância da interculturalidade e

multiculturalismo no processo de ensino e aprendizagem destes estudantes em todo ambiente escolar. Destacando qual a contribuição para a efetivação da escola inclusiva, e de que modo a interculturalidade e o multiculturalismo podem contribuir para a melhoria das relações que se estabelecem aprender a conviver com o outro, respeito mútuo seja ele com deficiência ou não.

Segundo Fagundes (2018), a interculturalidade é o encontro entre o mundo do professor e o mundo do aluno nos espaços escolares, ambos os mundos marcados por diferentes vivências, experiências e conhecimentos. Destarte, compreender a importância da interculturalidade e o multiculturalismo nas escolas é também poder repensar as formas do ensino inclusivo, nas suas diversas dimensões sociais, culturais e econômicas.

O sistema educativo exige ainda muita transformação, tanto nos aspectos estruturais quanto pedagógicos, que envolvem os gestores, professores e políticas públicas que realmente garantam a organização escolar. As diferenças culturais fazem parte da escola como integrante das relações interpessoais e das práticas pedagógicas. Nesse caminho devem-se repensar as ações educativas.

Indubitavelmente, a educação inclusiva é um tema bastante relevante, muito importante para ser discutido na atualidade. Falar de educação inclusiva é discutir os direitos humanos, visto que todos os alunos com deficiência têm direito a uma educação de qualidade. No entanto, mesmo sabendo que a escola deve ser inclusiva, ainda vivemos a realidade de uma escola seletiva, e que os professores não possuem formação específica para trabalhar adequadamente com seus respectivos alunos, além de não ter materiais didáticos acessíveis para trabalhar de acordo as especificidades de seu alunado e, na maioria das vezes, não acolhe de maneira adequada o educando.

As reflexões a seguir buscam promover para o entendimento dos desafios estabelecidos por uma “escola inclusiva”, pautada em princípios de igualdade e respeito pelo diferente, mas os professores nem sempre estão preparados, pressupondo que os docentes foram formados para trabalhar em uma escola que prioriza o homogêneo e o uniforme, que considera o “diferente” como um “problema a ser resolvido”, conforme aborda Candau (2011, p. 241).

Frente a essa reflexão, o presente trabalho objetiva um novo pensar acerca da interculturalidade e o multiculturalismo no contexto da educação inclusiva em todo ambiente escolar, destacando a importância da formação docente neste processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial.

Dessa forma, como podemos pensar em inclusão da pessoa com deficiência se não respeitarmos os conhecimentos prévios, a cultura, a vivência que destes alunos dentro da sala de aula? Nesta perspectiva, acreditamos que a relação entre a prática intercultural e a cultura estão atrelados, posto que, considerando a interculturalidade como parte importante na construção de uma aprendizagem significativa destes estudantes, cada estudante pode apresentar conhecimentos distintos em relação a um mesmo assunto de uma disciplina. Sendo assim, o professor deve ter como ponto de partida, para o planejamento de suas aulas, os saberes prévios dos estudantes (AUSUBEL, 1982; 2003).

2 INTERCULTURALIDADE E MULTICULTURALISMO X INCLUSÃO ESCOLAR

Levando em consideração que somos um país de grande diversidade cultural, a educação inclusiva é um tema bastante relevante para discutir a importância de trabalhar a interculturalidade no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência. No entanto, falar de educação inclusiva é discutir os direitos humanos, visto que todo o aluno com deficiência tem direito a uma educação de qualidade. Pensando nisso, é importante destacar que a interculturalidade está integrada neste processo, pois se refere à diversidade cultural que se manifesta na sociedade atual.

A interculturalidade deve ser trabalhada não só na formação do educando com deficiência, como também na formação da criança e na formação do professor. A interculturalidade é fundamental dentro do currículo escolar, da grade escolar, na formação do professor como um todo.

Portanto, a escola é o meio que privilegia esses direitos, pois é na escola que os sujeitos são orientados sobre os seus direitos, tornando-se cidadãos. Podemos dizer que ainda há muito a ser feito em relação a direitos, a educação, especificamente a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da educação, a educação básica é um direito universal, a escola deve combater de maneira sistemática e incessante qualquer forma de discriminação, fazendo uso do exercício da tolerância e do acatamento da diversidade. Dessa forma, favorece para o desenvolvimento de uma sociedade justa, democrática e igualitária sem qualquer tipo de discriminação e preconceito.

Segundo Paula (2007): A escola tem um papel muito importante na vida da criança e do jovem. Ao entrar na escola, eles têm a oportunidade de conviver e de se relacionar com diferentes pessoas, aprendendo a perceber que todas têm características próprias, que nenhuma é igual à outra. Dessa forma, ela vai passar por muitas experiências novas e, assim, vai agir, reagir, mudar sua forma de pensar e, criar um jeito próprio de se relacionar com o mundo. (PAULA, 2007, p. 08).

Infelizmente, muitas crianças e jovens com deficiência não são acolhidas na escola e muitas vezes abandonada, ficando à margem de uma sociedade discriminatória. No entanto, a escola deve atendê-los de forma humanizada, ter uma escuta sensível, respeitar e valorizar todos os alunos, cada um com suas características individuais, ou seja, deve acolher todas as crianças, buscando repensar suas práxis, fazendo com que seja garantido e respeitados os direitos de todos.

Vale ressaltar que um dos princípios da educação inclusiva é considerar que todo aluno aprende, valorizando as potencialidades e habilidades que estes sujeitos de aprendizagens possuem. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular e o convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos. Desta maneira, os professores devem adequar às atividades realizadas em sala de aula afim de que atenda todos os alunos, independentemente da sua deficiência, considerando as particularidades de cada estudante para que aconteça da melhor maneira o aprendizado.

A escola deve passar por uma transformação, que não seja apenas uma mera exigência de inclusão, mas encarando como um compromisso, tendo como consequência à inclusão de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem (MANTOAN, 2007). Pois, o objetivo da educação inclusiva é garantir que todos os alunos com ou sem necessidades especiais participem de atividades normais mesmo diante dos desafios. No entanto, a maioria das escolas anda longe de ser inclusiva e muitas se justificam pelo despreparo dos professores, sendo que também existem muitas escolas que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão ter, interagindo uns com os outros, conhecendo novas culturas, vivências, sendo sujeitos pertencentes deste mesmo espaço escolar.

O Multiculturalismo é um princípio que defende a necessidade de diversas atitudes de tolerância entre diferentes culturas num mesmo território. Para que haja

uma harmonia entre a educação inclusiva e o multiculturalismo é necessário que sejam respeitadas as diferenças entre culturas que habitam em um mesmo País ou Estado.

No Brasil, essa multiculturalidade não deveria ser uma objeção, afinal somos marcados pela miscigenação. Tratar da educação multicultural e Educação Inclusiva é uma forma de promovermos a equidade social, valorizando assim, as culturas e colaborando para a superação das diferenças. Esse pluralismo cultural deve estar presente na grade curricular tanto na formação dos professores com também das crianças.

É importante destacar que a escola deve incluir ações no projeto político pedagógico que demonstrem a importância do multiculturalismo dentro do contexto da educação inclusiva. A interculturalidade também reflete na inclusão das pessoas com deficiência e para isso é necessário levar em consideração a formação dos docentes e discentes para acolher todos os sujeitos com sua diversidade cultural e saberes, proporcionando um desenvolvimento de todas e todos, nas suas dimensões - intelectual, física, afetiva, social, cultural e simbólica.

A educação inclusiva propõe valorizar as diferenças e permitir uma convivência respeitosa e diversificada no contexto escolar. Todavia, contemplar a diversidade significa dizer que é reconhecer os mais diferentes gêneros, etnias, raças, religiões, classes sociais. Assim, cada ser humano é único e singular em termos de fisionomia, cultura, história de vida, capacidade física e intelectual. Dessa forma, a universalização dos direitos educacionais e sociais deve ser respeitada. O Multiculturalismo e a educação são dois fenômenos indissociáveis e indispensáveis para promover uma educação intercultural.

Nesse sentido, é de suma importância que a escola e seus currículos precisam ser bem estruturados e organizados do que propõe a educação tradicional. Sua atuação deve ser mais ampla e inclusiva, considerando o contexto histórico, político e cultural dos educandos que formam a sociedade, bem como os interesses, competências e limitações dos sujeitos inseridos nas diferentes realidades. Este modelo inclusivo requer um novo de mudança que se constitua por meio de ações interdependentes que, para se efetivarem e se perpetuarem, devem resultar em mudanças culturais.

Em resumo, a educação inclusiva significa oferecer o mesmo espaço para todos os sujeitos que promovam um ambiente propício de aprendizagem, independentemente

de suas limitações e particularidades. Com a inclusão, os estudantes ganham a oportunidade de aprender, interagir e experimentar a vida em comunidade.

3 ECOLOGIA HUMANA X INTERCULTURALIDADE: UMA PARCERIA NECESSÁRIA.

Inicialmente, para relacionar entre Ecologia Humana e Interculturalidade é necessário refletir sobre alguns elementos destes conceitos como: EH e suas relações interculturais. Compreende-se a Ecologia Humana (EH), como um campo de abordagem multirreferencial que propõe abordar as questões anteriores tendo como objetivo estabelecer um novo olhar sobre o humano, mais plural, a partir da agregação de várias correntes teóricas. Nenhum conhecimento é mais ou menos importantes, todas representam sua importância (ALVIM; MARQUES, 2017), o que se desdobra em nova perspectiva epistemológica na construção do conhecimento sobre os fenômenos sociais, principalmente educativos, em que todas as ciências trazem contribuições, que resultam na interpretação de como se pode ser conhecedores de si mesmo e do mundo e como isso pode ajudar a transformar nosso estar no mundo e alimentar a transformação pessoal e socioambiental. Ainda, aborda que quando as ciências humanas se instauraram elas buscaram seu reconhecimento e sua legitimidade como ciências apoiando-se em paradigmas então consagrados pelas ciências naturais (JAPIASSU, 1975).

A interculturalidade nos permite perceber que esta relação com a Ecologia Humana acontece por meio das interrelações com o mundo e o ser humano. É uma compreensão de humanidade em nós e nos outros, respeitando e acolhendo todas as pessoas na riqueza da sua diversidade. Dessa forma, percebe-se que é necessário um entendimento com relação aos aspectos cognitivos, comportamentais, onde o a figura humana possa ser um agente transformador com uma visão holística para amar, respeitar e possibilitar um equilíbrio. Concomitantemente, não podemos separar EH de interculturalidade, pois ela acontece em seu contexto natural. O ser humano quando produz cultura ele está se relacionando com o seu ambiente natural na busca de uma sociedade mais aberta e plural.

4 CONCEITO DE CULTURA X EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PAPEL DA ESCOLA.

Somos um país multicultural, diferentes raças, etnias, religiões, gênero e, conseqüentemente, por várias culturas diferentes. Neste pressuposto, a escola é um

ambiente de cultura, portanto se faz necessário que ofereçamos um ambiente favorável para acolher todos os estudantes, principalmente as pessoas com deficiência consideradas vulneráveis, de forma a favorecer a aprendizagem entre seus pares. O ambiente escolar é importantíssimo para a adaptabilidade deste sujeito, bem como na sociedade como um todo. Na verdade, uma condição ambiental acessível coloca a pessoa com deficiência a ter uma adaptabilidade e o levará a se evoluir e se desenvolver.

Os conceitos de cultura que mais associam-se no contexto da educação inclusiva são: a cultura como algo distinto da natureza humana e a cultura do conhecimento. Segundo (DURANTI, 1997) as pessoas não nascem como uma predisposição de seguir os padrões de uma determinada cultura, mas aprende esta cultura como convívio em sociedade.

A cultura não consiste em coisas, comportamentos ou emoções isoladamente. Na verdade, é uma organização de todas essas coisas. Ela é a forma como as pessoas têm essas coisas em suas mentes, a maneira como elas percebem, relacionam e interpretam tais coisas (LYRA, 2010). Isso significa, que este conceito está intimamente ligado ao contexto da educação inclusiva, pois os comportamentos, as emoções, percepção são de cada indivíduo e isso está completamente ligado ao meio em que vive, ao meio social que está inserido, a família e o que está no seu entorno.

No momento atual, as questões culturais não podem ser ignoradas pelos educadores, sob o risco de que a escola se distancie cada vez mais dos universos simbólicos, das mentalidades e inquietudes das crianças e jovens. A seleção de conteúdos curriculares deve facilitar ao estudante a compreensão objetiva da realidade em que está inserido, o que deve possibilitar uma ação consciente e segura no mundo, promovendo, ao mesmo tempo, a ampliação de seu universo cultural, formando sujeitos autônomos, críticos, criativos e tolerantes face às diversidades culturais.

Nessa perspectiva, ao relacionar a cultura e o currículo, este pode ser entendido como: Uma seleção da cultura ou como um conjunto de práticas que produzem significados, ou ainda, como o espaço das lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político, expressando visão de mundo, projeto social e verdades” (Candau & Moreira, 2006, p. 95). Para vivenciarmos currículos multiculturalmente planejados, é necessária uma nova postura do professor, que consiste na ruptura da visão monocultural, ou seja, uma nova postura do

professor/educador que se traduza no reconhecimento e acolhimento da diversidade cultural, sem a hierarquizar, mas interrelacioná-la na escola.

Portanto, a formação continuada do docente é de extrema importância para o desenvolvimento integral do docente para atuar na sala de aula. Em suma, a escola precisa refletir numa educação intercultural que envolva as experiências humanas, a partir das diferentes culturas provenientes de um histórico social mais amplo. É necessário que haja uma compreensão específica sobre o fato de que as identidades são únicas, singulares e precisa ser respeitadas sem que haja nenhuma interferência.

Para Tardif (2002), a relação dos docentes com os saberes não é restrita a uma função de transmissão de conhecimentos já constituídos, ou seja, a prática docente inclui diferentes saberes, mantendo diferentes relações com eles. Compreende-se que entre a práxis do professor está a convivência em um espaço prático, coletivo e construtivo de transformação e de mobilização de saberes e culturas. Quando se trata do trabalho docente frente à diversidade, os saberes e as práticas tornam-se mais desafiadores. Tardiff e Lessard (2011) destacam que o trabalho docente é um conceito que envolve a execução de tarefas pré-estabelecidas, além de outras que ocorrem no dia a dia da escola sem que estivessem previstas, por meio de relações interpessoais entre professores, alunos e toda comunidade escolar.

A capacitação profissional docente melhora a qualidade de ensino, pois a busca pelo conhecimento parte, também, do professor. Dentre as definições sobre as diversas maneiras de melhor ensinar, pode-se entender que uma delas é “agir na classe e na escola em função da aprendizagem e da socialização” (TARDIFF; LESSARD, 2011, p. 49).

É urgente e necessário repensar na maneira de fazer uma educação diferenciada e, para que isso aconteça, é preciso investir na capacitação profissional dos educadores, pois muitos deles estão alheios à diversidade cultural que está presente na sala de aula e não sabem como lidar. Um exemplo disso é a inclusão da pessoa com deficiência que tem suas próprias vivências saberes, culturas, e não a oportunidade de serem eles mesmos no ambiente no qual ele está inserido. A falta de acolhimento e o respeito às diferenças está diretamente ligada à falta de formação do professor.

A formação docente é um grande problema nas escolas brasileiras, muitas escolas e professores não estão preparados para lidar com o público da Educação Especial. São muitos desafios que estes educandos enfrentam no espaço escolar e os

professores negam a eles este sentimento de pertencimento, pelo simples fato de ignorá-lo do jeito que eles são. Esse tipo de comportamento afasta-se pressupostos de uma educação intercultural.

Segundo Candau (2008), o desafio da escola atual é justamente promover uma educação com práticas educativas em que as questões da diferença e dos multiculturalismos se façam cada vez mais presentes. Em outras palavras, a escola é um espaço de cruzamento de culturas, fluido e complexo, atravessado por tensões e conflitos. Fazem-se necessárias políticas públicas de educação para a construção efetiva de condições de formação docente e de realização de propostas e projetos pedagógicos, em âmbito nacional e local. Os desafios se tornaram ainda maiores, tanto nas capacitações profissionais dos professores já atuantes em sala de aula, quanto nas dos futuros formandos das universidades. A escola, enquanto instituição social, precisa adequar-se às especificidades do seu público, reformulando os seus currículos de forma que possa atender sua demanda.

A formação continuada do educador é importante para que a diversidade cultural seja considerada, bem como que as práticas pedagógicas inclusivas sejam realmente efetivadas no cotidiano escolar. É essencial a formação de professores para interculturalidade, com objetivo de aprimorar o conhecimento relacionado às atividades voltadas para a interculturalidade, ou seja, o docente não atua sempre sozinho, pois existe a interação com outras pessoas, a começar pelos alunos. Sendo assim, as práticas pedagógicas adotadas para educação intercultural devem possibilitar a reflexão sobre as diferenças sociais, econômicas e culturais, além da possibilidade do combate, através da reflexão crítica, das diversas formas de discriminação, tanto nos limites da sala de aula, quanto no cotidiano das pessoas envolvidas na sociedade. A educação intercultural tem como objetivo romper com as diferenças culturais existentes no ambiente escolar, visando, ainda, uma educação democrática e justa.

3.1 Ecologia Humana X Revolução Científica

No campo das tensões entre ser uma disciplina ou um paradigma a EH é sem dúvida a mais democrática das áreas de estudo, pois escuta os vários campos epistemológicos que possam contribuir para o seu enriquecimento. Assim, não há como contestar que ela seja uma ciência. A multidisciplinaridade funcionando como o

diálogo entre o saber científico e o conhecimento tradicional das comunidades, entre cientistas dos mais diversos campos do saber e na integração entre homem e ambiente reafirma o seu caráter pluridisciplinar.

Atualmente, muitas inquietações e debates circundam posicionamentos diferentes com relação à ocupação da EH no campo científico, considerando paradigma ou ciências e para isso, refletir sobre o status científico da EH, é demonstrando um saudável diálogo acadêmico (BONFIM, 2015). Na abordagem de ser um paradigma científico afirmada por toda e qualquer ciência, Kormondy (2002, p. 57) diz que “representa a tentativa dos antropólogos culturais de reintegrar as análises das adaptações culturais com os estudos gerais da ecologia”.

Muitos cientistas, em diversos países do mundo, estão colocando seus esforços na busca de melhor entendimento, se a EH seja uma ciência nova, por esse motivo precisa de mais estudo e pesquisa, pois sua amplitude a EH a torna muito complexa.

“A EH é sem dúvida a mais democrática das áreas de estudo, pois, escuta a todas que possam contribuir para o enriquecimento da pesquisa” (ALVIM; MARQUES, 2017 p. 37), seu interesse é interagir aos saberes, não precisando estabelecer um campo de conhecimento preestabelecido, sua interação se propõem no sentido de contribuir para a diversidade promovendo uma conexão com a vida. A complexidade do conhecimento moderno, impressionantes sucessos da pesquisa interdisciplinar, estimularam as ambições científicas e, por consequência, um interesse crescente pela interdisciplinaridade (MACHADO, 1984).

Na visão da Begossi (2011 - 2013) assim como na de Iva Pires (2011, p.18), a EH “mais que uma perspectiva pluridisciplinar, pode constituir-se não num cruzamento de disciplinas, mas num cruzamento de ciências, campo epistemológico aberto ao diálogo entre as ciências sociais e naturais”.

4 EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, ECOLOGIA HUMANA E EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL.

A educação socioambiental, a Ecologia Humana e a educação intercultural possibilitam o desenvolvimento de compromissos éticos, através dos quais o homem pode construir novos modelos da vida, culturais, sociais e econômicos que permitam

suprir as necessidades vitais, garantir segurança e qualidade de vida para o presente e o futuro, sem degradar o meio ambiente local e global.

Na verdade, a relação do homem com o meio ambiente resulta na interação entre dois sistemas que disparam complexos mecanismos de autorregulação que conduzem a reorganização e adaptação (MACHADO, 1984, p. 39 e 40). A interação do homem com o meio ambiente, a sociedade, a cultura e a educação pode se estabelecer através de sistemas interligados e complexos, e suas dinâmicas abarcam as diferentes áreas do conhecimento, exigindo um olhar diferenciado e abrangente para abordagens mais realistas de seus desafios e limitações. Além disso, o resultado em evidência sobre a temática que abarca tanto os aspectos sociais quanto os ambientais é interessante perceber ao longo da história humana a relação de domínio sobre a natureza, todavia, Boff (2010), adverte que a nossa sociedade ocidental e globalizada está organizada sob um modelo que se assenta sob as ilusões dos recursos infinitos e a do desenvolvimento ilimitado.

Ainda assim, é de extrema importância analisar o contexto cultural, social, econômico e religioso para entendermos como essas relações podem se estabelecer no âmbito ambiental, pois cada povo ilustra sua história através dos saberes dos povos tradicionais da sua relação com o outro com sua cultura com seu ambiente.

De fato, as questões que se colocam neste século são várias, principalmente quando se referem às relações do homem com a natureza que se tornaram bem mais complexas após intenso impacto sobre o meio ambiente natural, com repercussões negativas na sua qualidade de vida implicando assim na maioria das vezes em impacto irreversível resultado da industrialização no período da Revolução Industrial. Nos dizeres de Leff (2015) “a sustentabilidade ecológica aparece, assim, como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção”.

Independente dos conceitos das terminologias dos debates acadêmicos o fato é que se faz necessário uma tomada de atitudes e ações positivas no propósito de reduzir os impactos instalados nesse século. Os autores que pesquisam essa linha e defendem, trazem argumentos convincentes e justificam que uma economia verde, possui baixas emissões de carbono, eficiência no uso de recursos e inclusão social. Na prática, implica em assuntos importantes como é a questão da água, a gestão dos

recursos hídricos para o futuro, a questão do saneamento que é outro tema relevante para diminuição da mortalidade e fomento do desenvolvimento entre outros.

Diante do exposto, acredita-se que no futuro próximo haverá abrangência maior em todos os campos dos saberes que possa agregar a formação de saberes no intuito de diminuir os impactos, políticas ambientais e sociais levando assim a um bem-estar coletivo. O saber ambiental muda o olhar do conhecimento e com isso transforma as condições do saber no mundo na relação que estabelece o ser com o pensar e o saber, com o conhecer e o atuar no mundo (LEFF, 2015 p. 145).

Esse conhecimento ambiental implica em iniciativas descentradas, voltadas à resignificação, integração de princípios, valores e atitudes dentro do contexto em que a sociedade está inserida. Para tanto, os autores (ALVIM; MARQUES, 2017, p. 41), propõem as redes dentro da visão da EH, que busca essa conexão entre o saber, o modo de se relacionar com o meio ambiente que permitem ao pesquisador, estudar o universo socioambiental que envolve a dinâmica de vida do indivíduo e/ou coletividade tais como sua relação:

Família, sociedade, formação social, bases culturais, fatores históricos e econômicos que influem da condição de vida tais como sua relação família, sociedade, formação social, bases culturais, fatores históricos e econômicos que influem da condição de vida dele(s) fatores como migração, aspectos nutricionais, saúde entre outros que direta e indiretamente interferem no meio natural e que, sem dúvida, interferirá em sua sobrevivência, aceitação do estilo de vida, sentido de pertencimento (fixação de seus membros) e rechaço (migração). (ALVIM; MARQUES, 2017, p. 41).

É importante analisar os interesses em comum, tanto individual ou coletivo para que possa buscar novas alternativas e serão compreendidas se caso a transformação seja estritamente necessária e não comprometer a qualidade de vida da humanidade. Desse modo, o pensamento ou ação sistêmica tenderá a criar uma capacidade de atuação coletiva envolvente que direcione uma ordem pautada numa atmosfera solidária e atuante, que valora a preservação de bens culturais, sociais e econômicos, sem perder de vista o respeito pelo entorno. Assim, há transformação dos princípios coletivos que destacam a paz, a honestidade, a ação social e a socioambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto que a escola é o lugar de trocas culturais, é necessário refletir sobre um ensino para todos, que proponham atividades significativas aos estudantes, com vistas a uma evolução do educando com ou sem deficiência. Neste sentido, as relações estabelecidas entre todos os sujeitos que compõem o ambiente escolar (e interferem nele) têm sobre o grupo, dar condições para a continuidade do processo que tem como produto agregado a aprendizagem do aluno e dispor de um espaço físico acessível, com recursos pedagógicos adequados, para que os estudantes desenvolvam atitudes de aceitação e cooperação entre os colegas, respeito às culturas, valorizar os diversos saberes de cada um.

Nesta perspectiva, a inclusão torna-se uma aprendizagem intercultural, propondo novos modelos para a permanência destes educandos, favorecendo um ambiente de troca, de escuta e compartilhamento de saberes. Por conseguinte, a Educação intercultural é mais envolvente e deve respeitar os conhecimentos prévios de cada um, permear todas as ações voltadas para os alunos com ou sem deficiência, desenvolvendo um padrão de comportamento, de acolhimento e respeito às diferenças individuais.

Isto posto, podemos concluir que é de suma importância trabalhar a interculturalidade no contexto da educação inclusiva, perante a diversidade cultural que provém dos diferentes contextos sociais. A escola tem função primordial nessa associação dos conceitos interculturais e nos conceitos culturais. Dessa forma, reflete na escola e principalmente no uso dos materiais didáticos. A ideia da interculturalidade aplicada as escolas, mediada por professores preparados e que possui uma formação continuada associada a essa diversidade, ele dá oportunidades para os estudantes, inclusive as pessoas com deficiência em ser elas mesmas, desenvolvendo práticas que favoreçam a propagação de comportamentos exequíveis para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva.

Em síntese, a interculturalidade se encaixa em todos os contextos, a relação do homem, o meio e o outro. Pois se assemelha a uma ideia fundamental: que a sociedade não é homogênea, mas, sim plural. Assim, absorve que a diversidade humana se traduza em plena integração das culturas, pretende criar um marco de convivência onde nenhum grupo se veja discriminado por algum aspecto diferenciador.

As diferenças entre um grupo e outro não pode envolver nenhuma forma de desigualdade.

Em resumo, a escola é um espaço de trocas culturais, é um lugar de propagação e interação da cultura e do conhecimento. A educação não deve ser apenas transmissora de conhecimentos, mas ampliação de todo conhecimento prévios e adquiridos pelos estudantes, é a capacidade de relacionar os conteúdos, os saberes e a construção de novos saberes.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Ronaldo Gomes. "**Bases da Ecologia Humana.**" **Ecologia Humana uma Visão Global**, Editora, UEFS. Feira de Santana. 2014.

ALVIM, Ronaldo Gomes, e MARQUES, Juracy. **Raízes da Ecologia Humana**. Paulo Afonso: SABEH, 2017.

_____ **A ecologia multidisciplinar - visão ética e social da problemática ambiental.** <http://fondoeditorial.uneg.edu.ve/kuawai/numeros/k02/k02_art01.pdf>. Acesso disponível em 01/05/15.

BEGOSSI, Alpina. **Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente.** <www.interciencia.org/v18_03/art1/>. Acesso disponível em 21/07/18.

BOFF, Leonardo. **Ecologia Social.** <<https://www.youtube.com/watch?v=LOUNIUbXNgk>> Acesso disponível em 13 set. 2010.

BOMFIM, Luciano Sergio Ventin. **Revista Ecologias Humanas** - Vol. 1 nº. 1 – 2015. Paulo Afonso>Disponível em>http://sabeh.org.br/wp-content/uploads/2017/07/ARTIGO-6_2.pdf.> Acesso em: 22 de jul 2017.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/** Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.- Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO,2007.

CANDAU, V. & Leite, M. (2007). **A didática na perspectiva multi/intercultural em ação:** construindo uma proposta. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, nº 132, pp. 731-758, set/dez.

CANDAU, V. & Moreira, A. (2006). **Currículo, conhecimento e cultura.** In.: Arroyo, M. & Moreira, A. (org). Indagações sobre o currículo. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino fundamental. MEC.

CANDAU, V. (2008). **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica.** In: Moreira, A. & Candau, V. (orgs). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.

CANDAU, V. M. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas.** Currículo sem Fronteiras, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011.

DURANTI, A. (1997). **Linguistic anthropology.** Cambridge: Cambridge University Press.

FAGUNDES, Angelise. **Amorosidade na formação de professores:** transcendendo as fronteiras. Editora: Universidade Federal do Amazonas-Manaus. Manaus,2018. EDUA. pp.143.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica.** Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KORMONDY, Edward J; BROWN, Daniel E. **Ecologia Humana. Tradução de Max Blum.** Coord. Editorial da Edição Brasileira Walter Neves. São Paulo: Atheneu Editora, 2002.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Ed 11. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LYRA, L. (2010). **Enhancing refugees integration: new initiatives in Brazil.** Forced Migration Review, Oxford, v. 35, pp. 46,47.

MACHADO, Paulo de Almeida. **Ecologia Humana.** São Paulo: Autores Associados, 1984.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especial: aspectos legais.** In: _____. Atendimento Educacional Especializado. – São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MARQUES, Juracy. **Ecologias Humanas. (org.). Ecologia Humana no Brasil.** Feira de Santana-BA - UEFS, 2014. 462 p. il.

MORAN, E. F. **Adaptabilidade humana.** São Paulo: Edusp, 1994.

PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

STAINBACK, S. (2002). **As raízes do movimento de inclusão.** *Pátio*, Porto Alegre, a. 5, n. 20. pp. 15-17.

TARDIFF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de intes rações humanas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PANDEMIA COVID-19 EM COOPERATIVA MÉDICA: EXPERIÊNCIA DO LUTO COLETIVO NA DINÂMICA GERENCIAL

Anderson da Costa Armstrong¹

RESUMO

Relatado o caso da UNIMED Vale do São Francisco na pandemia COVID-19, descrevendo indicadores administrativos e de vigilância epidemiológica em linha de tempo. Nos dois anos da pandemia, houve melhora média dos indicadores financeiros e perfil favorável no número de beneficiários ativos. A sinistralidade média em 2020 foi abaixo da tendência dos anos anteriores, mas já retoma aos mesmos patamares em 2021. O número de internações por síndrome respiratória grave parece acompanhar a incidência de atendimentos por síndrome gripal no ano de 2020, mas proporcionalmente mais baixas em 2021. Identificamos cinco fases distintas durante a pandemia, análogas às fases já descritas ao luto coletivo. A evolução da pandemia impactou na gestão, seguindo analogamente as fases de luto coletivo.

Palavras-chave: Pandemia COVID-19, gestão em saúde, saúde suplementar, cooperativas médicas, gestão de crises.

THE COVID-19 PANDEMIC IN A HEALTHCARE COOPERATIVE: EXPERIENCING COLLECTIVE GRIEF IN MANAGEMENT DYNAMICS

ABSTRACT

This paper discusses the case of UNIMED Vale do São Francisco during the COVID-19 pandemic, describing management and epidemiologic surveillance markers according to a timeline. Throughout two years of pandemic, there was an average improvement of the financial indicators and a favorable scenario regarding the number of active beneficiaries. The average loss ratio in 2020 was below the average of previous years, but it has been brought back to the same levels in 2021. The number of hospitalizations due to acute respiratory distress syndrome (ARDS) seems to match the occurrence of flu hospitalizations in 2020, but it is proportionally lower in 2021. We have identified five different stages during this pandemic, comparable to the previously discussed stages of collective grief. The evolution of the pandemic has impacted management, permeating similar stages of collective grief.

¹ Professor Adjunto do Colegiado de Medicina da Universidade Federal do Vale do São Francisco;

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia

³ Membro do Comitê de Enfrentamento ao COVID na Unimed Vale do São Francisco
anderson.armstrong@univasf.edu.br

Agradeço à gestão da Unimed Vale do São Francisco e a seus colaboradores, os quais não mediram esforços para disponibilizar os dados utilizados neste artigo. Em especial, agradeço a: Marisa Catarina Mesquita Espindola (Enfermeira do Núcleo de Epidemiologia Hospitalar do Hospital da Unimed em Petrolina), Bárbara Nunes (Secretária de Governança), Italo Azevedo Barbosa (Gerente de Mercado), Cristiano Flores Ferreira (Gerente Contábil), Josiane Coelho (Gerente Financeira).

*Artigo realizado como obra de conclusão do MBA de Gestão em Saúde na Faculdade Unimed, em 2022.

Keywords: COVID-19 pandemic; healthcare management; supplementary healthcare; healthcare cooperatives; crisis management

1 INTRODUÇÃO

A pandemia COVID-19 tem se mostrado um evento absolutamente novo e sem paralelos na história. Isso porque a emergência do vírus SARS-Cov-2 encontrou um mundo amplamente conectado, através da globalização. Se por um lado isso permitiu que o vírus se espalhasse rapidamente, por outro permitiu também a rápida troca de conhecimento científico que auxiliou o combate à doença.

No entanto, muito ainda precisa ser compreendido do ponto de vista administrativo. Nesse sentido, cada instituição pode contribuir com sua experiência individual. As particularidades conjunturais e a análise crítica das ações de enfrentamento ao COVID tomadas pela Unimed Vale do São Francisco podem, dessa forma, auxiliar em futuros momentos de crise sanitária como o causado nos últimos anos pela COVID-19.

Inicialmente, este relato de caso da Unimed Vale do São Francisco durante o enfrentamento da pandemia COVID-19 traz-se a descrição de indicadores administrativos. Com isso, mostraremos o histórico econômico-financeiro da cooperativa antes da crise sanitária gerada pela COVID-19. Tais indicadores são dados obrigatoriamente tornados públicos de forma periódica pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Após a contextualização do momento administrativo que a Unimed Vale do São Francisco se encontrava no início de 2020, passaremos a investigar minuciosamente o comportamento dos indicadores econômico-financeiros ao longo dos dois primeiros anos de pandemia analisados (2020 e 2021). Além disso, o impacto comercial também será vislumbrado através da análise temporal do número de beneficiários ativos.

Adentraremos nos dados de vigilância epidemiológica gerados pela própria operadora e seus serviços próprios verticalizados. Isso trará a magnitude do impacto assistencial conforme a evolução da pandemia. Também possibilitará analisar criticamente as medidas gerenciais tomadas pela operadora neste contexto de crise biológica.

Por fim, faremos a análise combinada de todos os indicadores administrativos e em saúde, a fim de observar as tendências contextualizadas. Nesse momento,

proporemos uma analogia inovadora entre as fases enfrentadas pela Unimed Vale do São Francisco e as fases de luto coletivo vividos ao longo da pandemia COVID-19.

Com isso, talvez seja possível gerar um conteúdo básico que possibilite servir de alicerce a futuras ações de gerenciamento de crise no caso de enfrentarmos situações similares. Afinal, o ressurgimento da alta incidência de novos casos de COVID-19 é uma possibilidade diante da rápida mutação característica do SARS-Cov-2. Ademais, novos agentes infecciosos podem surgir e atingir magnitude global.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pandemia COVID-19 tem se mostrado uma crise biológica, a qual em pouco tempo graves problemas de saúde pública. A alta transmissibilidade do agente viral, a alta mobilidade da população e a rápida e imprevisível complicação para casos graves gerou um senso de urgência na tomada de decisões gerenciais. Ademais, foi na esteira da pandemia que ficaram claras as dificuldades relativas a múltiplos cenários que eram tipicamente associados a ações de vigilância epidemiológica, própria aos gestores públicos. No entanto, com a evolução epidemiológica da COVID-19 passaram a fazer parte do cotidiano na gestão de empresas e cooperativas que ofereçam produtos de saúde complementar.(1)

O medo da pandemia, por exemplo, pode ter impactado na adesão de novos clientes à iniciativa privada, já que, tradicionalmente, o serviço público no Brasil falha na disponibilização de assistência em saúde a grande parcela da população.(2) Por outro lado, as operadoras de saúde passaram a monitorar dados epidemiológicos de evolução da COVID-19, discutir aspectos éticos de tratamentos com baixa comprovação científica, criar centros de triagem e monitoramento de novos casos, gerenciar índices de absentismo de colaboradores e monitorizar cobertura vacinal de seu quadro técnico. Enfim, ações tradicionalmente monitoradas pelos gestores públicos de saúde e que, até então, não faziam parte do cotidiano gerencial na iniciativa privada.

Essa nova demanda foi introduzida no gerenciamento das operadoras de saúde do país, sem que houvesse paralelos a serem espelhados. A novidade das demandas e a urgência das situações de saúde constituíram desafios ao comando executivo dessas empresas, forçados a tomar decisões quase imediatas, mas que representavam elevados custos e potenciais impactos assistenciais.

No Brasil, a dualidade do sistema de saúde compreende o setor público (Sistema único de Saúde e entidades complementares sem fins lucrativos) e o sistema de saúde suplementar privado. O sistema suplementar conta com operadoras de saúde, regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e os prestadores de serviços privados de profissionais autônomos, clínicas e hospitais. No Brasil, mais recentemente, observam-se crescentes desafios gerenciais no setor privado, já que há progressiva verticalização dos serviços. Assim, as próprias operadoras têm criado estruturas próprias de prestação de serviço, o que aumentam o controle ao mesmo tempo em que adicionam complexidade à gestão.(3)

Nesse contexto da saúde complementar, coexistem os sistemas de autogestão, a medicina de grupo e as cooperativas. O Sistema UNIMED nacional, maior cooperativa de trabalho médico do mundo, possui a característica de conglomerar múltiplas cooperativas no território brasileiro. Caracteriza-se por um apoio institucional centralizado, mas mantém-se a autonomia das unidades locais. Com isso, surge grande diversidade de cooperativas distribuídas em todo o território nacional, mesmo vinculadas à Unimed Nacional.(4)

A Unimed Vale do São Francisco possui sua área de atuação no Sertão dos estados de Pernambuco e Bahia, sendo líder do *market share* local. Seu grupo de cooperados abarca cerca de 500 profissionais médicos das mais diversas especialidades. A verticalização tem sido progressiva ao longo dos anos no Vale do São Francisco, sendo que hoje a Unimed local possui dois hospitais, cinco unidades ambulatoriais, um centro de diagnóstico por imagem e estrutura administrativa específica como operadora de saúde. No contexto da regionalização do Sistema Unimed nacional, uma população em torno de três milhões de pessoas reside no perímetro de abrangência da cooperativa do Vale do São Francisco.

Neste relato de caso, há o objetivo de identificar o impacto das diferentes fases da pandemia COVID-19 nos indicadores gerenciais da UNIMED Vale do São Francisco. Além disso, descrever as medidas de Governança Corporativa tomadas para minimizar o impacto da pandemia COVID-19 na UNIMED Vale do São Francisco tomadas por seus gestores e analisar criticamente essas ações.

3 MÉTODOS

São descritos indicadores administrativos da UNIMED do Vale do São Francisco em linha de tempo nos últimos 5 anos, para que se possam identificar tendências sazonais. Também são descritos indicadores de vigilância epidemiológica dos últimos dois anos. Por fim, são compiladas as medidas de governança corporativa tomadas pelos gestores da instituição no contexto da pandemia COVID-19. Os dados compilados foram analisados em gráficos tipo linha do tempo, utilizando softwares Excel e STATA 10.0.

3.1 Indicadores administrativos da UNIMED do Vale do São Francisco

São demonstrados como medidas da saúde econômico-financeira da UNIMED os principais indicadores exigidos pela ANS, no período de 2016 a 2021. Importante citar que houve mudanças nos indicadores obrigatórios da ANS no período que compreende a pesquisa.(5) Para assegurar consistência, serão apresentados apenas aqueles principais indicadores que se mantiveram no rol de obrigatoriedade em todo o período estudado. O Quadro 1 resume as características dos indicadores adotados neste estudo.

Quadro 1. Descrição dos indicadores econômico-financeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)(5)

Indicador	Descrição	Cálculo	Varição desejável
Liquidez Corrente	Mostra a relação entre os ativos conversíveis em dinheiro no curto prazo e as dívidas de curto prazo.	Ativo circulante / Passivo circulante	$\geq 1,2$
Sinistralidade	Mostra a relação entre despesas assistenciais (ou despesas médicas ou sinistralidade) e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde).	Eventos Indenizáveis Líquidos / Contraprestações Efetivas	$\leq 0,80$
Nível de Endividamento	Indicador do nível de endividamento geral das operadoras de plano de saúde. Índice de endividamento. Mostra a relação entre o Exigível total e o Ativo total.	Passivo circulante+Exigível a longo prazo / Ativo Total	$\leq 0,65$
Índice combinado de saúde ampliado	Mostra a relação entre despesas operacionais (administrativas, comercialização e assistenciais) e as receitas (contraprestações efetivas),	Despesas administrativas + Despesas de comercialização + Eventos indenizáveis líquidos /	$\leq 0,90$

incluindo o resultado financeiro líquido. Contraprestações efetivas +
 Também referida como 'Sinistralidade Resultado financeiro líquido
 Líquida'.

Como indicadores de magnitude da presença de mercado, serão apresentados os números de beneficiários ativos na Unimed Vale do São Francisco, mês a mês de fevereiro de 2017 a fevereiro de 2022.

3.2 Indicadores de vigilância epidemiológica da UNIMED do Vale do São Francisco

Serão demonstrados o número de atendimentos de síndrome gripal nos serviços próprios de urgência e o número de internamentos por síndrome respiratória aguda grave (SRAG) na UTI do Hospital da Unimed em Petrolina, conforme a semana epidemiológica, de março de 2020 a fevereiro de 2022. Tais dados, não identificados, foram divulgados de forma regular como parte da vigilância epidemiológica da operadora.

O total de atendimento à síndrome gripal por semana epidemiológica foi coletado através da análise dos pacientes atendidos na urgência do Hospital da Unimed em Petrolina, Hospital da Unimed em Juazeiro e NASP e que apresentaram sintomas gripais descritos em prontuário. O número de internamentos por SRAG na rede própria foi computado através de pesquisa retroativa dos internamentos até a semana epidemiológica 20 de 2020. A partir desta data, foi acompanhado em tempo real e registrado pelo Núcleo de Vigilância Epidemiológica do Hospital da Unimed em Petrolina.

3.3 Medidas de Governança Corporativa tomadas na UNIMED Vale do São Francisco

Levantamento das ações implementadas para minimizar o impacto da pandemia COVID-19 e suas respectivas datas, conforme relatórios de gestão da Diretoria Executiva.

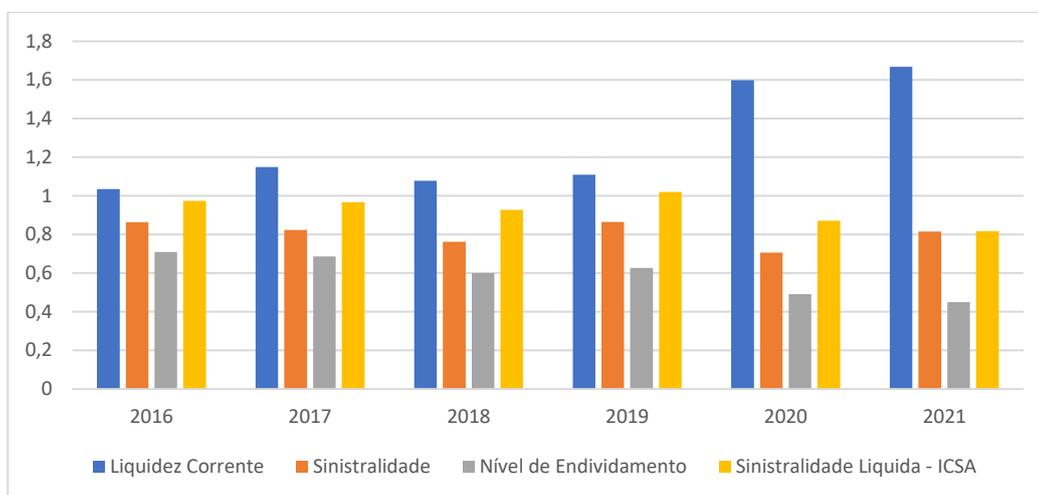
4 RESULTADOS

- ***Indicadores administrativos da UNIMED do Vale do São Francisco***

A Figura 1 resume os achados dos indicadores. Entre 2016 e 2019, os indicadores econômico-financeiros mantiveram-se estáveis na Unimed Vale do São Francisco. Nos

dois anos da pandemia, houve melhora média do indicador de liquidez corrente. A sinistralidade média em 2020 foi abaixo da tendência dos anos anteriores, mas já retoma aos mesmos patamares em 2021. Tanto o nível de endividamento quanto o ICSA mostraram evolução com tendência favorável em 2020 e 2021.

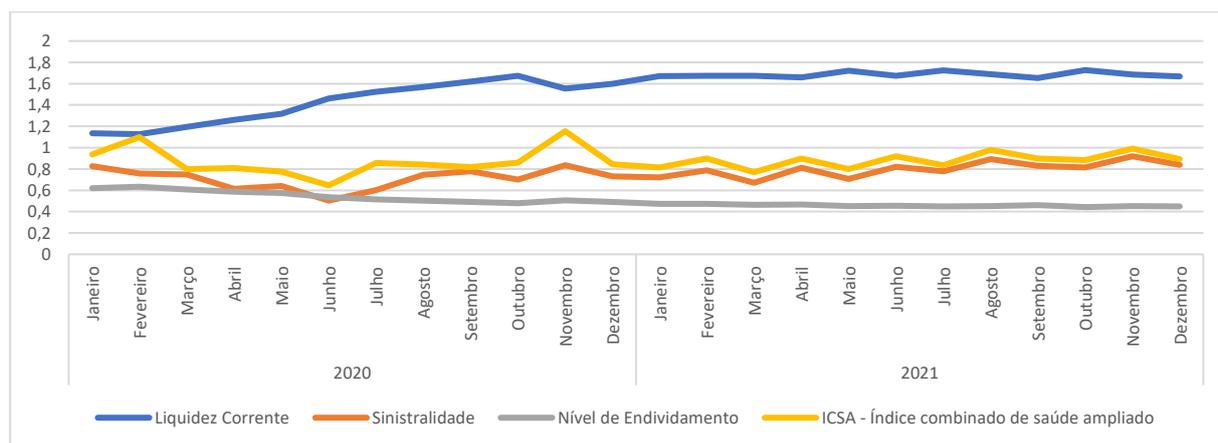
Figura 1. Evolução média anual dos indicadores econômico-financeiros (2016-2021).



Fonte: próprio autor

Quando avaliados os dois anos de pandemia COVID-19, os indicadores econômico-financeiros da Unimed Vale do São Francisco mostram um perfil favorável no primeiro semestre de 2020 (Figura 2). No segundo semestre de 2020 a sinistralidade e o ICSA tendem a elevar-se, enquanto o nível de endividamento e a liquidez corrente mantêm tendência favorável. O ano de 2021 é marcado pela estabilidade dos indicadores econômico-financeiros.

Figura 2. Evolução mensal dos indicadores econômico-financeiros (2020-2021).



Fonte: próprio autor

A Unimed Vale do São Francisco apresentou crescimento consistente no número de beneficiários ativos nos últimos anos, com tendência à estabilidade ao longo do ano de 2021 (Figura 3).

Figura 3. Evolução trimestral do número de beneficiários ativos na Unimed Vale do São Francisco (2016 a 2021).

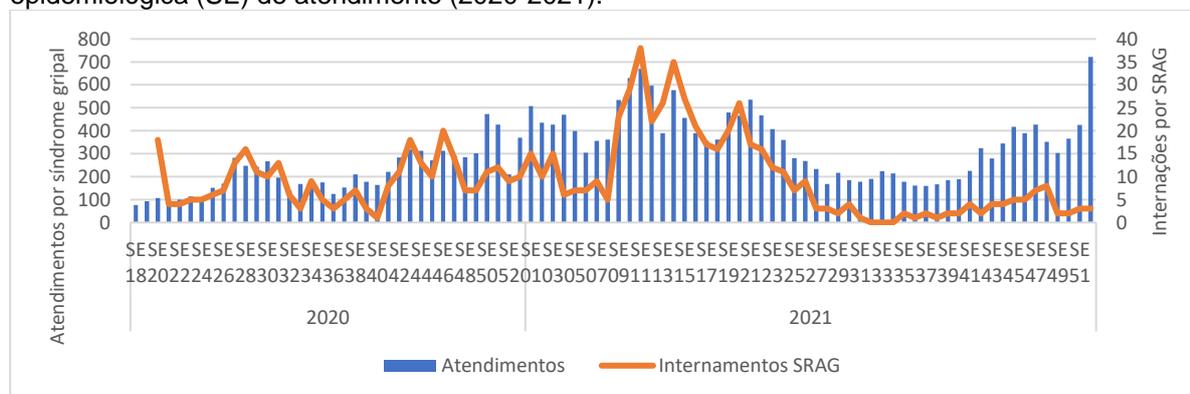


Fonte: próprio autor

- **Indicadores de vigilância epidemiológica da UNIMED do Vale do São Francisco**

Os dados parecem indicar uma tendência à sazonalidade nos atendimentos por síndrome gripal nas últimas semanas de cada ano, estendendo-se ao início do ano seguinte (Figura 4). Já o número de internações por SRAG parece acompanhar a incidência de atendimentos por síndrome gripal no ano de 2020. No entanto, as internações por SRAG mostram-se proporcionalmente mais baixas e sem acompanhar os picos de incidência dos atendimentos por síndrome gripal em 2021.

Figura 4. Número de atendimentos por síndrome gripal e de internações por síndrome respiratória aguda grave (SRAG) nas unidades próprias da Unimed Vale do São Francisco, conforme a semana epidemiológica (SE) de atendimento (2020-2021).



Fonte: próprio autor

- **Medidas de Governança Corporativa tomadas na UNIMED Vale do São Francisco**

As medidas adotadas foram realizadas pelo Comitê de enfrentamento ao COVID forma compiladas no Quadro 2.

Quadro 2. Descrição das medidas de governança corporativa adotadas pela Unimed Vale do São Francisco no enfrentamento à pandemia COVID-19 (2020-2021)

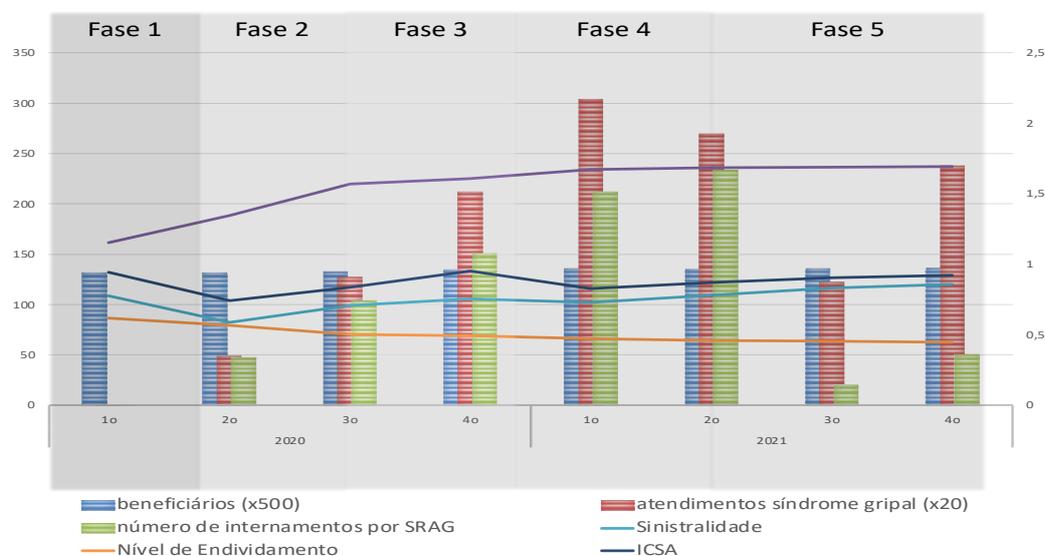
Medida adotada	Descrição
Criação do Comitê Técnico de Enfrentamento à Covid-19	Composto de vários especialistas e dirigentes da Unimed com o objetivo de definir a estratégia de enfrentamento ao COVID.
Criação do Grupo Técnico Operacional	Composto por gestores e gerentes que promoveram as ações táticas deliberadas e alimentaram os dados monitorados permanentemente pelo Comitê Técnico.
Aumento de infraestrutura de atendimento voltado para quadros gripais e síndrome respiratória aguda grave	Incluem teleatendimento e monitoramento com equipes locais; definição e adequação das unidades sentinela de triagem e assistência; criação de nova UTI Respiratória e aumento dos leitos da UTI Pediátrica; aquisição de novos ventiladores mecânicos; vigilância diária de estoques de materiais, medicamentos e gases.
Reforço das equipes profissionais de saúde	Criação de novas escalas de plantões médicos e equipe de saúde correspondente tanto no Hospital da Unimed em Petrolina, como nas unidades satélites localizadas no Núcleo de Assistência a Saúde – NAS, e depois no HUU – Hospital Unimed em Juazeiro.
Ações de cuidado e prevenção junto aos profissionais de saúde e colaboradores em geral	Edição de protocolos de segurança para todos os serviços assistenciais, fluxograma para orientações de atendimento; capacitação e treinamento prático na adequada utilização dos EPI's; reforço em itens de proteção e segurança no trabalho; equipes com esquema de trabalho remoto/home-office, outras subdivididas em jornadas ou em outros espaços; monitoramento diário de colaboradores sintomáticos com afastamento

<p>Iniciativas de apoio aos médicos cooperados</p>	<p>imediatos; realização de testagens em colaboradores expostos assintomáticos.</p> <p>Programa Especial de Antecipação de Produção Médica Cooperada, garantindo um valor mínimo aos cooperados que voluntariamente aderiram e aceitaram as regras do programa.</p>
<p>Ações focadas no fortalecimento da marca e da reputação</p>	<p>Campanhas publicitárias, Boletins Epidemiológicos, produção de material educativo, relacionamento com a imprensa, comunicação e notificação de dados aos gestores públicos.</p>

- **Análise conjunta dos indicadores durante a pandemia.**

Nossos resultados apontam para uma flutuação dos indicadores, conforme a evolução epidemiológica da pandemia COVID-19. De forma interessante, os indicadores não flutuaram atrelados ao número de casos confirmados. Em verdade, identificamos cinco fases distintas a serem analisadas (Figura 5). De modo curioso, essas fases podem receber como analogia as fases do luto.

Figura 5. Gráfico de tendência para Unimed Vale do São Francisco ao longo da pandemia COVID-19.



Legenda: ICSA - Índice combinado de saúde ampliado.

Fonte: próprio autor

5 DISCUSSÃO

A pandemia COVID-19 foi disruptiva para o sistema produtivo do Brasil. Todas as organizações sofreram os impactos referentes às restrições sociais, ao temor que assolou as pessoas e às mudanças organizacionais impostas pela nova realidade.(6)

Nossos resultados mostram flutuações nos indicadores econômico-financeiros e nos indicadores de vigilância epidemiológica que parecem apresentar cinco fases distintas. Tais fases estariam intimamente ligadas ao momento evolutivo da pandemia COVID-19 na sociedade e suas pressões sobre o sistema de saúde.

Elisabeth Kübler-Ross, psiquiatra pioneira em estudos com pacientes terminais, descreveu a hoje amplamente aceita (Sobre a Morte e o Morrer, 1969) proposta para os cinco estágios do luto: (1) negação e isolamento; (2) raiva; (3) barganha; (4) depressão; e (5) aceitação.(7)

De fato, já se sabe que o sentimento de luto não se restringe ao contato com a morte. Outras situações desafiadoras podem provocar o desencadeamento do luto. A pandemia COVID-19, em toda a sua gravidade, já traz projeções de luto dentre profissionais de saúde. Também o luto coletivo gerado pela pandemia tem sido aventado como forma de superar os danos sociais.(8) No entanto, ainda não foi identificada a dinâmica de enfrentamento do luto em analogia a um caso concreto gerencial.

Para tanto, vamos discutir separadamente cada fase encontrada, o comportamento dos indicadores, o contexto social e as medidas adotadas pela operadora em resposta à realidade que se impunha.

- **1ª. Fase – apreensão, negação e isolamento**

A primeira fase se caracterizou pela baixa incidência de casos COVID-19, com consequente baixo índice de internação. Nesse momento, parece predominar o medo da população em geral diante do risco iminente da chegada da pandemia. Afinal, a evolução da pandemia COVID-19 nos estados de Pernambuco e da Bahia em que está inserida a Unimed Vale do São Francisco iniciou-se pelo litoral. Em especial, as capitais foram mais rapidamente atingidas com elevação no número de casos. A despeito de uma elevação inicial de casos no Vale do São Francisco, ocasionados pela migração aérea facilitada pelo aeroporto local, uma maior incidência parece fluir a partir das capitais por contiguidade rodoviária até atingir as metrópoles regionais de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).(9)

Enquanto as medidas restritivas estaduais já estavam em prática pela realidade nas capitais e a população já enfrentava o medo da iminente chegada da pandemia, os casos nessa fase inicial ainda eram esporádicos em viajantes e não havia evidência de transmissão comunitária do vírus. As intervenções médicas caíram drasticamente, como aferido pela sinistralidade. Entretanto, ainda eram poucos a realmente adoecer da COVID-19, como mostram os baixos índices de casos confirmados nesse período.

De forma interessante, o domínio do medo da doença parece mostrar-se na elevação do número de pessoas atendidas nos serviços de urgência com sintomas gripais no período, sem que isso representasse em aumento dos casos confirmados. Ainda nesse sentido, a despeito da crise econômica advinda da pandemia, o número de beneficiários do plano de saúde aumentou nesse período. De fato, as pessoas temiam a falta de cobertura da saúde suplementar diante da iminente crise sanitária.

Os momentos iniciais da pandemia COVID-19 restringiram as interações sociais, interromperam o caminho natural da vida de forma disruptiva e impactaram gravemente na vida das pessoas. Houve, nesse período, aumento nos casos de depressão e suicídio.⁽¹⁰⁾ Também aumentou a incidência da Síndrome do Coração Partido, doença cardíaca grave associada à liberação adrenérgica dos momentos de luto.⁽¹¹⁾

O cenário financeiro da Unimed Vale do São Francisco, por outro lado, foi positivo. De fato, os indicadores melhoram diante da baixa utilização para atendimentos eletivos, sem o correspondente aumento nos casos de COVID-19. Nesse contexto, as medidas de Governança Corporativa tomadas tiveram um papel preparatório que incluiria a restrição da circulação de pessoas nas unidades próprias, a redução dos atendimentos evitáveis, o treinamento e a ampliação das equipes assistenciais, a ampliação dos estoques de medicações, a compra de novos equipamentos, o direcionamento de unidades especializadas à assistência para a nova doença que chegava.

Muitos cooperados posicionavam-se contrários às medidas adotadas pela Unimed, alegando que havia dúvidas sobre o real impacto da nova doença. Muitos eram os discursos de negação da gravidade do que estaria por vir, ampliado por um clima político geral de incertezas e polarizações.

No gerenciamento de uma cooperativa, a verticalização hierárquica da tomada de decisão não costuma ser praxe, tendo em vista o caráter político eletivo do gerenciamento. Ao mesmo tempo em que cabe aos gestores a tomada de decisões, estes são eleitos pelos cooperados prestadores de serviço. Na fase inicial, coube aos

gestores – por meio de atuação do comitê de gerenciamento de crise dividir as decisões – embasar cientificamente as ações e buscar mediação de conflitos com os cooperados.

- **2ª fase – raiva**

A segunda fase se caracteriza pela elevação dos casos graves, mantendo-se restritos os atendimentos eletivos. Há aumento da sinistralidade pelos custos elevados de manutenção da estrutura assistencial voltada ao paciente com COVID.

Nesse quesito, estratégias gerenciais diferenciadas foram tomadas com o objetivo de enfrentar o amplo espectro de apresentações que a COVID-19 trazia. Importante ter em mente que na COVID-19 a deterioração clínica tipicamente se dá de forma rápida, sendo necessário monitoramento constante. Ao mesmo tempo, a necessidade de isolamento dos pacientes acometidos traz desafios adicionais a este acompanhamento.(12)

Medidas gerenciais nessa fase foram direcionadas ao teleatendimento médico. Para tanto, contou com a rápida regulamentação pelo Conselho Federal de Medicina. O teleatendimento já vinha em discussão havia longa data, mas controvérsias sobre a atuação médica. A distância impedia a sua ampla utilização no Brasil. A realidade trazida pela pandemia acelerou a implementação de regulamentações no sentido de possibilitar a atuação médica a distância.(13)

A Unimed Vale do São Francisco realizou contratação de infraestrutura em TI que possibilitasse esse atendimento, sendo por ela subsidiado aos cooperados interessados em caráter experimental. Também realizou a contratação de teleatendimento oferecido pela Unimed nacional. Além disso, manteve uma unidade dedicada ao atendimento inicial de pacientes sintomático, em prédio isolado para tal finalidade.

Desse modo, o paciente com quadros mais leves da COVID-19 estavam contemplados em suas necessidades assistenciais. Já os casos mais graves passaram a ser atendidos na estrutura de terapia intensiva preparada na fase anterior. O número de beneficiários aumentava, com a progressão da pandemia e os índices financeiros refletiam o aumento inicial nos custos operacionais.

A elevação dos casos graves eliminou praticamente por completo as resistências em aceitar a gravidade gerencial do caso. No entanto, o nível de insatisfação entre os cooperados era crescente e preocupante. Afinal, o trabalho cooperado é caracterizado como autônomo. A recita está diretamente ligada à sua atuação como médico. A

manutenção da interrupção dos atendimentos eletivos trazia insegurança financeira a boa parte dos cerca de 500 médicos cooperados e a suas famílias.

O Conselho de Administração da Unimed Vale do São Francisco adotou, então, uma política de antecipação de produtividade. Nessa política, os médicos interessados poderiam aderir voluntariamente. Os que aderissem receberiam nos próximos seis meses um valor correspondente a 70% da média da sua produção do ano anterior à pandemia. Esse valor seria posteriormente descontado de sua produção, ao término do período de recebimento.

- **3ª fase – barganha**

Nessa fase, observamos estabilidade dos indicadores administrativos. No entanto, há aumento crescente de números de casos e de internações em UTI de pacientes graves. A sinistralidade mantém tendência ascendente discreta, enquanto os custos com o enfrentamento à pandemia sobem.

Em nível populacional, já começa a haver dificuldade em manter as medidas restritivas de contato social. A chegada das festas de fim de ano de 2020 mostram aumento da mobilidade da população regional.(14) Ao mesmo tempo, a gestão enfrenta a proximidade da superlotação da estrutura pública de atendimento aos casos de COVID-19. Há busca por proximidade a gestores e temor de medidas interventoras.(15) Afinal, a legislação brasileira dá margem à sobreposição do estado em detrimento aos empreendimentos privados.

Por fim, preços de negociação de insumos médico-hospitalares elevam-se intensamente e há sinais de escassez em várias linhas de medicações. Disputas e barganhas também na busca de fornecedores de materiais imprescindíveis ao funcionamento da já ampla gama de serviços voltados ao enfrentamento da pandemia.

Medidas de contenção de despesa surtem efeito inicial e o ano de 2020 fecha com sobras e bons indicadores econômico-financeiros. Tais sobras são destinadas a reservas de contingenciamento, tendo em vista a previsão de elevação de custos com procedimentos eletivos não realizados por maior atividade da pandemia COVID-19.

- **4ª fase – depressão**

O número de casos e internações avançam no início do ano de 2021, enquanto ainda há informações conflituosas sobre a disponibilidade de vacinação em massa no

Brasil. O cenário nacional é desolador, com as mais elevadas taxas de mortalidade diárias. Os índices de mobilidades caem nacionalmente (14). O hospital da Unimed desenvolve estratégias de ampliação dos leitos de UTI, ocupando salas cirúrgicas anteriormente destinadas a cirurgias eletivas. A sinistralidade mantém-se estável em patamares mais elevados, refletindo o alto custo do tratamento de casos complexos de COVID-19 grave.

O número de beneficiários mantém-se estável, a despeito da crise econômica que já se apresenta globalmente. Os beneficiários claramente passam a priorizar a manutenção dos planos de saúde, tendo em vista a crise mais grave no setor público. O moral das equipes de saúde também é baixo e crescem os casos de *burnout*. O *burnout* foi um grave problema entre equipes de saúde durante a pandemia COVID-19,(16) o caso concreto relatado não foi diferente para Unimed Vale do São Francisco.

- **5ª fase – aceitação**

A última fase mostra um cenário que tende à busca pela convivência com a COVID-19, já na realidade de avanço na cobertura vacinal específica. O número de atendimentos a síndromes gripais inicialmente reduz, mas em seguida volta a subir com a sazonalidade do final do ano. No entanto, mantém-se em níveis mais baixos os internamentos pelas formas graves de SRAG. Essa dissociação entre o aumento dos casos simples sem tanto impacto nos casos graves parece dever-se à maior imunidade da população, tanto pelas pessoas recuperadas de uma primeira infecção quanto pelo avançar da cobertura vacinal.

A sinistralidade volta a apresentar tendência de elevação. Isso não se dá por aumento dos custos de enfrentamento ao COVID-19, já que os casos de SRAG mantém-se em patamares mais baixos. De fato, passamos a observar a retomada dos procedimentos eletivos. As reservas contingenciadas na terceira fase permitem uma certa tranquilidade na lide com os custos crescentes. No entanto, se observam algumas medidas possíveis de redução de custos.

Uma delas seria a redução de leitos de UTI, inicialmente ampliados para acondicionar o elevado número de internamentos por SRAG. Em parte, esse aspecto foi solucionado pela devolução dos espaços inicialmente incorporados às salas de cirurgia eletiva. No entanto, o espaço não individualizado na UTI respiratória impediu novas reduções de utilização de espaço. Unidades de tratamento intensivo podem contar com apartamentos individualizados, os quais possibilitam uma assistência mais humanizada

aos pacientes e seus familiares ao mesmo tempo em que garantem flexibilidade na utilização dos leitos. Esse é um importante caminho a ser seguido nas unidades próprias da Unimed Vale do São Francisco.

A população e os médicos cooperados aceitam a convivência com o vírus SARS-Cov-2 e começam a retomar a busca por atendimentos ambulatoriais e cirurgias eletivas. Muitos pacientes não realizaram acompanhamento adequado nas fases anteriores para condições crônicas, tais como hipertensão arterial, diabetes, insuficiência cardíaca e doenças pulmonares. Com isso, houve a tendência ao atendimento de pacientes descompensados e a mortalidade dos internamentos por doenças que não a COVID-19 tendeu a aumentar.

6 CONCLUSÕES

A crise biológica gerada pelo novo coronavírus fez com que as operadoras de saúde passassem a ocupar novos espaços, os quais no passado eram próprios aos gestores em saúde pública. A chegada e evolução da grave pandemia apresentou fases que impactaram em indicadores de desempenho assistencial e financeiro, seguindo analogamente às fases de luto coletivo. Também ficou clara a necessidade de implementar medidas de gerenciamento flexíveis, que contemplem as diversas demandas assistenciais. A evolução da pandemia foi, em sua maior parte, imprevisível e dinâmica, só sendo possível caracterizar adequadamente suas fases de forma retrospectiva. O estudo deste caso permite que se identifiquem as ações mais adequadas a cada momento. Também que se debata alternativas e oportunidades de aprimoramento. Com isso, permite que uma nova situação semelhante possa ser enfrentada com eficiência ainda maior.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG ADC, Souza CDF, Santos MB, Santos LG, Carmo RFD. **Urban mobility and COVID-19 in Brazil: Comparison between 2020 and 2021**. Rev Assoc Med Bras (1992). 2021;67(9):1221-5.

ARMSTRONG AC. A PANDEMIA COVID-19 NA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA MÉDICA: UMA VISÃO DE DENTRO. In: **Humana SBdE**, editor. Ecologia humana & pandemias: consequências da COVID-19 para o nosso futuro. 1st ed. Electronic2020.

ARMSTRONG A. O Enfrentamento brasileiro ao COVID-19: A PERFECT STORM. **Revista FLAMMAE** [Internet]. 2020; 06(16):[209-30 pp.].

BERINATO, S. **That Discomfort You're Feeling Is Grief**. Harvard Business Review [Internet]. 2020:[<https://hbr.org/2020/03/that-discomfort-youre-feeling-is-grief> pp.].

BRASIL MdSd. Agência Nacional de Saúde Suplementar 2022 [Available from: <https://www.gov.br/ans/pt-br>].

CARMO, RF, Nunes BEBR, Machado MF, Armstrong AC, Souza CDF. **Expansion of COVID-19 within Brazil: the importance of highways**. J Travel Med. 2020;27(5).

CORR CA. Elisabeth Kübler-Ross and the "Five Stages" Model in a Sampling of **Recent American Textbooks**. Omega (Westport). 2020;82(2):294-322.

COSTA ADESMDA, Paiva EL, Gomes MVP, Brei VA. IMPACTOS DA COVID-19 NAS ORGANIZAÇÕES. **Revista de Administração de Empresas**. 2020;60(6):385-7.

JABRI, A, Kalra A, Kumar A, Alameh A, Adroja S, Bashir H, et al. **Incidence of Stress Cardiomyopathy During the Coronavirus Disease 2019 Pandemic**. JAMA Netw Open. 2020;3(7):e2014780.

LEAL RM, Matos JBBd. Planos de saúde: uma análise dos custos assistenciais e seus componentes. **Revista de Administração de Empresas**. 2009;49(4):447-58.

MOURA ECD, Furtado L, Sobral F. THE BURNOUT EPIDEMIC DURING THE COVID-19 PANDEMIC: **THE ROLE OF LMX IN ALLEVIATING PHYSICIANS' BURNOUT**. **Revista de Administração de Empresas**. 2020;60(6):426-36.

NORONHA KVMdS, Guedes GR, Turra CM, Andrade MV, Botega L, Nogueira D, et al. Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários. **Cadernos de Saúde Pública**. 2020;36(6).

SANTOS TBS, Andrade LRd, Vieira SL, Duarte JA, Martins JS, Rosado LB, et al. **Contingência hospitalar no enfrentamento da COVID-19 no Brasil: problemas e alternativas governamentais**. Ciência & Saúde Coletiva. 2021;26(4):1407-18

SHER, L. **The impact of the COVID-19 pandemic on suicide rates**. QJM. 2020;113(10):707-12.

SILVA RSd, Schmtiz CAA, Harzheim E, Molina-Bastos CG, Oliveira EBd, Roman R, et al. **O Papel da Telessaúde na Pandemia Covid-19: Uma Experiência Brasileira.** *Ciência & Saúde Coletiva*. 2021;26(6):2149-57.

UNIMED. UNIMED [Available from: <https://www.unimed.coop.br/site/>].